

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

LIÇÕES DE CATENDE

um estudo sobre a luta pela construção de uma autogestão na zona da mata sul de Pernambuco
na década de 1990.

Autor: Fernando Kleiman

Brasília, 2006

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

LIÇÕES DE CATENDE

um estudo sobre a luta pela construção de uma autogestão na zona da mata sul de Pernambuco
na década de 1990.

Dissertação apresentada ao Departamento
de Sociologia da Universidade de
Brasília/UnB como parte dos requisitos
para a obtenção do título de Mestre.

Brasília, Maio de 2006

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

LIÇÕES DE CATENDE

um estudo sobre a luta pela construção de uma autogestão na zona da mata sul de Pernambuco
na década de 1990.

Autor: Fernando Kleiman

Orientadora: Doutora Christiane Girard Ferreira Nunes (UnB)

Banca: Prof. Doutor Brasilmar Ferreira Nunes..... (UnB)
Prof. Doutor Paul Israel Singer..... (USP)
Profa. Doutora Fernanda Antônia da Fonseca Sobral (suplente)..... (UnB)

*Aos meus pais, Hilário e Esther, e
ao meu irmão, Luciano, pelo longo
aprendizado na alegria da diferença.*

*Ao companheiro Paul Singer, pela
paciência de professor.*

*E aos trabalhadores e
trabalhadoras de Catende, pela
disposição e acolhimento, mas
principalmente pela coragem e luta.*

Agradecimentos

Agradecer é um ato de alegria. Principalmente depois da jornada de escrita de uma dissertação, parar e refletir sobre as pessoas que me ajudaram, que me apoiaram e foram amigas nas dificuldades é um momento muito bom.

Em primeiro lugar, agradeço a minha professora e orientadora Christiane Girard. Faço questão de dizer que, se não fosse ela ter me dito “vai e presta”, eu possivelmente não teria começado meu mestrado na Unb. Além disso, preciso agradecer pela paciência com os meus trancos e barrancos para conseguir escrever e trabalhar no governo, ao mesmo tempo. Posso dizer, à banca de avaliação do ingresso no Programa de Pós-Graduação, que fazer as duas coisas concomitantemente é difícil, mas é e foi possível.

Nessa linha da decisão de fazer o estudo, agradeço a professora Sonia Kruppa e ao Fábio José Bechara Sanchez, companheiros do Gabinete na SENAES, que deram todo apoio (e cobertura) para que eu pudesse estudar. Depois veio a Andréa Fonseca, que também seguiu me empurrando para terminar o trabalho começado. A eles e a toda equipe da SENAES, um muito obrigado.

Ainda no governo, preciso agradecer ao Valmor Schiochet e à Mari Hillersheim, casal que me inseriu no debate sociológico de maneira instantânea para conseguir passar na prova “do mês que vem”. Junto a isso, também é grande minha amizade e carinho, que registradas aqui me dão a esperança de nunca perder.

Agradeço a minha, então, companheira, Adriana Queiroz, que teve muita, mas muita paciência comigo e me deu uma força fundamental nos momentos mais difíceis. Dela, eu sempre guardarei grande admiração.

Depois, vieram os colegas de turma. De alguns eu lembro bem, como o Fernando Rodrigues, a Marcela Amaral, a Luana Pinheiro e outros que fizeram do mestrado um bom espaço de reflexão. Guardo o lamento de não ter podido usufruir de nossos espaços de trabalho e dos de diversão da forma como eu queria.

Aos professores Fernanda Sobral e Frédéric Vandenberghe, agradeço o contato muito produtivo, pelos seus contrapontos, para a consolidação de conteúdo e também de esperança, na ciência e nas convicções do socialismo.

Depois veio a definição do projeto de pesquisa e Catende entra em cena. Não vou agradecer ao *Tenente* por ter criado esse complexo sucro-alcooleiro. Mas agradeço a Lenivaldo Lima por toda a atenção dada para construir minha questão, além das dicas de campo; a Marivaldo Andrade, por toda paciência e serenidade relatando histórias tão ricas, de um ponto de vista tão privilegiado como o seu; a Arnaldo Liberato e sua esposa, Luciene, por tudo o que fizeram falando e ouvindo nossas inquietações; e a Bruno Ribeiro e Bia, pela necessidade que me impuseram de registrar não apenas as histórias, mas também as emoções de acompanhar essa luta. Aos últimos cinco, junto com Dona Helena, agradeço por minha última tarde no período de campo em Catende, onde tive o privilégio de participar de um encontro tão rico e longo, quem sabe histórico, com vocês, que foram sujeitos dos mais importantes na organização de toda essa luta.

Agradeço a Ossamu Eber Narita, José Eduardo Pereira de Lima e Mario Lins Borba que, mesmo em meio a suas atividades profissionais, se dispuseram a me receber e conceder depoimentos tão importantes para verificar fatos e versões da construção da história de Catende e de sua situação atual. Também agradeço às turmas, como quero chamar, da Equipe Harmonia e da Apuama, que sempre estiveram joviais e ao nosso lado, rindo, no trabalho que fizemos por lá.

Não deixaria de agradecer ao Floberval, o Neguinho, que, com toda malandragem, me conduziu pelos caminhos de Catende, nem sempre tão seguros, e que abriu meus olhos para as

dificuldades de compreensão de alguns importantes mecanismos que fazem parte do Projeto. Espero que ele consiga, enfim, comprar a sua moto.

Aos trabalhadores e trabalhadoras de Catende, tenho que agradecer por terem tido a coragem que tiveram para lutar e construir esse projeto que aí está. Em particular, agradeço a todos e todas as presidentes de associações de moradores, dos sindicatos, dos trabalhadores e trabalhadoras da indústria, do campo, do escritório e do chalé, aos seguranças e demais pessoas que nos receberam e tanto contribuíram para o trabalho que fizemos. Espero que nossa presença e produção também possam auxiliar o trabalho de vocês.

Saio de Catende e passo para minha família. Agradeço minha tia Esther Schapochnik, a “melhor revisora de dissertações de São Paulo”, pelas lições de paciência e dedicação que me deu, no curto período de tempo que tivemos para trabalhar. Agradeço aos meus primos, Maurício e Renato, pela sensação de conforto que tive quando precisei ter “alguém ao lado”. Um grande obrigado ao meu irmão Luciano, cuja objetividade para “tocar a vida pra frente” foi fundamental para superar uma porção de dificuldades do caminho. Rumo à Copa, meu irmão!

Agradeço meus pais em um sentido muito especial: essa dissertação e a nossa relação na construção dela, construção da minha vida, dão mostra da grande maturidade que a gente conseguiu nesses anos todos. Além de ser muito bom senti-los como pai e mãe, é melhor ainda senti-los como companheiros, por quem posso dizer que entendo a palavra amor.

Agradeço aos meus amigos de vida: Danilo César, Pedro Barros, Thomaz Jensen, Gustavo Vidigal, Weber Sutti, (o Fábio Sanchez, que podia voltar aqui), Mariana Almeida, José Paulo Guedes, Teca Barbieri, Luciana Barbieri, André Cristo, Henrique Parra e muitos outros com quem construí e construo bases para reflexão e a ação política, sempre ao lado. Aos meus amigos recentes, que espero levar para a vida: Gustavo Bambini, Pedro Abramovay, (e aqui quem podia voltar é a Andrea Fonseca), Claudia Schmitt, Tom, Ale, Dani Reichstul, Rudy Marino, Luciano Canez e toda a moçada do momento Brasília, mas que pode continuar para o

que vier depois. A Maria Victoria Hernandez, da reflexão à prática, sempre virando o placar, mesmo sem se importar com ele. E a Christiana de Freitas, amiga de coração perto e distante.

A Camila Rodrigues, recém conhecida, conhecendo, sempre em defesa da distração.

Aos amigos e profissionais Jorge e Emília Broide, com quem, junto, construí caminhos, inclusive alternativos e impossíveis.

Ao humano professor Paul Singer, que na minha vida tem tido um grande papel.

Obrigado.

RESUMO

O objetivo desta pesquisa foi compreender o processo de recuperação da falida Usina Catende por seus trabalhadores e trabalhadoras. Localizada na Zona da Mata Sul de Pernambuco, a Usina Catende chegou a ser o maior complexo de produção sucro-alcooleira da América Latina. A crise econômica da década de 1980 e a má gestão do empreendimento pelos seus usineiros levaram a empresa a uma crise financeira de grandes proporções. Devedora do Estado e dos seus trabalhadores e trabalhadoras, em 1993 ela demite 2.300 funcionários, alegando falta de recursos. Nesse mesmo ano, a rica festa de reveillon de seus donos, em Recife, ganha as primeiras páginas dos jornais. Os trabalhadores e as trabalhadoras, revoltados com a situação, foram mobilizados pelos sindicatos em uma greve que durou 19 dias. O resultado foi o início de uma cogestão que, ao longo do tempo, se torna cada vez mais autogestionária. Esse processo de luta foi analisado em três dimensões principais: uma disputa judicial contra fraudes, uma disputa de mercado com *tradings* internacionais e uma disputa política com complexas redes de apoios e de ataques de partidos e grupos políticos. Essas dimensões estão sintetizadas no *campo* que chamamos de *gestão da empresa*, onde aparece um outro conflito: o das velhas práticas (oriundas da antiga Usina Catende patronal) com as novas (mecanismos de participação do Projeto Harmonia-Catende). Concluímos que a autogestão do Projeto Harmonia-Catende foi construída por um conjunto de soluções não planejadas, que visavam responder à luta por direitos daqueles sujeitos. Na raiz dessas soluções, encontra-se a formação de movimentos sociais e sindicais que se desenvolveram naquela região, com o apoio da Igreja.

ABSTRACT

The following thesis intends to understand the process by which Catende Mill's workers are recovering its insolvent mass. Located in the Zona da Mata Sul of Pernambuco State, Catende Mill has been the biggest sugar and alcohol complex in Latin America. The 1980's economic crisis and mismanagement problems by its owners led the company to a great financial crisis. With debts to the State Government and its workers, the manager fired 2.300 employees in 1993 alleging to be out of cash. In the same year, its owners fancy party, held in Recife, hit the newspapers' front pages. Outraged with the situation, the unions organized a strike which lasted 19 days. The result was the beginning of a co-management scheme that gradually turns into a self-management arrangement. This struggle has been analyzed in three main dimensions: the judicial dispute against frauds, the market dispute with international trading companies and the political dispute with complex supporting networks for and against the project involving political groups and parties. These dimensions are synthesized in the *field* which we called *company management*, where another conflict appears: the one of the old practices (from the boss firm) with the new ones (mechanisms of participation in the Harmonia-Catende Project). We conclude that the self-management of the Harmonia-Catende Project was shaped by a non-planned set of solutions that responded to the struggle for rights of those workers. This process finds its roots in social movements and union formation that had developed in the region with Church support.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: Sobre as contradições nas estruturas de gestão.....	12
Capítulo 1 - A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO UM MODO DE PRODUÇÃO NÃO CAPITALISTA.....	25
ECONOMIA SOLIDÁRIA RURAL: A ORGANIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR.....	30
ECONOMIA SOLIDÁRIA URBANA: A RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS FALIDAS.....	35
Capítulo 2 - O SETOR SUCRO-ALCOOLEIRO E SUA CRISE NA DÉCADA DE 90.....	40
A CRISE DAS USINAS DE AÇÚCAR NA DÉCADA DE 90.....	40
OS MOVIMENTOS SOCIAIS NA DÉCADA DE 80.....	44
A USINA CATENDE NA ZONA DA MATA SUL DE PERNAMBUCO.....	53
Capítulo 3 - A FALÊNCIA E A SUA SOLUÇÃO EM CATENDE: DA LUTA POR DIREITOS À AUTOGESTÃO.....	66
Capítulo 4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	98
BIBLIOGRAFIA.....	120
ANEXO I - Roteiro de entrevista.....	127
ANEXO II – Distribuição funcional em Catende.....	129
ANEXO III – Saudações (para Miguel Arraes).....	131
ANEXO IV – Termo de Adesão ao Programa Cana de Morador.....	132
ANEXO V – Mapa dos Engenhos de Catende.....	135
ANEXO VI – Mapa das Regiões de Pernambuco.....	136
ANEXO VII – Mapa de Municípios da Zona da Mata.....	137

INTRODUÇÃO: Sobre as contradições nas estruturas de gestão.

“Você estuda, né? Imagina quem viveu na pele.”

Trabalhadora do Projeto Harmonia-Catende

No chamado campo da economia solidária, a recuperação da Usina Catende por seus trabalhadores e trabalhadoras é conhecida como a maior experiência brasileira. Pretendemos desenvolver, nessa dissertação, um estudo de caso sobre essa experiência. A questão principal, pela qual guiaremos nosso trabalho, é compreender como se deu o processo de construção dessa autogestão, que possui condicionantes muito específicos, nos quais pretendemos nos aprofundar. Em primeiro lugar, vamos discutir um caso originário de uma massa falida de uma centenária usina de açúcar, que chegou a ser, na década de 20, a maior usina da América Latina. Por se tratar de uma usina, estamos falando da recuperação de uma massa falida que tem uma parte sua industrializada e outra agrícola, uma parte urbana e outra rural. Estamos também discutindo um caso nordestino, situado na chamada Zona da Mata, especificamente região sul da mesma. Trata-se do processo de recuperação de uma usina que faliu no momento em que mais de uma dezena de outras usinas também faliram, sendo que estas fecharam suas portas e assim permaneceram até aparecer algum grupo financeiro ou investidor interessado em comprar o que restou de seus ativos e reerguê-las, fato que nem sempre¹. Em nosso caso, as portas fecharam-se apenas pelo período em que os trabalhadores lutaram judicialmente pela autorização para mantê-la funcionando com uma administração própria, o que também é visto no local como o período em que os trabalhadores expulsaram os usineiros.

Não bastasse a especificidade do caso, também temos nele grande complexidade. Já mencionamos o fato de há ali duas estruturas produtivas paralelas e complementares, com diferentes divisões de trabalho em seus interiores. Do lado rural, temos a organização do

¹ Uma simples viagem a região permite observar um amplo conjunto de esqueletos de usinas paradas, cujos patrimônios simplesmente foram abandonados.

campo, do plantio e corte da cana, além da diversificação das atividades agrícolas ocorridas nos últimos anos. A dimensão desses campos, no total de terras da massa falida, está próximo dos 26.000 hectares de terras, subdivididos em engenhos com moradias e infra-estruturas próprias e diferenciadas. Do lado urbano, temos uma estrutura industrial, com outra divisão e complexidade de trabalho, mas também partícipe da mesma massa falida.

Para além da própria organização da produção, temos complexidades nas estruturas sociais e políticas que dão sustentação ao projeto. São cinco municípios nos quais os engenhos possuem terras, cada um deles com um sindicato de trabalhadores rurais. A representação dos trabalhadores das funções industriais se dá por meio do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria do Açúcar e do Alcool do Estado de Pernambuco, com sede em Recife, tendo em Catende um Diretor de Base, e dos sindicatos dos seguranças e dos motoristas, cada um com seus respectivos representantes locais.

Em cada engenho existe uma associação de morador, todas elas criadas posteriormente à falência e por influência da administração da própria usina. Tal processo, em que nos aprofundaremos no desenvolver deste estudo, gerou ações que acabaram por criar canais de comunicação *diretos* com os moradores, operados de forma bilateral, transmitindo decisões do coletivo do projeto, mas também funcionando como meio de recebimento de sugestões e impressões desses moradores. Nos últimos anos, foi consolidada a efetiva participação dessas comunidades em uma nova instância decisória, ainda informal e em instalação, chamada de Grupo Gestor, Conselho ou mesmo “reunião do chalé”. Essa participação se dá de maneira conjunta à participação já mais consolidada dos sindicatos nessa gestão, a qual ocorre desde o início do pedido de falência dentro de um comitê auxiliar do síndico e seus administradores.

Em diálogo com essas instâncias está a estrutura mais tradicional², aquela da administração da massa falida, herdeira do escritório da Usina, que ainda emprega um quadro de funcionários na gestão da empresa. Ligadas ao síndico da massa, essa equipe é autônoma em relação às demais formas de participação do empreendimento, o que se mostra em pontos em que são conflitantes algumas informações passadas por esses *técnicos* e aquilo que é

² Utilizamos a expressão “mais tradicional” porque na administração e no escritório estão, juntamente com as coordenações da produção de campo e da indústria, as estruturas hierárquicas modificadas, mas oriundas da antiga usina, cuja lógica de funcionamento é a do trabalho subordinado, organizado de cima para baixo.

absorvido pelos demais trabalhadores. Mas isso não impede que muitas situações tenham sido relatadas nas quais decisões *técnicas* estão sendo mudadas por sugestão das instâncias de participação, o que indica a politização, no sentido participativo, da própria técnica. Essa é outra discussão que pretendemos fazer mais adiante.

No pano de fundo de todo esse processo de *transição* de estruturas, foi criada uma equipe chamada Harmonia, ligada à nova empresa que deverá ser sucessora da massa falida. Sua criação estava voltada à função de realizar processos de formação, mas hoje passou a ser uma peça-chave no acompanhamento de trabalhos executivos relacionados a operações de crédito. Essa tem sido uma estrutura interessante de trabalho que visa consolidar mecanismos auxiliares de gestão, mas ainda é pouco compreendida pelos trabalhadores em geral e, mesmo entre seus membros, essa equipe encontra-se em definição de papel.

Assim, podemos dizer que a construção da autogestão tem se dado como uma história do conflito e síntese entre novas e velhas práticas, de novas e velhas estruturas, do velho com o novo. Nesse processo, o velho está presente como estrutura voltada à organização da produção, como a estrutura estável, confiável, como aquilo que responde ao que o ambiente externo precisa ver. Confiança do juiz de que os negócios estão sendo bem conduzidos e, portanto, o patrimônio ao menos está sendo preservado. Confiança dos agentes de mercado de que as operações econômicas feitas em nome da massa falida têm credibilidade para que possam visualizar, no futuro, o saldo de seus débitos passados ou mesmo para credenciar os novos gestores, os trabalhadores, para realizar novas operações. Confiança – e para nosso estudo, essa talvez seja a mais importante – dos próprios trabalhadores de que a nova gestão está sendo eficiente, em nome deles, mas com sua referência pautada, geralmente, nos padrões vividos no passado³. Dentro dessa estrutura velha está a própria coordenação do campo e da indústria, onde a decisão do trabalho e a determinação das tarefas ainda é feita por gerências

³ Exemplo disso são os critérios aprendidos para avaliar a safra, que está baseada nos índices de plantio e produtividade da cana. Não que o fato dessa avaliação se dar de forma ampla ser um avanço, quando antes era restrita aos investidores e seus técnicos e hoje é acessível a um grande contingente dos participantes trabalhadores. Mas ainda existe um limite na reflexão e possibilidade de construção de novos referenciais. Exceção a esse critério se dá apenas na crítica à modernização, processo que tem sido apontado como contraditório por muitos que dizem que em vez de reduzir mão de obra no escritório, tem “aumentado o número de doutores e pessoal por lá”.

(ou supervisão ou superintendência, mas sempre instâncias acima daquela na qual o trabalhador opera).

É preciso dizer, entretanto, que a estrutura de modo algum é exatamente a mesma que a anterior, pois na gestão atual não permanecem as condições de semi-escravidão às quais o trabalhador ali foi historicamente submetido⁴. Assim, o velho já é modernizado (sem arma ou violência e com participação), mas a decisão sobre a produção em si ainda fica distante do trabalhador, muitas vezes sendo apenas consentida e não consensuada, situação em que não sabemos os limites de transformação possíveis para uma estrutura de produção sucro-alcooleira do porte de Catende.

É nessa complexidade e especificidade que nosso trabalho deverá se desenvolver, ou seja, na análise das contradições, conflitos e conquistas que esse coletivo conseguiu atingir em sua história de luta. Para que haja melhor compreensão e definição de nossas discussões, começaremos com uma breve explanação sobre o campo em que estamos nos colocando, o da economia solidária. Em seguida faremos um resgate sócio-histórico tanto do setor como da própria usina, abrangendo também, dentro do escopo de nosso trabalho, os movimentos sociais previamente constituídos e que deram corpo ao processo. Por fim, nos aprofundaremos em nossa questão mais específica, a construção da autogestão em Catende.

Esperamos, assim, ter apresentado os principais elementos que deverão ganhar corpo em nossa discussão e que caracterizam o convívio das velhas com as novas estruturas da gestão de Catende. Acima de tudo, ao discutir a economia solidária, a participação de trabalhadores e a construção concreta de uma autogestão, queremos poder elucidar o conjunto onde cada elemento desse processo está situado.

⁴ Utilizamos a figura da semi-escravidão, pois, apesar do trabalho assalariado formalmente estabelecido, depoimentos colhidos nos contam que “o cabo andava com o revólver no quarto [cintura], a mostra, para usar assim que pudesse, mesmo que não precisasse”. Além da violência, havia impossibilidade absoluta de diálogo, qualquer fala era considerada contestação e qualquer contestação era uma justificativa para cortar o ponto. Não bastasse a opressão, ainda tinham o controle financeiro feito até recentemente pelo barraqueiro em seu barracão, peça-chave no reforço dos laços de dependência do trabalhador com os usineiros.

SOBRE A METODOLOGIA DE CAMPO

Antes de começarmos as discussões que foram colocadas, gostaríamos de tecer alguns comentários sobre a metodologia de campo, descrevendo nossa ação nas investigações desse trabalho, para aclarar eventuais dúvidas sobre os motivos ou meios pelos quais obtivemos as informações aqui registradas. Assim, definida a problemática de estudar, que era *período pós-falência* da Usina Catende, em seu processo de construção da autogestão dos trabalhadores, com a chegada ao campo, novas questões começaram a se colocar. Por isso, vamos também fazer um histórico do processo de construção de nossa experiência de campo, base principal do trabalho.

Após a longa viagem de avião, em uma quarta-feira à noite, para Recife, permanecíamos tensos com a responsabilidade de fazer essa dissertação acontecer. Em primeiro lugar, porque sentíamos que estava um pouco em aberto a própria abordagem que teríamos sobre o objeto e, mais que isso, o corte que precisaríamos fazer para aproveitar os curtos vinte dias que ali ficaríamos. Percebemos que nossas questões eram válidas e necessárias para o momento, pois elas só puderam ser resolvidas ao longo das entrevistas e, principalmente, pela própria vivência do campo, com as múltiplas conversas informais e, sobretudo, pela grande disposição que tivemos das pessoas em nos ajudar⁵. Somava-se a isso, a responsabilidade de estudar o que sabíamos ser a maior experiência de autogestão do Brasil, dentro dos limites que são colocados para uma dissertação de mestrado.

Nossa chegada se deu por volta das 23:30 e fomos dormir à 1:00, na casa de um assessor do projeto cuja família mora em Olinda. No dia seguinte, tomando café da manhã, já começamos as ditas conversas quando aquele assessor e sua esposa teceram uma série de comentários interessantes e fizeram sugestões sobre as possibilidades para o desenvolvimento do trabalho. Por essa primeira impressão, e que depois veio a se confirmar como generalizada

⁵ Ao iniciar nosso estudo, adotamos como paradigma o processo descrito por Leite Lopes (1976) ao realizar sua pesquisa de campo. Na introdução de seu trabalho, ele narra sua experiência indicando as dificuldades para entrar nas usinas e para conversar com os trabalhadores. A primeira se dava por estar em plena ditadura militar, o que impunha a necessidade de aval dos usineiros. A segunda decorria do fato de que, ao conseguir aquela autorização, passava a ser identificado pelos trabalhadores como ligado aos patrões. Em nosso caso, ocorreu o oposto, pois o coletivo do Projeto apresentava mais que disposição, mas necessidade de contar suas histórias e opiniões. Esta situação foi reforçada por não precisarmos de autorização para circular pelas terras da Usina.

(salvo raras exceções⁶), percebemos que as pessoas queriam nosso trabalho bem feito e estavam dispostas a ajudar, mesmo com nossa necessidade de realizá-lo de uma perspectiva crítica.

Entre as sugestões que nos foram dadas naquela manhã, estavam alguns recortes para o público das entrevistas, o que nos permitiria dar conta de uma amostra de diferentes realidades entre os engenhos: foi-nos sugerido o corte por Zonas de Produção Agrícola – ZPAs, em numero de seis e por municípios, que são cinco, além de corte pela posição institucional dos interlocutores, de forma que aparecessem diferentes posições sobre o processo da autogestão em construção, incluindo a abertura de espaço para os divergentes.

Depois desse produtivo café da manhã, pegamos uma carona com aquele assessor e mais um outro que também se dirigia à Catende: no caminho conversamos sobre a situação atual da usina, a conjuntura política, o panorama da economia solidária no Brasil, nossa relação com Venezuela (o então Ministro da Economia Popular do governo daquele país, Elias Jaua, havia passado por lá há uma semana e existiam dúvidas quanto às possibilidades de parceria concreta com eles), até chegarmos a nosso trabalho de pesquisa. Manifestamos preocupações, descrevendo a definição do objeto e as questões metodológicas colocadas, como a própria influência da direção/coordenação do projeto (incluindo os dois assessores) e aquela proximidade que ali já estava posta. Foi consenso a necessidade de estabelecer um padrão onde a pesquisa pudesse ser vista com distanciamento daqueles agentes (que, apesar de amigos, são de fato parte da direção), mas com legitimidade para transitar no projeto, de forma que as pessoas dessem valor ao trabalho em desenvolvimento e entendessem a importância de sua participação sincera nele. Também discutimos formas como poderíamos trabalhar as múltiplas contradições postas em questão, e ambos os assessores levantaram problemas parecidos sobre as dificuldades coletivas enfrentadas: fome, miséria, situação de trabalho sem receber salários, horas trabalhadas, desigualdade entre os agricultores e reprodução da relação de empregado-patrão, que coloca na direção atual o papel dos antigos usineiros.

⁶ No decorrer de nossa estada foram duas as principais resistências vividas: alguns poucos trabalhadores sentiam-se realmente incomodados em nos fornecer entrevistas, principalmente por acharem que poderiam sofrer sanções ao fazerem críticas; houve também aqueles que pensamos terem omitido fatos relevantes pela leitura que tinham de nosso trabalho. Ambas as interpretações são nossas, sem termos condições objetivas para dizer se de fato ocorreram; no entanto foram nossas impressões no desenvolvimento do trabalho.

Nessa conversa, surgiu uma questão cuja relevância para nosso trabalho foi se tornando cada vez maior: a explicação do porquê de dezoito usinas entrarem em falência na mesma região, no mesmo período, algumas delas com um número de organizações e assessorias semelhantes à Catende, mas somente nesta ocorrer o processo de autogestão. Essa já era uma questão antiga, levantada antes mesmo do início de nossa pesquisa, mas que estava colocada para um segundo plano por tratar-se de um fato sobre o qual não tínhamos informações suficientes. Entre as hipóteses discutidas para o fenômeno, começaram a aparecer elementos como a existência de uma história consolidada de movimento social na região e a figura de uma grande liderança, que congregava uma série de atributos, como escuta, parcimônia e clareza política, além do vínculo com a terra quando “[ele] planta cana desde os nove [anos de idade]”. Percebemos, então, que ali poderia estar um ponto importante para nossa discussão. A consequência lógica de nosso raciocínio nos levou a entender a dificuldade de efetivar processos semelhantes em outras regiões e que foram questões muito particulares que tornaram possível que a autogestão tivesse ocorrido apenas em Catende. Como contraponto, estava a experiência de Pindorama, que até possui uma organização coletiva de trabalhadores, mas que, além de menor, é oriunda de um processo de sucessão familiar sem conflito, diferente, portanto de Catende⁷. Assim, trata-se de uma experiência com nuances de exclusividade.

O mais importante dessa primeira conversa foi perceber que existiam elementos de passado e elementos de futuro que estavam postos para o presente daqueles trabalhadores com quem iríamos desenvolver nossa pesquisa, e que, para aprofundar nossas discussões, teríamos que entrar nessas questões para situar o local de onde vinham as opiniões. Um exemplo se deu no próprio caminho quando foi apresentada a problemática de uma provável reforma agrária que deverá ocorrer em breve e até ali os agricultores iriam receber a terra junto com uma indenização calculada em R\$ 18.000,00 cada. Esses agricultores poderão, no uso desse recurso, capitalizar o empreendimento coletivo ou realizar benfeitorias individuais em *suas propriedades*. Existem premências individuais que parte desse recurso deverá suprir, como melhorias nas residências e alguns investimentos na própria produção. Mas, por ser uma opção

⁷ Em Catende, a autogestão surge da transformação de uma empresa patronal em “empresa de trabalhador”. Pindorama foi a construção de uma cooperativa a partir de agricultores familiares que se uniram para beneficiar coletivamente os produtos em comum.

individual, também pode haver pessoas que extrapolem a priorização de seus interesses e não queiram depositar nada para o projeto coletivo⁸. Aí surge uma outra questão relevante, já anteriormente levantada nas discussões do próprio projeto de pesquisa: Por que em Catende as pessoas fizeram e fazem opções pelo coletivo? Qual seria a motivação delas ao querer construir algo que seja de todos? Tentamos compreender em que se baseiam ou acreditam para fazer tal opção. Isso porque sabemos que, no fundo das opções coletivas, existem sempre as opções individuais, que permitem a esse coletivo caminhar. A imagem apresentada, naquela conversa com os assessores, era a de um gigante que anda dentro de uma creche, com medo de esmagar as pequenas crianças, medo que o coletivo esmague o indivíduo.

Assim, chegando ao “Chalé” de Catende, antiga casa grande, que hoje é espaço de encontro e reunião dos trabalhadores, local também onde iríamos nos hospedar, começamos a fazer um roteiro de perguntas que sistematizasse as questões. Sua função principal era situar as falas dos entrevistados em relação ao lugar de onde falavam (perguntas sobre situação de trabalho, moradia e vida), ao mesmo tempo em que pudesse colher opiniões sobre suas visões do processo de gestão coletiva em construção – o quanto, de fato, se sentiam parte e sentiam que os demais se viam como parte do funcionamento de Catende (em uma comparação entre o passado e o presente). Esse roteiro é o primeiro anexo deste trabalho⁹.

E, assim, nosso primeiro contato formal com o projeto foi participando de uma reunião com todos os representantes das associações e dos sindicatos, o chamado Conselho Gestor de Catende. A reunião tinha por objetivo passar as últimas informações sobre o período

⁸ Naquela discussão, foram feitas especulações sobre a possibilidade de selecionarem três ou quatro engenhos mais distantes para destinação àqueles que querem uma opção individual radical, deixando a usina para o coletivo, sabendo que a maioria diz querer trabalhar o que é de todos.

⁹ Para a formulação desse roteiro, também retomamos as entrevistas que foram realizadas pelo Prof. José Francisco Melo Neto (UFPB) para seu doutorado, em 2001, nas quais pudemos perceber que, já naquele momento, existiam vínculos de luta e solidariedade entre os 27 entrevistados, mas que ainda se voltavam à condição de “recuperar a empresa e manter os empregos”. Pelas discussões ocorridas durante a primeira reunião de que participamos, tivemos a impressão de que agora o vínculo aponta para outras questões, como o compartilhamento conjunto dos créditos, da gestão e divisão das terras (inclusive com questões específicas para o plantio de cana própria e uso de animais) e da comercialização do açúcar (discussões sobre os resultados das vendas e custos dos gastos realizados). Pela abrangência que seria necessária para aprofundar a compreensão dessas questões e visando aproveitar melhor o tempo disponível em campo, resolvemos abordar, o olhar daquelas lideranças eleitas (que tomamos, então, como legítimas) sobre seu entendimento desse processo, bem como, sobre os entendimentos que estes vêem em seus representados (bem como da coordenação e assessoria técnica).

de moagem, que se encerrava naquele domingo¹⁰. Conseguimos um espaço na pauta e fizemos nossa apresentação do projeto de pesquisa pela Universidade de Brasília, com o qual buscávamos compreender melhor a construção que eles estavam fazendo, que era o projeto Harmonia-Catende. Como até ali algumas daquelas pessoas nos conheciam por nossa ação de trabalho no Governo Federal, essa nova condição nos tirava, e isso era importante, da posição de agente de governo. Fizemos, assim, questão de explicitar publicamente a dificuldade de separar as funções, do curto tempo que tínhamos para fazer esse trabalho e da idéia de que não queríamos acessar apenas um “quadro bonito” das coisas que estão dando certo; ao contrario, estávamos ali para conhecer melhor a realidade concreta deles, inclusive com os problemas e dificuldades que estavam sendo enfrentados.

De imediato, algumas pessoas levantaram a mão perguntando se podiam começar a falar ali mesmo... ou seja, conseguimos começar a estabelecer uma espécie de pacto para a realização da pesquisa, que agora não contava apenas com a coordenação mais restrita do projeto, mas com os diversos sujeitos que fazem parte (que poderíamos definir como donos/sucedores) dessa autogestão. Depois da reunião, um conjunto de pessoas já nos procurava para passar seus contatos e se colocar à disposição para quando fosse preciso. E começamos a marcar esses contatos em nosso caderno de campo.

A problemática amostragem/tempo/abordagem assim já estava recolocada, de uma forma diferente de quando havíamos chegado: agora, com a certeza da disposição de contribuição dos sujeitos, era preciso planejar uma ação exequível e que fosse viável dentro do período disponível. Sabíamos que seria muito difícil conseguir reuniões com todos os presentes, pois eram 48 associações de moradores, cinco sindicatos e mais a equipe de apoio, o que, por baixo, daria um total de mais de 60 entrevistas em 20 dias. Assim, víamos como possível realizar as entrevistas de modo mais livre (de acordo com a disposição das pessoas) e nos guiar pela “rede”¹¹ de contatos, que eram indicados ao longo das entrevistas, o que nos ajudaria enquanto critério para priorização dos entrevistados. Para isso, o primeiro passo era a

¹⁰ Isso significava que, mesmo sem planejar, havíamos chegado em um momento muito interessante para a pesquisa, pois ainda estava em curso o fim do corte da cana, iniciavam-se os reparos industriais e os preparos agrícolas da nova safra. Essa era a marca do início da “entresafra” e o do período de negociações para a nova safra, que é o momento de maior dificuldade do ciclo de produção para os trabalhadores, pois sem receita ocorrem atrasos nos pagamentos e parte do pessoal “safrista” (temporário) é dispensado.

¹¹ DUARTE, 2002

realização de entrevistas não estruturadas sobre a organização geral do projeto, com os responsáveis pela coordenação do campo e da indústria, buscando fechar um quadro de funções e hierarquias do projeto e podendo nos situar naquelas indicações. Ao mesmo tempo, conseguimos um mapa (ver anexo) para visualizar o espaço de nosso deslocamento¹².

Tínhamos um roteiro, um mapa e um conjunto de contatos a partir dos quais poderíamos ir para a ação. E assim fizemos e foi, no desenvolvimento dessas entrevistas, que a metodologia melhor se construiu. Percebemos então que, depois da explicação sobre os objetivos da pesquisa, era necessário que colocássemos as perguntas de forma espontânea, situando os entrevistados em relação à estrutura funcional da empresa, antes e depois da falência, e nas histórias da própria falência (como ocorreu, porque ocorreu e a participação dos mesmos). Além disso, buscávamos compreender seus pontos de vista sobre a situação atual (vantagens, desvantagens, soluções e problemas que permanecem).

Dessa forma, com esses eixos, os temas relativos à participação, representação, posse (terra, patrimônio, direito) e mecanismos de decisão apareceram como decorrências dos contextos que eles mesmos criavam e onde se colocavam. Isso permitiu que as opiniões fossem permeadas de sentimentos, impressões e descrições de situações concretas vividas.

Algumas respostas sobre a história passada (com críticas ao passado, pelas condições de exploração/escravidão/violência, e com elogios aos pagamentos em dia e à organização do trabalho), sobre as mobilizações (participação dos sindicatos, do governador Miguel Arraes e de lideranças, as experiências da fome, da superação da exploração, de injustiças, a visão do exibicionismo dos usineiros e a força do trabalhador unido), sobre a greve ocorrida e as demais ações coletivas (principalmente a negociação na justiça) começaram a se repetir. Do início do processo à situação atual, começamos a perceber eixos nos quais os nossos interlocutores se embasavam e com isso começamos a ter mais clareza para a sistematização proposta. Por outro lado, também se apresentaram algumas críticas,

¹² Nosso trânsito nos 26.000 hectares do projeto se deu através de “caronas” nos carros do próprio projeto, mas a sua maioria foi percorrida com Flaudemir Souza da Silva, o Neguinho, nosso moto-taxi contratado. Foi muito interessante esse meio de locomoção pelo contato com Neguinho, que muitas vezes nos deu um retorno sobre as entrevistas, principalmente com comentários sobre os fatos relatados e mesmo sobre nossa abordagem. Diversas vezes fomos corrigidos nas expressões utilizadas, que eram incompreensíveis para o pessoal de lá, o que facilitou posteriores aproximações nas entrevistas.

como a distância da administração em relação aos trabalhadores e a falta de informação de alguns participantes por insuficiência dos canais de comunicação.

Constatamos que essas opiniões eram sempre ponderadas pelo sentimento de que, agora, tinham mais informação que antes, mais liberdade, maior possibilidade de questionamento. E também ficou clara a afirmação da importância de poderem plantar e organizar a vida política por meio das associações. Nas visões de futuro foi que apareceu uma gama mais abrangente de opiniões, indo da volta do patrão, passando pela divisão das terras individualmente e chegando à construção da autogestão como um projeto sólido para aquele coletivo. E foi nesse processo que pudemos reconstituir as histórias que iremos discutir para compreender os desdobramentos de nossa questão.

Ainda no tocante ao campo, acreditamos que outros elementos interessantes precisam ser registrados. Em primeiro lugar, a disponibilidade de gravador, câmera digital e computador geraram facilidades e, ao mesmo tempo, dificuldades¹³. Entre estas, a qualidade dos registros, que ficaram aquém do esperado (nem sempre o gravador conseguiu captar as opiniões com qualidade para reprodução posterior). Por outro lado, a tecnologia nos permitiu maior liberdade em relação aos nossos demais registros durante as entrevistas. Sentimos que, por estarmos só, o uso do gravador, quando não mexido permanentemente, acabou sendo incorporado como normal nas situações e não mais incomodou alguns entrevistados. Isso permitiu que muitos diálogos ocorressem de maneira mais corriqueira, deixando o entrevistado solto para falar, e permitindo maior profundidade nos assuntos tratados. Ao mesmo tempo, sentimos que essa liberdade diminuía quando parávamos para realizar apontamentos no caderno de campo, pois as pessoas pareciam sentir uma “oficialidade” no depoimento e, muitas vezes, se constrangiam. Por isso, acabamos reduzindo nossas anotações para poder aprofundar os depoimentos.

Quando algumas gravações perderam sua qualidade por ruídos do ambiente que as tornaram de difícil audição, algumas falas de fato acabaram perdidas. Ficou claro, assim, que as gravações não substituem o caderno de anotações. Também ficou claro que o roteiro de entrevista semi-estruturado, quando feito de forma encadeada com as respostas dos

¹³ Durante nossa pesquisa, fizemos uso de um computador portátil, de uma câmera digital e de um gravador também digital, os quais permitiram o arquivamento de muitos dos materiais aqui utilizados.

interlocutores, permite ao mesmo tempo registrar as opiniões e dar uma seqüência lógica à conversa, tornando-a muito interessante (casamento das histórias), o que somente é possível nessas condições de trabalho.

Queríamos, ainda, aprofundar um aspecto, já mencionado, do trabalho de campo: a nossa dupla condição como membro de governo e pesquisador da universidade. Ao início de cada entrevista, tentamos fazer um pacto com os entrevistados para que eles nos vissem como pesquisador e não como agente de governo (senão as falas ficavam reduzidas a agradecimentos por determinadas ações e cobrança de outras, ligadas à gestão governamental). Algumas pessoas realmente não conseguiram nos deslocar de papel, inclusive tentando disfarçar sua percepção, mas outras conseguiram de fato nos ver independentemente da função governamental. Mesmo assim, é importante registrar que, com toda a certeza, muitas das portas se abriram pelo nosso histórico de trabalho, que materializava nosso compromisso e a disposição que mantínhamos de seguir junto a eles nos desafios do projeto.

Mais que julgar o correto e o incorreto dos procedimentos, que em nosso entender seguem validando as opiniões demonstradas na pesquisa, foi importante podermos aprender com essa situação, que apresenta aspectos muito interessantes, inclusive para penetrar nos problemas e dificuldades do projeto estudado. Nesse sentido, tivemos a sensação de que a confiança previamente construída nos autorizou frente às pessoas muito mais do que poderíamos ter conseguido ao tentar convencê-las de nosso trabalho, pelo menos no curto período de campo que tivemos à disposição.

Uma passagem sobre a dificuldade em mudar nosso papel ocorreu de nossa parte e merece registro: exatamente pelo compromisso com o projeto, por estar acompanhando ainda mais o cotidiano de luta com o qual estivemos em contato, por algumas ocasiões realizamos telefonemas para Brasília a fim de situar a equipe de nossa Secretaria¹⁴ no Ministério do Trabalho e Emprego sobre urgências de determinadas ações, mesmo em nossa ausência. Por um lado foi ruim comprometermos períodos do “campo” (que eram férias do trabalho) para realizar essas tarefas, mas também foi muito difícil ver os problemas reais, podendo auxiliar em sua solução e permanecer em uma falsa condição de neutralidade, fingindo não sermos

¹⁴ Trabalhamos como Assessor do Secretário no Gabinete da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), espaço de governo criado, em 2003, para cuidar do fomento e apoio ao desenvolvimento da autogestão e cooperativismo no Brasil.

quem éramos. Na mesma linha, tivemos situação em que fomos convidados a participar de eventos, como um curso de formação da Federação dos Trabalhadores da Agricultura de Pernambuco – Fetape, no qual queriam que fizéssemos uma representação de governo na mesa de abertura, e não nos recusamos a cumprir esse ambíguo papel.

Por fim, nas contradições de nossos papéis, tivemos ocasiões em que a própria militância, não apenas a institucional, nos chamou à cena: ocorreu uma conversa sobre a campanha de um candidato à deputado para a qual fomos convidados (em um sábado, fora do expediente da Usina, na sala da Harmonia) e, em outra situação, quando visitamos um Engenho em que a Presidente da Associação nos pediu uma palavra sobre a conjuntura política do país, para a qual não nos furtamos. Não poderíamos nos ver como neutros numa realidade com determinadas disputas tão claras e mecanismos de dominação, onde mesmo quando sem intenções, somos vistos como parte dela e não como meros observadores: acabam envolvendo diretamente determinadas questões relativas aos limites e possibilidades concebidos no marco de nossa pesquisa participante.

E, de fato, nessas experiências também apareceram comportamentos muito interessantes e sínteses importantes da realidade vivida coletivamente naquela região, incluindo os relatos que nos fizeram sobre compra de votos e mesmo a discussão sobre a ausência de uma história coletiva de militância pelos direitos, em termos de poder público e partidos, para aquelas pessoas enquanto grupo. Antes eram apenas, quando muito, companheiros de trabalho e agora iniciam um processo de transparência na construção de suas relações políticas, buscando respeitar a liberdade de cada um. Ao mesmo tempo, buscam usufruir de sinergia onde ela pode auxiliar ao próprio projeto, principalmente no que tange à ocupação de espaços públicos e ao apoio que estes podem dar ao projeto, como era o nosso caso junto ao Governo Federal. Essa é, com certeza, uma importante faceta de nosso trabalho e que nos remete aos motivos de nosso estudo naquela usina.

Se, ao falarmos em economia solidária e autogestão, estamos trabalhando com conceitos de transformação social e participação política, nesses espaços foi que a vida se mostrou com maior clareza e espontaneidade. E, assim, pudemos também nos aproximar mais das razões de existência da autogestão no projeto Harmonia-Catende, que iremos desenvolver a seguir.

Capítulo 1 - A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO UM MODO DE PRODUÇÃO NÃO CAPITALISTA

Para iniciar a discussão aqui pretendida faz-se necessário, em primeiro lugar, uma definição clara do campo no qual iremos situar nosso objeto. Para isso, faremos uma breve passagem pelas discussões daquilo que hoje está consagrado como o campo da economia solidária. Duas abordagens podem ser interessantes nesse processo. Uma primeira diz respeito à situação histórica do nome. Semanticamente, a expressão “economia solidária” foi definida durante discussões, principalmente acadêmicas, da década de 90. Por mais divergências que possamos ter quanto à situação, sabemos que o uso mais ou menos simultâneo se deu entre estudiosos do mundo do trabalho que, frente ao amplo processo de flexibilização das relações de trabalho nas décadas de 80 e 90, observaram trabalhadores e trabalhadoras serem empurrados para o desemprego e iniciarem a busca por alternativas de renda por meio de sua auto-organização. Da análise do (res)surgimento dessas práticas e da percepção de sua ampliação concreta como meio de sobrevivência, foi que se deu a formulação do nome. Ressaltamos o fato de que a atenção voltada a essas práticas não se deu por qualquer fenômeno inexplicável, mas, muito provavelmente, pelo fato de que elas retomavam uma pauta política de militantes de esquerda que há décadas haviam defendido o caminho da autogestão como uma passagem legítima e possível para a construção do socialismo¹⁵. Na base dessa discussão, está a crítica radical do capitalismo como modo de produção e a necessidade construída de sua superação pelo estabelecimento da organização para a reprodução social a partir da posse coletiva dos meios de produção que permite o estabelecimento de outras relações de trabalho.

É importante explicitar tais pontos de crítica radical a fim de nos situarmos no dito debate. Concretamente, o desenvolvimento do capitalismo está pautado pela base relacional da posse privada do capital por alguns que não necessitam trabalhar na produção e contratam para isso um conjunto de pessoas, que, sem possuir esse mesmo capital, vendem sua força de

¹⁵ SINGER (2001), LISBOA (2001), MARTINS e NUNES (2004), entre outros.

trabalho para ser aplicada na produção do primeiro. Temos aqui uma relação alienada de trabalho, onde o dono do capital dá as ordens àqueles que trabalham na produção dos bens e serviços da sociedade, sem que estes possam ter livre domínio de suas atividades. A esse *despotismo*, a ordem do patrão, soma-se a anarquia do mercado cujo funcionamento *livre* implica no planejamento *ex-ante* das operações das empresas com os dados obtidos *ex-post* da produção passada. Sem sombra de dúvidas, há um sistema de erros permanentes entre a produção das empresas e as necessidades da sociedade, que irá precificar os produtos de acordo com seus desejos. Assim é estabelecido um sistema de votos de prioridade por toda a sociedade que, pelo exercício democrático de mercado, irá definir suas prioridades. Numa sociedade justa, este poderia ser um mecanismo de alta eficiência, com o desejo de todos sendo manifesto pelo seu igual poder de influência distribuído equitativamente entre os indivíduos e famílias. Numa sociedade desigual como a que vivemos desde o início do capitalismo, salvo raras exceções de democracias onde a igualdade é algo muito próximo da realidade, a desigualdade faz com que alguns possam “votar” muitas vezes mais que os outros. Assim, em vez de a prioridade refletir a necessidade do todo, ela é pautada por aqueles que têm poder de compra¹⁶.

Com capital, sem necessitar trabalhar e ao mesmo tempo, com poder de compra, determinando com mais vigor as prioridades sociais, e com um amplo conjunto de mecanismos que daí decorrem, vivemos uma permanente situação de dominação de classe reproduzida dentro do sistema. Nessas circunstâncias, os conceitos de trabalhadores e patrões ganham significado não apenas retórico ou abstrato, mas são identidades concretas de que papel os indivíduos cumprem na sociedade como um todo. A bandeira socialista, e a convergência crítica já descrita podem ser apontadas como a proposta e a ação para a superação dessa sociedade de classes. E a proposta da economia solidária foi formulada, na década de 90, como síntese de um amplo conjunto de bandeiras que estavam dispersas, mas que apontavam esse socialismo, o socialismo democrático¹⁷.

¹⁶ CASTORIADIS (1979).

¹⁷ Com a derrocada da União Soviética e a queda do muro de Berlim, a esquerda mundial, e em particular a brasileira, passam por crises em seus referências políticos. Poucos foram aqueles que permaneceram, após a divulgação das atrocidades cometidas no regime soviético, defendendo aquela forma de ditadura do proletariado como o caminho para o socialismo. Mas o fim da guerra fria não significou a morte do socialismo, que continua

A segunda aproximação importante, e talvez mais relevante sobre o nome, diz respeito a seu próprio significado. Por maiores que possam ser as divergências entre o amplo conjunto de autores que hoje trabalham o tema, estamos entendendo economia solidária como processos produtivos organizados segundo os princípios da autogestão e do cooperativismo, em cuja raiz principal está a posse coletiva dos meios de produção (ou meios de trabalho) e a gestão democrática da aplicação e uso dos mesmos. Mas essa definição não é consensual, principalmente quando passou a ter implicações políticas em seu uso.

Ao estabelecer o campo da economia solidária como um signo, uma identidade entre práticas, ao mesmo tempo práticas próximas passaram a ser excluídas do mesmo. Dois exemplos concretos nos ajudam a compreender esse processo. Não seria exagero afirmar que, na definição da própria economia solidária, a cooperativa e o cooperativismo aparecem como figuras centrais em termos de organização da produção. Ocorre que, além das cooperativas que de fato praticam a autogestão, existem também empresas criadas entre fazendeiros latifundiários com a denominação de cooperativas. Por ser uma empresa entre pessoas físicas, os próprios fazendeiros, entre eles pode haver posse coletiva da empresa criada e gestão democrática da mesma. Em suas fazendas, entretanto, são mantidas relações subordinadas de trabalho. Dessa forma, na base da produção da cooperativa, estão empregados ou mesmo trabalhadores informais realizando o trabalho, e não cooperados. Participantes desse sistema de produção denominado “cooperativo” reivindicam para si a promoção do cooperativismo, e muitos se colocam como partícipes do campo da econômica solidária. Assim, a própria economia solidária e o cooperativismo são colocados em questão, pois não estariam servindo de instrumentos de transformação das relações de trabalho, ao menos na base dessa produção subordinada, não solidária.

Por outro lado, associações e empreendimentos informais se multiplicam como forma de resistência à exclusão social, praticando a autogestão e sendo geridas por todos os seus participantes, mas sem possuir formalidade jurídica de cooperativa. São empreendimentos, em sua maioria de pequeno porte, que realizam o seu trabalho cotidiano através de relações não subordinadas, mas que não se encontram registrados como atividade

sendo discutido, e a economia solidária é portadora de uma de suas reformulações. SINGER (1998), ANTEAG (1998) e HADDAD (1999).

econômica ou são vistos como de pequena relevância para as estatísticas oficiais. Esses também, em grande parte, consideram-se como participantes da economia solidária.

Não apenas por não possuir uma regulação jurídica clara que pudesse resolver a questão terminológica, mas principalmente por ser recente o conflito, essa é ainda uma questão em aberto, cujo debate corre pela sociedade brasileira, principalmente entre os participantes dessas empresas e associações.

Na academia, o fato político tem repercussões teóricas. Se fôssemos abrir uma linha graduada, poderíamos dizer que existem acadêmicos defendendo desde a economia solidária da empresa cooperativa formal (independente da existência de subordinação) à economia popular (independente de sua formalidade). Para nós, não importa o imediato, mas o projeto ao qual tal coletivo de trabalhadores encontra-se vinculado. Por isso, o pertencimento à economia solidária e sua identidade são questões de práticas política e perspectivas, mais do que apenas uma insígnia.

Fato é que enquanto forma de trabalho, a autogestão também não é coisa recente. Rememora à origem do próprio capitalismo quando se iniciou o estabelecimento de relações subordinadas de trabalho. Naquele momento, com o surgimento da condição do trabalhador como dependente do capital, começam os movimentos de resistência, entre os quais se encontram o cooperativismo e o sindicalismo. O último pela resistência passiva (melhorar as condições de trabalho mantendo o trabalho, ou resistência política nas palavras de Singer, 1998) e o primeiro pela via ativa de produzir sem depender do patrão.

“Em vez do lema conservador de ‘Um salário justo para uma jornada de trabalho justa!’, deverá inscrever na sua bandeira [o movimento operário] esta divisa: ‘Abolição do sistema de trabalho assalariado!’”¹⁸

Após experiências frustradas de mudança radical e sistêmica, que não conseguiram estabelecer-se como alternativa consistente¹⁹, durante a ascensão do próprio sindicalismo como meio de luta pela conquista de direitos, a autogestão passou por um processo de

¹⁸ MARX (1982:184), grifos do autor.

¹⁹ GUILLERM e BOURDET (1976) e MANTOUX (1982)

esfriamento. Com o advento do neoliberalismo, o refreamento das conquistas sociais obtidas pelo movimento sindical, junto com a ampliação radical do desemprego e a flexibilização das relações de trabalho²⁰, houve a retomada da economia solidária como alternativa concreta contra a exploração e a “exclusão social”²¹.

Como muitas outras metamorfoses institucionais que ocorridas a partir da luta dos trabalhadores, a cooperativa enquanto forma de organização do trabalho também foi incorporada ao capitalismo e passou a compor o rol de figuras de reprodução social disponíveis. Por isso, a definição jurídica da cooperativa não resolve a questão colocada em relação ao conceito de economia solidária. E, pelo mesmo motivo, defendemos a necessidade de vincular o termo a seu sentido político, a fim de aclarar as diferenças daquilo que se pode construir a partir dele. Esse é o sentido de luta dos trabalhadores e trabalhadoras contra a exploração do capital, seja ela por meio da exclusão, seja por meio da exploração pelas relações subordinadas de trabalho, pois ambas as situações remetem à necessidade de mudança no modo de produção como um todo. Assim, com Singer (1998a), defendemos o conceito de economia solidária como a construção de um novo modo de produção, não capitalista, um modo de produção solidário.

Ao afirmarmos a economia solidária como modo de produção estamos nos referindo ao debate sobre o próprio conceito de modo de produção, que com Marx (1983a e 1983b) consideramos como a dupla relação de meios de produção e relações de produção, mutuamente estabelecidos. Se estamos falando de uma sociedade que se organiza com outra forma de posse dos meios de trabalho, a posse coletiva daqueles que nos empreendimentos trabalham e, ao mesmo tempo, estamos falando desses sujeitos estabelecendo outra relação de trabalho, o trabalho cooperado, não subordinado, em algum sentido não-alienado²², queremos

²⁰ SINGER (1998b)

²¹ Resolvemos fazer uma nota pela dificuldade de definir a condição daqueles que estão em situação de pobreza. Isso porque, em uma visão sistêmica, não existe exclusão a partir do momento que esses contingentes populacionais fazem parte da reprodução social cumprindo inclusive um papel fundamental para a manutenção das estruturas de dominação que os mantêm nessa condição. Assim, a idéia de excluído aqui utilizada tem sentido na perspectiva da ausência de condições de acesso ao consumo e à vida da forma como se permite às classes dominantes, possuidoras de capital econômico.

²² Fazemos questão de não afirmar com veemência a superação do trabalho alienado por meio da autogestão, pois sabemos pelas experiências praticas conhecidas que não é sempre que todo trabalhador tem acesso a todo o processo produtivo no qual está inserido. Dessa forma, contestar em absoluto a alienação do trabalho poderia ser um exagero. Mas não podemos deixar de dizer que, em relação ao trabalho alienado, a participação na gestão da

dizer que essa alternativa se apresenta como possibilidade concreta de construção de um novo modo de produção.

Não pretendemos aqui fundar uma escola futurologista sobre as possibilidades reais de transformação social por meio da economia solidária, até porque não é para isso que estamos desenvolvendo este trabalho. Mas, como explicitamos em nossa metodologia, acreditamos que será a prática concreta dos sujeitos que poderá comprovar as possibilidades levantadas e que se mostrarão viáveis ao longo da discussão do caso em questão, o da recuperação da Usina Catende por seus trabalhadores e trabalhadoras.

Para melhor aprofundar o problema colocado abordaremos, visitando seu cenário atual em construção, duas dimensões dessa nova forma de organização do trabalho na economia solidária: a economia solidária no mundo rural e a economia solidária no mundo urbano. Fazemos assim porque, em termos de nosso estudo de caso sobre a Usina Catende, essas duas dimensões apresentam-se de forma interessante e particular em sua interação no empreendimento. Ao mesmo tempo, torna-se preciso compreender as especificidades de cada uma delas para podermos discutir suas contradições e sínteses.

ECONOMIA SOLIDÁRIA RURAL: A ORGANIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR

A agricultura familiar é um dos setores mais importantes da economia solidária concreta no Brasil. Por um lado, sua importância se apresenta em dados estatísticos e por informações sobre a representatividade e a dimensão da mesma em termos relativos ao conjunto dos empreendimentos existentes. Em levantamento recente, do ano de 2005, o mapeamento da economia solidária no Brasil²³, feito pelo Governo Federal, em conjunto com setores organizados do Fórum Brasileiro de Economia Solidária em todas unidades da federação, mostrou que, ao menos, 64% de todos os empreendimentos brasileiros realizam atividades agro-extrativistas. Como esse levantamento é o primeiro em nível nacional, com

empresa, direta (por meio de assembléias), ou indiretamente (por meio de representantes que debatem as ações com os trabalhadores), em todos os casos existe uma maior apropriação dos sujeitos de seu próprio trabalho.

²³ SENAES (2006)

uma parte feita ativamente por pesquisadores que foram a campo coletar informações e outra parte feita por auto-declaração de trabalhadores e trabalhadoras, acreditamos que esse número possa até ser maior do que aquele coletado. Mesmo assim, que esse dado seja uma boa aproximação da realidade, temos como fato a relevância dessas atividades para a organização da economia solidária.

Gostaríamos, contudo, de levantar um outro aspecto de sua importância. Estamos falando da economia solidária como a construção de um outro modo de produção. Esse outro modo de produção está pautado por mudanças político-culturais concretas nas relações de trabalho e, assim, na organização da produção e reprodução da vida humana. Desde as discussões clássicas da economia-política inglesa, ou mesmo da sociologia francesa e alemã, a agricultura sempre foi colocada como princípio gerador da vida, o alimento. Desde a visão restrita do ciclo econômico entre famílias e empresas, até as teorias da mais valia, a produção de alimentos é condição *sine qua non* para nossa sobrevivência. Isso sem apelarmos para a concretude dessas teorias, pois sabemos das dificuldades que nossos corpos teriam para sobreviver sem alimentos²⁴.

Assim, levantamos não apenas a importância estatística do que acontece, mas também a estratégica de podermos ter na base da sociedade, ou seja, na produção dos alimentos, a possibilidade de que esta se dê de forma solidária. Ressaltamos, também, que agricultura não significa apenas alimentos, mas um conjunto de matérias-primas que são necessárias para diversas cadeias produtivas, inclusive de vestimenta, moda e cultura. Falamos da produção de fibras para tecidos, tapetes, de sementes para indumentárias, entre outros produtos.

Temos também um outro ponto importante para aprofundarmos a discussão sobre as especificidades do setor para a economia solidária. Trata-se da agricultura familiar que, como o próprio nome já nos diz, é aquela organização da produção agrícola com base na estrutura da família. Sabemos que muito da organização familiar, ao contrário da democracia, se dá por meio da hierarquia patriarcal ou, em alguns casos, pelo respeito e obediência à mãe.

²⁴ Não iremos discutir, ao menos nesta dissertação, propostas alternativas de sobrevivência por meio apenas da ingestão de água, ou mesmo por meio do consumo de luz. Podendo ser uma limitação nossa, ainda colocamos a alimentação por meio da ingestão de alimentos, como a única fonte para a reposição de substâncias necessárias para a realização de nossa vida, para a geração de nossas energias vitais.

O interessante que notamos no desenvolvimento da agricultura familiar nos últimos anos, quando passamos a ter um contato mais intenso e próximo com elas, é que prevalece ali uma visão de defesa da condição de agricultor em contraposição ao avanço da grande agricultura. E isso se deu de modos diversos, entre eles, pela própria organização coletiva dos mesmos para beneficiamento e comercialização de seus produtos, ou por meio da luta social organizada em movimentos que passaram a ter na base familiar a sua unidade.

Se nos aproximamos, à título de exemplo, do processo de discussão do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, notamos uma mudança qualitativa entre sua luta na década de 90 e sua configuração atual. Inicialmente a conquista da terra era um fim, e a ocupação um meio. O período pos-conquista era para uma instalação de atividades produtivas pelos trabalhadores, que o faziam de acordo com o que fosse possível frente a retaliação racional que os órgãos de governo faziam do terreno quando da titulação das terras²⁵. Em termos mais gerais, existia a proposta do Sistema Cooperativista de Assentados – SCA, como idéia de coletivização do beneficiamento daquilo que fosse a produção *individual familiar*²⁶. Essa proposta mostrou-se frágil, principalmente em relação à falta de identidade que se criava na interação entre as famílias e pela falta de interesse comum na disputa e mesmo organização da produção pos-ocupação. O princípio de reprodução individualista prevalecia e a tentativa de imposição de cooperação como solução não se viabilizava.

Foi, então, que o Movimento iniciou a discussão em torno da proposta da Agrovila, uma experiência que visava criar condições objetivas para que a cooperação se tornasse mais interessante que a competição. Como resumo da proposta, o fundamental era criar um núcleo urbano central onde fosse possível instalar os serviços coletivos necessários para que todos pudessem se beneficiar. Assim, nesse núcleo ficavam a escola, os tratores, a sede do assentamento e outras unidades de serviços sociais que aquela região viesse a ter. A terra era, então, repartida a partir desse núcleo, de forma que a distancia das pessoas desses serviços e meios fosse próxima, numa distribuição espacial semelhante a uma pizza.

²⁵ Não por simples imperativo racional da estrutura legal-burocrática do Estado, o próprio movimento via na distribuição equitativa de terra, por meio da divisão geométrica dos lotes, o melhor caminho para assentar. Foi preciso aprendizado para que a crítica a essa forma de divisão espacial fosse superada e a reivindicação passasse a ser pela junção dos critérios geográficos com aqueles da organização social.

²⁶ Livro SCA – MST - 1998

Obviamente nenhuma proposta em abstrato é perfeita, nem o comportamento de cada pessoa, família ou grupo, em cada assentamento, tem sido o mesmo ao longo do período de instalação. Mas sua realização e aprendizado mostram o que queremos dizer ao considerar a agricultura familiar parte importante da economia solidária. Isso porque o valor da cooperação entre as famílias se tornou um dos elementos estratégico na estruturação dos assentamentos, na organização da produção e na manutenção da estrutura e importância do próprio Movimento.

Assim, em primeiro lugar, tem importância o princípio de organização coletiva da produção, onde a unidade familiar (que pode ser hierárquica) precisa ser transcendida para haver a superação dos desafios do próprio desenvolvimento da produção. Não é a imposição da solução coletiva, é a vivência de que sozinha nenhuma família consegue aquilo que juntas podem conseguir e que aponta para a necessidade de combinação de diferentes níveis de combinação entre autonomia individual e interdependência nos arranjos do Projeto.

Em segundo lugar, e como decorrência, temos a geração de um conjunto de atividades de organização e beneficiamento da própria produção que também gera novas tarefas e que, assim, rompe aquele primeiro circuito familiar. O social se constrói como tarefa para a superação dos problemas individuais, e as melhores escolas têm sido a vida e os exemplos²⁷. A organização coletiva torna-se necessidade e não mera proposta. Acontece que, na maioria dos casos os quais conhecemos ou estudamos, existem limites para essa organização coletiva. Seja por ampliar demais o número dos participantes de um empreendimento, seja pela questão da própria terra disponível, seja pelos laços existentes entre os seus ocupantes, sabemos que a opção mais comum é encontrar meios coletivos amplos, mas estes, na sua maioria, têm alguns limites.

Com essas questões coadunadas, a formação político-ideológica da participação, enquanto meio para a produção de condições para o desenvolvimento das atividades produtivas dos assentados e, assim, dos agricultores familiares, e a questão do tamanho dos assentamentos e sua viabilidade em termos sócio-organizativos são fundamentais para a nossa discussão. Isso porque sabemos que o tamanho do assentamento importa na sua estrutura de

²⁷ Em termos metodológicos, sabemos que os cursos, palestras e discussões de muitas entidades e movimentos da economia solidária têm como elemento educativo principal a narração de casos concretos bem sucedidos, que dão horizonte às novas tentativas de organização. Assim, podemos dizer que o exemplo educa.

organização e viabilidade socioeconômica. Além disso, o caminho e os mecanismos construídos pelos trabalhadores para enfrentar esses desafios (individuais e coletivos) também são importantes nesse processo de estudo.

Ao falar em assentamentos, nos remetemos necessariamente à reforma agrária. E esse é outro ponto de nossa discussão. Não apenas a agricultura familiar é importante na construção da economia solidária, mas o seu contrário também é verdadeiro. Cada vez mais a reforma agrária, e assim a estruturação da agricultura familiar, tem feito uso da economia solidária no Brasil. Ao analisarmos os textos que discutem o assunto e a sua evolução histórica, percebemos um avanço entre a compreensão mais profunda dos meios de cooperação e parceria camponesas e a agressividade da estrutura anti-ecológica do agribusiness. No meio termo, estão aqueles assentamentos aqui citados. E, na estruturação das políticas públicas que dão conta desses assentamentos e de sua assistência (crédito e extensão rural), cada vez mais a autogestão e os mecanismos coletivos de exploração da terra são incentivados e apoiados pelo poder público.

Sem querer prolongar uma discussão sobre os marcos referenciais do cooperativismo de economia solidária e os do cooperativismo oficial do sistema da Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB, vemos que, no campo, é que as distinções entre esses dois sistemas mais se colocam. Temos bons exemplos disso na própria estrutura do Governo Federal no que diz respeito ao apoio à agricultura. O Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento – MAPA possui um Departamento Nacional de Cooperativismo – DENACOOP, que trabalha diretamente na produção de políticas agrícolas cooperativas, em parceria estreita com os sujeitos vinculados da OCB. Ao mesmo tempo, o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA possui um Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais, cuja temática principal é o apoio às cooperativas de crédito e aos assentados de reforma agrária por meio do incentivo à economia solidária. Os parceiros desse programa, no campo do movimento social, são a Confederação das Cooperativas de Assentados da Reforma Agrária do Brasil – CONCRAB, a Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Brasil – FETRAF, a Associação Nacional das Cooperativas de Crédito Solidário – ANCOSOL e a recém criada União das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária - UNICAFES. Enquanto o MAPA trabalha e incentiva a produção do

agro-negócio, o MDA constrói uma aliança estratégica com diversos movimentos contrários ao agro-negócio. A cooperativa aparece como elemento central em ambas as políticas, só que em uma é o cooperativismo patronal e na outra o cooperativismo popular. Entretanto, em ambos os casos, mesmo com muita controvérsia e contradição, fica evidente importância da agregação em rede e a cooperação no campo como forma de desenvolver a agricultura e o país. E é dentro dessas contradições que cresce o apoio e a sustentação da economia solidária no campo.

Em nossas pesquisas, não encontramos um quadro claro de distribuição dos assentamentos e do número de famílias assentadas em média em cada um deles. Sabemos, porém, que sua dimensão é sempre trabalhada na grandeza de centenas e, algumas vezes de milhares de famílias por propriedade dividida. Nesse processo, a organização coletiva dos assentados também gira em torno dessa proporção, com muitas de famílias em seu interior. Tanto na literatura, como nos dados oficiais, são poucas as referências que encontramos de assentamentos que ultrapassem o número de duas mil famílias, quando muito chegando a três.

Poucos dados temos a respeito do processo organizativo dessas ocupações, mas nossas informações nos levam a crer que, em sua maioria, a opção de coordenação é feita pela fragmentação dos núcleos habitacionais e pela sua dispersão em diferentes espaços de comando. E, nesse sentido, podemos dizer que a complexidade de uma organização com 4.000 famílias, distribuídas em 48 engenhos, perfazendo uma população de 12.000 pessoas, distribuídas em cinco municípios e com uma central comum de organização de todo o seu complexo agro-industrial, como é o caso de Catende, seja algo bastante raro no Brasil. Esses dados também sustentam a afirmação de que, ao mesmo tempo em que é uma empresa, Catende é a maior experiência de Reforma Agrária do país. Acreditamos que o quadro aqui exposto auxilie na compreensão das especificidades deste caso em relação a outras experiências no país.

ECONOMIA SOLIDÁRIA URBANA: A RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS FALIDAS

A outra dimensão que pretendemos abordar sobre o caso de Catende nessa dissertação diz respeito ao aspecto urbano-industrial, no tocante à própria Usina e sua organização. Se, no lado rural, a Catende é uma complexa organização da agricultura familiar, no lado urbano, sua organização e seu processo administrativo muito se assemelham ao de outras recuperações de empresas que entram em processo falimentar.

Processo em franco crescimento enquanto alternativa à desestruturação de múltiplos parques produtivos por toda a América Latina, a recuperação de empresas pela autogestão de seus trabalhadores está se constituindo em um processo social de proporções que chamam a atenção. Na Argentina, onde em algum sentido o movimento social voltado para esse tipo de iniciativa se apresenta com maior força, após a crise econômica ocorrida no início de 2000, centenas de empresas foram assumidas por seus trabalhadores, após serem abandonadas por seus antigos donos. O Governo de Hugo Chavez, na Venezuela, começou a implantar as chamadas “empresas sociais” nas antigas indústrias abandonadas pelo capital, criando uma propriedade mista entre Estado e trabalhadores, mas cuja gestão é organizada pela democracia do chão de fábrica.

No Brasil, estudos mostram casos de trabalhadores assumindo empresas desde, pelo menos, a década de 70. Entre esses, está a antiga Fogões Wallig, que entrou em processo falimentar e seus trabalhadores a assumiram formando duas cooperativas, para os diferentes processos industriais que eram realizados na empresa. Esse caso foi estudado por Lorena da Silva Hollzman e é, provavelmente, dos primeiros estudos sociológicos sobre o processo de transformação de uma empresa patronal em uma com autogestão²⁸. É muito interessante a abordagem da autora que realiza uma análise, mostrando como as novas possibilidades e responsabilidades causadas pela mudança sócio-administrativa alteram a visão dos trabalhadores sobre a empresa.

Na década de 80, a ocorrência desses casos foi crescente. Em diversos setores – mineração, metalurgia, confecção, indústria plástica, química, entre outros – eles ocorreram espontaneamente ou por incentivo de entidades de fomento que, nessa época, começam a se organizar. Entre elas, encontra-se a Associação Nacional do Trabalhadores de Empresas de Autogestão e Cogestão – ANTEAG, surgida a partir de um grupo de militantes do Sindicato

²⁸ HOLZZMAN (1990).

dos Químicos da Central Única dos Trabalhadores – CUT, que, em divergência com propostas do sindicalismo tradicional, buscou organizar uma outra entidade de apoio à autogestão no país. A discussão da proposta de sua formação data do final da década de 80 e sua constituição se deu logo no início da década seguinte, em 1991.

No mesmo período, surgem outras organizações para dar aos trabalhadores suporte e conhecimento sobre o setor como a Rede Unitrabalho, que é uma união de universidades e seus pesquisadores voltada para o estudo do mundo do trabalho. Dela participam membros das estruturas administrativas das próprias entidades de ensino superior, mas os projetos são executados por seus docentes e pesquisadores.

O sindicalismo e os demais movimentos sociais somente irão tomar, com mais força, a bandeira da autogestão e da questão da recuperação de empresas por trabalhadores na década 90, quando a crise econômica atinge um contingente cada vez maior de nossa PEA e o desemprego e a precarização das relações de trabalho atinge de maneira mais significativa as lutas desses movimentos. Será em 1999 que a Central Única dos Trabalhadores irá criar, em âmbito nacional, a Agência de Desenvolvimento Solidário, que, por sua vez, está em permanente diálogo com outras entidades da própria CUT, como a União e Solidariedade das Cooperativas do ABC (região industrial do estado São Paulo). Transformada em entidade nacional, está mais próxima, na Central, das questões da recuperação de empresas pela autogestão.

Hoje a tomada dos parques fabris pelos trabalhadores é um fato, e o processo de sua constituição enquanto coletivo organizado já deu grandes avanços qualitativos em termos metodológicos e processuais. Tanto o jurídico nas disputas com os ex-empresários falidos, que dificilmente aceitam a “perda” de seu antigo patrimônio, como na transição da cultura do emprego para a cultura do cooperado e em outros aspectos da batalha para que a empresa não encerre suas atividades entram na pauta das discussões. E nessa situação, as dificuldades de encontrar brechas para a re-entrada da empresa no mercado nem sempre é o desafio maior. Deve-se observar que, salvo casos extremos de radical má gestão e desinteresse dos antigos capitalistas, essas empresas seriam lucrativas a ponto de permanecerem com suas portas abertas. Dito de outra maneira, não foi por acaso que elas entraram em estado falimentar.

O estudo realizado pelo IPEA, sob a coordenação de TAUILLE (2006), tem promovido marcos conceituais para a formulação de políticas públicas voltadas para a recuperação de empresas por meio da autogestão. É consenso em todos os estudos aos quais tivemos acesso o fato de que a alternativa da recuperação dessas empresas apresentem-se sempre como viável e apontem para a necessidade de que o poder público tenha meios para auxiliar esses processos a fim de manter os postos de trabalho e a renda dos trabalhadores que dessas iniciativas dependem. A divergência ocorre apenas no detalhamento das prioridades para ação a dos entes e trabalhadores em termos de metodologia ou mesmo de meios para a obtenção das condições necessárias para que aquelas potencialidades de recuperação se realizem.

Como a maioria dos sujeitos envolvidos nessa discussão o fazem menos por necessidade própria e mais pela posição que ocupam em determinada entidade ou órgão de pesquisa, percebemos que existe ainda uma distância entre aquilo que a academia ou mesmo os sindicatos produzem nessa discussão e aquilo que vivem os próprios trabalhadores em seu cotidiano. Entre as principais distâncias está o lugar onde cada um situa a importância da iniciativa. Assim, para os formuladores da política, a autogestão é um princípio de mudança social, e, para os trabalhadores, em sua maioria, sua importância está na manutenção da própria vida. Isso pode ser observado principalmente pelos termos utilizados pois entre os acadêmicos e políticos o uso da palavra emprego (que indica relação de trabalho subordinado) é evitado, enquanto entre os trabalhadores ela é amplamente utilizada, já que, para eles, significa apenas a manutenção de seu posto de trabalho, às vezes também vinculada à idéia de direitos sociais do trabalho.

Diferentemente dos casos agrícolas estudados, a recuperação de empresas pela autogestão prevalece em ambientes urbanos. Mais que uma mudança de cenário, essa diferença tem sérias implicações por haver estruturas sócio-culturais muito diferentes em um espaço e no outro. Entre as principais está a cultura do salário mensal, do direito trabalhista, da hora trabalhada, da morada próxima ou com transporte local disponível, fora o acesso a serviços sociais urbanos muito diferentes daqueles oferecidos na zona rural.

Todos esses aspectos que são comuns às experiências das empresas recuperadas no Brasil encontram um diferencial em Catende. Por se tratar de uma usina de açúcar em zona

urbana, seus operários possuem comportamentos e traços semelhantes aos demais casos estudados. Mas, estando inserida nos 26.000 hectares de terra da empresa, com uma estrutura de gestão que incorpora as questões dos trabalhadores rurais em sua pauta mais imediata, esse caso realiza uma mediação dos dois ambientes e gera uma nova síntese urbano-rural, operário-camponesa, na realidade concreta de suas soluções. Essa nova síntese é a construção da autogestão no projeto Harmonia – Catende.

Capítulo 2 - O SETOR SUCRO-ALCOOLEIRO E SUA CRISE NA DÉCADA DE 90

A CRISE DAS USINAS DE AÇÚCAR NA DÉCADA DE 90

Na estruturação da produção sucro-alcooleira no Brasil, Pernambuco tem um papel fundamental. Embora haja divergências sobre os pioneiros no setor, temos registros da instalação de bangüês e engenhos desde o século XVI, tanto no país como na região. A cana, cuja cultura não é nativa do Brasil, foi trazida pelos portugueses de outras colônias, tendo se adaptado com facilidade ao clima da região.

No *desenvolvimento* brasileiro, principalmente no período colonial, a cana cumpriu o papel de ator principal em nossa pauta de exportações no tripé: latifúndio, monocultura e agro-exportação. O latifúndio, herança direta do processo de colonização de nosso território, deu-se como decorrência do processo histórico de divisão das terras a partir da divisão original das sesmarias, que posteriormente vão sendo recortadas de acordo com os interesses, proximidades e, raramente, conflitos, dos possuidores *originais* dos lotes de terra.

A agro-exportação, também modelo português de exploração de sua colônia, foi estabelecida como meio de transferência de riqueza para a metrópole, que se estabelece como monopólio do produto tropical, revendido com altos lucros para os demais países do mundo *civilizado*, posteriormente, desenvolvido.

Já a monocultura, com traços marcantes das relações de trabalho utilizadas para a sua manutenção, em particular a mão-de-obra escrava, posteriormente substituída pela assalariada, demonstrou sempre a condição de dependente da produção colonial, que, em momento algum, tem oportunidade de se voltar às suas próprias necessidades locais. Não apenas ambientais, as conseqüências nefastas desse período de exploração das terras e habitantes de nosso país são sentidas e podem ser vistas com muita clareza até hoje, principalmente naquela região. Beneficiaram-se, desde o princípio, famílias ligadas à coroa portuguesa, que, instaladas no Brasil, formam sua oligarquia patriarcal baseada na posse da

terra e dos meios de segurança do Estado. As condições de vida da grande maioria da população ali vivente ficaram sempre relegadas ao que sobrava dessa elite.

Pernambuco, do período da colônia aos tempos atuais, chegou a ter mais de 2.000 engenhos²⁹ e 54 usinas de açúcar, sendo que 46 destas já existiam antes de pelo menos 1917. Em termos geográficos, sua primeira instalação ocorre próxima ao litoral, pela proximidade com os portos, expandindo-se posteriormente para o interior, principalmente para a chamada “Zona da Mata”, onde a qualidade dos solos e o clima também favorecem o cultivo da lavoura. Com índice pluviométrico razoável, irrigado por um conjunto de rios e com cobertura vegetal rica, a região sempre se mostrou receptiva ao plantio da cana.

Com certeza, essa expansão agrícola trouxe, como lado oposto da moeda, a devastação da vegetação nativa e todas as conseqüências ambientais que disso decorrem. Somam-se à devastação, a prática de queimada utilizada até hoje na lavoura canavieira para a “despalhação” da produção, que ajudam a degradar ainda mais o solo e o ar. Além disso, a lavoura canavieira, buscando a obtenção de excedentes em sua produção, exige o plantio em grandes extensões de terra, o que amplia tais conseqüências ambientais.

Dessa forma, a produção exige grandes investimentos e, pela proximidade de muitas famílias da instituição do Estado na região, o setor de produção do açúcar e posteriormente do álcool, sempre somou grandes dívidas, para a manutenção dos altos custos de sua produção. A soma das dívidas públicas, atualizadas para 1998, apenas das usinas em funcionamento, era da ordem de R\$ 12 bilhões.

Nesse contexto, em diversos estudos, o modelo nordestino de produção sucroalcooleira é apontado como historicamente deficitário, mantido por incessantes mecanismos de subsídio governamental. A partir da crise de 1929, o governo brasileiro criou o IAA, o Instituto do Álcool e do Açúcar. Mais que uma entidade de pesquisa, ele tinha como função

²⁹ O termo engenho, amplamente utilizado na literatura sobre nossa colônia, tem raízes históricas nas propriedades rurais organizadas no modelo do latifúndio e da monocultura. Com o passar do tempo, tais propriedades foram sub-divididas em sítios e fazendas, que em outras regiões do país passam a substituir o termo. Em Pernambuco, por ser menos perceptível a substituição das antigas divisões de terra por essas menores e “mais modernas”, ainda é muito marcante o uso da palavra engenho para a denominação dessas propriedades rurais. Para Catende, o termo é válido por notarmos que a organização político-administrativa do empreendimento como um todo, salvo raras exceções, ainda está baseada naquela divisão original, onde as vilas dos moradores, chamados arruados, ainda estão relacionadas com os engenhos originalmente definidos. E o termo é empregado por todos os seus trabalhadores e trabalhadoras como referência espacial e social. Apenas não notamos mais a presença do chamado “senhor de engenho” já que há tempos são conhecidos como Usineiros.

ajustar os preços do produto para as necessidades do produtor. Como *commodity* internacional, nunca foi muito difícil justificar os auxílios demandados e concedidos em termos de sua importância para a economia do País. E essas demandas, como diz Chico Buarque, na música *O malandro* ainda são feitas “com orgulho de produtor”.

Assim, o setor, em geral, e as grandes usinas, como Catende, em particular, sempre contaram com o poder público na hora de fechar as suas contas. Na década de 1970, esses mecanismos foram apenas incrementados quando vultuosos empréstimos foram concedidos aos usineiros para a “modernização” dessa lavoura, voltados a manutenção do Programa Nacional do Alcool - Proalcool. Esse programa, criado nacionalmente em 1975, no contexto do choque internacional do petróleo, apesar de estar em funcionamento até hoje, teve um papel muito importante no sustento da indústria canavieira até a metade da década 1980, quando passou por processos de reestruturação. De seus recursos, pouco do que foi emprestado retornou aos cofres públicos. Com mecanismos de recomposição do preço mínimo, garantido pelo governo, sempre existiram recursos repassados pelo Estado para rolar as dívidas previamente contraídas³⁰. Em nome do progresso.

Com a ascensão de governos neoliberais em nosso país, imperando a lógica de combater os desvios de Estado através da sua radicalização mercadológica, em 1990, o IAA foi extinto. A extinção dos privilégios que ele permitia não foi algo ruim do ponto de vista do interesse público, e, em termos sociais, desnudou a situação de insolvência e má gestão pela qual passava um amplo conjunto de empresas do setor. Somente em 10 municípios da Mata Sul, houve a falência de mais de 18 usinas, entre as quais encontra-se Catende. Tal situação foi favorecida pelo fim do IAA, mas não ocorreu apenas em função disso.

Em primeiro lugar, como já dissemos, o acúmulo das dívidas já ultrapassava a capacidade de pagamento dessas empresas por gerações. Para que esse não o fosse elemento de detonação da crise, seria necessário um amplo programa de renegociação de dívidas, que permitisse o alongamento de seus pagamentos (sem entrar aqui na questão específica dos juros). Em segundo lugar, o capital privado, que poderia se apropriar do setor *quebrado*, estava voltado à ampla expansão do mercado financeiro em curso no país e que, à época,

³⁰ Somam-se, nas razões da inadimplência, que posteriormente iremos discutir, as dificuldades da qualidade do solo da região e sua topografia, que geram dificuldades na sua mecanização com as tecnologias disponíveis.

apresentava oportunidades muito mais interessantes que aquelas das usinas. Dessa forma, à exceção dos recursos públicos, os interesses privados não priorizavam nem região, nem a atividade.

Esse desinteresse não era momentâneo, mas vinha se desenvolvendo desde o estabelecimento de um oligopólio familiar de grupos, que tinham grande influência nas políticas do Estado. Não que o mercado resolva sempre as questões relativas à distribuição e melhor utilização de recursos, mas, nesse caso, a falta de concorrência, pela existência do *seguro governo*, parece ter reforçado ineficiência do setor. Isso se comprova pela queda de investimento no setor que se tornou tecnologicamente defasado, e pelo desmonte das estruturas de apoio que ocorreram nessas usinas, à imagem e semelhança do que ocorreu em Catende.

É importante mencionar que esses procedimentos da relação público - privado estavam estabelecidos sempre em situação que poderíamos nomear, como nos sugeriu Bruno Ribeiro³¹, “fraude contra credores”, cujos postulantes sempre saíram impunes. Pelo esvaziamento do patrimônio das usinas devedoras, quebradas, os auto-falidos transferiram seu patrimônio a novas empresas, criadas, por processos regulares de liquidação judicial. Nessa condição, os créditos privilegiados pela lei, dos trabalhadores e do poder público, dificilmente (para não dizer nunca) foram honrados ou compensados pelos antigos devedores. Da mesma forma, quando algum patrimônio ainda restou para leilão e pagamento de créditos, parece que existia uma rede de corrupção, com ligações inclusive no poder judicial, a qual realizava a venda dos bens para compradores já definidos, em valores muito abaixo daqueles do mercado, prejudicando seus principais interessados, os trabalhadores e o Estado, em benefício desses adquirentes.

A questão do solo para o desenvolvimento da tecnologia de ponta dessa indústria também pesou contra Pernambuco e todo o setor canavieiro do nordeste. As novas máquinas, que começaram a se tornar disponíveis para o mercado interno, foram desenvolvidas para solos planos. O terreno da Zona da Mata é plenamente acidentado, de grande produtividade apenas quando utilizado por processos de mão-de-obra intensiva. Dessa forma, não apenas os

³¹ Bruno Ribeiro é Advogado da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Pernambuco e candidato à Deputado Estadual pelo Partido dos Trabalhadores.

capitais financeiros estavam distantes da região, mas também o capital industrial produtivo voltava-se para áreas onde pudesse aplicar intensivamente a tecnologia disponível. Daí a migração, tanto de investidores, como de produtores e trabalhadores, da região nordestina para o sudeste, quando começa a despontar a indústria canavieira dos paulistas. Os nordestinos ficam nem a ver navios.

É nesse contexto que os usineiros de Catende começam a acumular débitos que não conseguem mais honrar e que, com o término do suporte governamental, acabam por permitir que seus credores ingressem com um pedido de falência na justiça. Foi a primeira falência de um usineiro decretada pela justiça a pedido de trabalhadores.

OS MOVIMENTOS SOCIAIS NA DÉCADA DE 80

A relação de estudos sobre a organização social do meio rural brasileiro, disponível hoje, é bastante extensa. Desde as cadeiras pelas instituições de ensino oficial de Sociologia Rural aos diversos estudos sobre cultura camponesa, material não nos falta com diversos pontos de vista e estudos de caso sobre o assunto. Nas universidades do nordeste do país e, para nosso estudo de caso, mais precisamente nas Universidades Federais de Pernambuco. O que não é tão extenso assim é o material sobre o sindicalismo rural pernambucano, que tem alguns marcos referenciais em Lygia Sigaud, Moacir Palmeira e José Sérgio Leite Lopes e, hoje, em Manoel Correia de Andrade, Maria de Nazareth Vanderlei e Tarcisio Alves da Silva³².

No material disponível, onde se incluem também as Memórias de Gregório Bezerra e a literatura de José Lins do Rego, existem alguns pontos que parecem ser consensuais que nos chamaram a atenção e que queremos mencionar para situar nosso estudo de caso. Apesar de se ter notícia de organização sindical na Zona da Mata de Pernambuco desde as décadas de 1910-20, até as décadas de 50-60 aponta-se que prevalecerá apenas um sindicalismo caracterizado como pelego, ligado ao patronato e suas estruturas de poder.

³² Tarcisio Alves da Silva defendeu sua dissertação de Mestrado “o Sindicalismo Rural e os caminhos para a autogestão” em agosto de 2004, tendo como objeto de estudo exatamente o projeto Harmonia-Catende. Em nossa pesquisa encontramos outros textos que também trabalhavam com o projeto, mas o inseriam entre conjuntos mais amplos de casos, como em GAIGER (2004) ou TAILLÉ (2005).

Voltados muito mais para organizar e apaziguar os ânimos dos trabalhadores rurais da região, esses sindicatos são importantes por serem marcos referenciais nas estruturas de disputa política local. Suas atividades eram voltadas, prioritariamente, ao atendimento de seus filiados no sentido material e contavam, inclusive, com o apoio das entidades patronais. Desde a criação de centros de saúde até os programas de assistência familiar, nota-se eminente participação e apoio do IAA em suas ações. Existem ensaios de massificação de movimento, como tentativas de greves ou mesmo organizações paralelas de formação política, mas essas parecem esparsas na história da estruturação desse sindicalismo pouco combativo.

Em paralelo ao processo de organização formal da representação sindical, temos a organização das representações políticas, onde, provavelmente, o Partido Comunista tenha sido pioneiro em sua estratégia de ampliação de bases por meio da interiorização das disputas. Os relatos dessas ações aparecem nas Memórias de Gregório Bezerra (1979), mas sempre como eventos esporádicos, que contam com a adesão popular, mas com pouca expressão em conseqüências concretas e ativas para esses simpatizantes. Essa descrição serve tanto para o período inicial de 1910 a 45, como até a nova constituinte posterior ao Estado Novo. Soma-se a isso o fato de que a não combatividade dos movimentos naquela região também não significou estagnação das negociações nas relações estabelecidas entre patrão e empregados, frente às conquistas de outros movimentos nacionais.

Nesse período, foi amplo o conjunto de conquista que os trabalhadores organizados conseguiram para suas categorias em todo o país. De algumas, os rurais da Zona da Mata também puderam usufruir: entre elas, os pisos categoriais, as jornadas fixas de trabalho e os aumentos em seus benefícios. Mas, se puderam, em termos referenciais, receber as benesses dessas conquistas, em termos específicos, ficaram prejudicados, pois a ausência de organização coletiva com maior força e poder fez com que, concretamente, muitos desses compromissos não fossem cumpridos. Um exemplo é o fato de que o sistema de pagamento em armazéns, que sempre favoreceram o endividamento de seus usuários em prol dos seus donos, os próprios usineiros, foi uma prática constante até meados da década de 70 (sem considerarmos que a ocorrência contemporânea de praticas de trabalho escravo ainda são baseadas nesse mesmo sistema, mas elas não se incluem nas discussões desta pesquisa).

Mesmo com toda essa falta de combatividade por parte dessas entidades de classe, é provável que, somente por sua existência, a oposição sindical terá sido possível, a partir da década de 70. Nesse período, o histórico mostra que os primeiros sindicatos serão ganhos por esses opositoristas, os quais tentarão fazer enfrentamentos mais duros aos domínios senhoriais, mesmo que ainda sob a égide dos limites da ditadura militar. Leite Lopes levantou que mesmo ações mais associativas, ligadas a uma identidade de classe, antes que esses sindicatos tivessem ações mais contundentes, foram desestimuladas por dirigentes pelegos, que chegaram a inibir reivindicações de trabalhadores individuais frente a injustiças praticadas pelos patrões. A consequência disso será um longo processo de isolamento dos trabalhadores que tinham, já há muito tempo, elementos suficientes para construir suas pautas na relação de trabalho estabelecida naqueles tipos de atividade.

Também aparece nesses estudos uma complicada rede de comunicação entre as representações locais dos trabalhadores e suas sedes, situadas nos municípios. Como cada município é a base territorial do sindicato, cada engenho tem um representante eleito para acompanhar os procedimentos relativos a seu local de trabalho. Não bastasse a extensão dos engenhos dificultar o trânsito e o acompanhamento das relações concretas nesse local, além da cumplicidade desse representante com a prática de seu patrão, a sede do sindicato, geralmente, ficava a longa distância, o que fazia com que os contatos desses representantes com sua central fossem mais esporádicos ainda. Isso é apontado como um elemento de fortalecimento do movimento sindical urbano, cujo contraponto é exatamente o que dificultava o seu desenvolvimento no meio rural. Ou seja, dificuldades para a organização do trabalhador rural eram o que não faltava.

Mais um elemento se soma às dificuldades do setor sucro-alcooleiro, a quantidade de tipos de trabalho existentes em seu processo de produção. Nesse setor, do qual Catende é parte, temos desde as tarefas mais simples e inconstantes, como o corte da cana e seu carregamento nos meios de transporte disponíveis (trem, carroças ou mesmo caminhões) até as tarefas dos químicos que cuidam do acompanhamento da qualidade dos produtos finais em seus secretos laboratórios³³. Em Catende, no seu período áureo, todas essas funções estiveram

³³ Colocamos o segredo dos laboratórios químicos por esse ser constante nas usinas tradicionais, principalmente pela rígida divisão de trabalho, alienada e alienante, imposta ao conjunto dos trabalhadores. Obviamente que, em

presentes e, por sua dimensão, com mais de 3.000 funcionários, essa Usina teve também complexos processos internos de organização e conflitos. Antes de nos aprofundarmos nesses conflitos e em seus efeitos na formação da autogestão, precisamos direcionar nosso olhar ao geral dessa formação política para, posteriormente, podermos compreendê-la melhor.

As descrições consultadas indicam que em todo o setor, o comum é a existência de um Sindicato Rural por cidade, o que é determinação legal da Constituição de 1988, mas que parece estar assim definido desde 45³⁴. Esses sindicatos, por sua vez, são específicos dos trabalhadores rurais, ficando-lhes vedada a discussão dos assuntos das demais categorias profissionais, como as ligadas à indústria. Esta terá um sindicato próprio, com especificidades para os tipos de trabalho na produção do açúcar (processamento, transporte e segurança).

Pelos relatos, que não diferem daquilo que foi expresso em Catende, o campo e a cidade apresentam-se com interesses tão diferentes a ponto de, dificilmente, terem em suas histórias atuações sindicais conjuntas. Essas diferenças começam com questões técnico-salariais e avançam para pormenores das condições de trabalho e benefícios. Um exemplo da dificuldade se mostra quando, enquanto os rurais geralmente moram em casas no próprio lugar da lavoura, com precárias estruturas e poucos serviços a disposição, os trabalhadores da indústria costumam ter suas casas na área urbana das pequenas e médias cidades que se formam no entorno da própria usina, têm facilidade de locomoção e ao acesso aos serviços públicos concentrados na zona urbana.

Há também o fato de que, morando na cidade, os trabalhadores industriais são, geralmente, donos de casa própria, enquanto os do campo costumam morar em habitações dos engenhos onde trabalham, mas sem a sua posse, ou mesmo em precárias moradias alugadas nas periferias dos vilarejos. Isso acontece porque, com carteira assinada e função permanente, além de salários mais altos, os trabalhadores industriais têm melhores condições de se estabelecer próximo a seu emprego. Já a grande maioria dos trabalhadores do campo encontra-se em situação de trabalho temporário, sendo muitas vezes migrantes que conservam o sonho

Catende, temos uma diferença nesse conhecimento, pois todos ali podem conhecer o conjunto das atividades agrícolas e industriais, processo que discutiremos mais a frente.

³⁴A Constituição Federal em seu artigo 8º, inciso II estipula que “é vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um município”.

de retornar com a família para seu local de origem, principalmente após as mudanças ocorridas no campo da década de 80, que levaram muitos a serem expulsos de suas antigas moradas, hoje esqueletos abandonados nas beiras das plantações de muitos canaviais.

Relato interessante aparece em Sigaud (1980) sobre a fase em que, na década de 60, houve essa inversão no fluxo de trabalhadores do campo, quando aqueles que moravam nos engenhos foram obrigados pelo Estatuto da Terra a partir para as cidades e os das cidades vieram, de forma instável, suprir suas funções. Esses novos trabalhadores, para além das dificuldades de serem “mentes sem história daquelas terras” eram mais *inconscientes* de sua condição de trabalhador rural, o que muito dificultava suas possibilidades de organização.

Da mesma forma que ocorre no geral, acontece em Catende. Cada cidade ligada à Usina tem um sindicato rural organizado; a Usina tem um representante, chamado sindicalista de base, vinculado ao Sindicato dos Trabalhadores da Indústria e do Alcool, específico das atividades da indústria; e os setores de transporte e de segurança também possuem representações próprias de sindicatos estaduais. Sendo assim, são cinco os sindicatos rurais específicos da região, alguns com ligações com as Federações e Confederações dos Trabalhadores da Agricultura, e três sindicatos de base estadual, sendo um deles da indústria. Esse, por sua vez, sempre possuiu uma relação de certa distância dos demais devido a sua especificidade: mão de obra mais qualificada, com melhores salários, maior proximidade com a direção e, conseqüentemente, melhores condições de vida.

Além dos problemas relativos à organização sindical, mais três questões mostram como era a organização de classe nessa Usina, antes de sua falência: as disputas político-partidárias, a organização do movimento camponês na região (as ligas camponesas e os Sem Terra) e a inserção e participação, em tudo isso, de integrantes da Igreja Católica.

Em relação ao primeiro tópico, já mencionamos a participação do Partido Comunista na organização dos trabalhadores em eventos esporádicos, muitos deles ligados às disputas eleitorais nas quais o PCB pôde participar. Em muitos períodos, quando esteve na ilegalidade, essa participação foi impossibilitada, e sua atuação clandestina ficava mais restrita aos meios urbanos, onde a organização já possuía uma estrutura mais consolidada. Por esse motivo, a participação dos comunistas na organização da Mata Sul tem uma importância limitada.

Será no período de abertura, com os processos de redemocratização na década de 80, que a participação eleitoral dessa organização começará a se dar com maior efetividade. Ainda que em uma cultura política muito marcada pelo clientelismo e pelo “voto de cabresto”. Mesmo, posteriormente, na ausência do usineiro propriamente dito, essa prática permanece, e é de se imaginar que ela se manteve, a exemplo do que ocorria em grande parte do nordeste brasileiro, como um dos pilares fundamentais da dominação política daquela região, reforçado com o desinteresse sobre as eleições.

Dois fatos chamam nossa atenção no quesito das disputas político-partidárias. O primeiro foi o grau de admiração que o falecido Miguel Arraes tinha entre aqueles trabalhadores. Visto como o homem que ajudava o povo, a figura de Arraes contrapunha-se a dos políticos tradicionais. Em suas três vitórias eleitorais, foi grande a importância do voto daquelas terras. Mas a impressão que fica é que essa é uma exceção dentro da quantidade de políticos que se apresentavam com discursos e práticas históricas de beneficiamento apenas dos interesses de seus grupos de elite. Essa oposição que Arraes organizava, com uma forma muito semelhante às demais candidaturas no mecanismo de culto à sua personalidade, de alguma maneira, possuía um conteúdo diferenciado no sentido identitário, pois Arraes era visto como aliado do direito dos trabalhadores.

Em evento realizado para o pagamento da safra comprada pela Conab em 2005, pudemos presenciar um silêncio sepulcral quando Arraes, mesmo com dificuldades, dirigiu-se ao microfone. Não bastasse o respeito das gerações de mais idade, que de fato conheceram seus programas e esforços por aquela região, ouviam-se os mais jovens referindo-se àquele senhor como “meu avô”. Mesmo que um certo exercício de dominação pudesse existir nos votos por Arraes, seu sentido parece ser diferente daquele dos demais grupos privados³⁵, que agiam apenas em seu próprio interesse.

O segundo fato, relacionado com as perspectivas políticas na região ocorreu com a candidatura de um dos integrantes do Projeto Harmonia-Catende a prefeito de um dos

³⁵ Em *A reconstrução do personagem mítico-político de Miguel Arraes na região da Zona da Mata Pernambucana (1986 – 1990)*, Aurenéa Maria de Oliveira trabalha com profundidade a formação dessa identidade dos trabalhadores com o “velhinho”, sobre o qual as pessoas de mais idade diziam para os mais jovens não se esquecerem. Arraes faleceu em e seu retrato ainda está pendurado nos murais da Usina Catende, em uma homenagem. Em anexo, colocamos uma carta escrita por uma moradora de Catende, trabalhadora do Projeto Harmonia, dedicada a Arraes.

municípios onde a Usina está presente. Nessas eleições locais de 2004, saíram derrotados os candidatos dos trabalhadores, incluindo esse, que se candidatou pelo Partido dos Trabalhadores. Mesmo sendo Presidente do Sindicato de Jaqueira e do Projeto, ele foi derrotado por um jovem candidato, filho de um usineiro da região, apoiado pela então administração daquele município. Via-se, na cidade e nas vilas rurais, caminhões circularem para encher os comícios, com uma grande estrutura de divulgação que lhe dava muita visibilidade. Frente a essa desvantagem econômica nas campanhas dos candidatos, a diferença de votos até que foi pequena³⁶.

Toda essa organização política, pelo relato de seus participantes, contou com o apoio da Igreja, principalmente de sua vertente mais progressista. Alguns fatos ali ocorridos merecem destaque. Comprovando essa afirmação, narramos um deles, que envolve aquele presidente de sindicato. Nascido nas terras da Usina, ainda pequeno, ele começa a participar de reuniões da militância rural local. Com a ditadura militar, contudo, as reuniões coletivas foram proibidas. Mas o padre de uma das igrejas locais cede o salão paroquial para que as reuniões se realizem.

Esse padre, filho de trabalhadores rurais, nascido em Alagoas, foi para São Paulo, afim de poder, efetivamente, ter acesso às letras. Trabalha como vendedor, ascensorista, entre outros empregos, para poder sustentar seus estudos. Quase concluindo o curso, é reprovado por falta de pagamento (um atraso em seu salário o impossibilitou de pagar a mensalidade). Essa reprovação o frustra e leva de volta a sua terra natal. Lá, afim de não perder o tempo investido em *cultura*, busca a única alternativa que tinha para seguir estudando, dedica-se à igreja. Cresce na carreira eclesial e é transferido para ser padre em Catende. E será com sua permissão que aquelas reuniões serão realizadas, sob as graças da teologia da libertação.

Decorridos alguns anos nessa luta, o padre conhece a irmã daquele presidente de sindicato, abandona a carreira eclesial, casa-se e hoje permanece na assessoria ao projeto de recuperação da Usina por seus trabalhadores, o Projeto Harmonia-Catende.

³⁶ Em Catende, ganhou o dono de uma das maiores redes de material de construção da região, que aproveitava as inserções comerciais de sua loja no rádio para repetir, insistentemente, o seu nome ao público ouvinte. A usina não teve candidato.

Além das disputas políticas e da ação de integrantes da Igreja, foi intensa a participação de outros movimentos na região. Ali foi o berço das ligas camponesas, ligadas a Francisco Julião. Ali também tivemos intensa atuação de militantes ligados a Josué de Castro, que hoje possuem um centro que também contribui com Catende, além dos movimentos pela reforma agrária, como o MLST, ligado a Bruno Maranhão. Hoje, os frutos de toda essa efervescência são degustados em Catende. Da comprovação da capacidade organizativa dos trabalhadores frente aos patrões-usineiros, à *conscientização* sobre seus direitos, os movimentos ali nascidos seguem uma mesma direção: lutar por justiça e pela emancipação dos trabalhadores.

Um outro problema colocado e que nos é de grande interesse é o contraste entre uma certa apatia na participação política, que inclui o uso dos mecanismos tradicionais de dominação, e a radicalidade de movimentos que surgem naquelas terras. Também fica claro que o segundo movimento limita-se a grupos restritos enquanto o primeiro tem uma abrangência populacional maior. Talvez isso tenha reflexos inclusive na constituição do processo de recuperação, que coloca para si um modelo de *representatividade*, onde se trabalha a identidade de todos, mas não necessariamente a participação direta de cada um. Não que essa participação devesse ser permanente (aliás, a direção do Projeto faz questão de deixar claro que seu modelo não é o assembleísmo), mas a pouca pressão existente pode ter suas raízes nessas tradições. Tradições que, compreendidas, podem auxiliar nos processos de mudança, se os seus próprios agentes considerarem interessantes.

O fato é que a retomada do movimento sindical se deu no final da década de 80 e, na década de 90, suas bases já estavam melhor consolidadas. Marco desse processo é a greve de 2 a 9 de outubro de 1979, relatada Lygia Sigaud (1980), em que mais de 20.000 trabalhadores envolvem-se diretamente no movimento, que atinge mais de 100 mil. Como resultado, houve a obrigatoriedade da cessão aos trabalhadores de dois hectares para cultivo de culturas próprias, além de uma tabela de equivalência de serviços regulando as atividades do setor e limitando a super-exploração³⁷ sempre em curso. Através dessas paralisações, também foi conseguido 53% de aumento sobre os salários, o que aumentou mais ainda o interesse de

³⁷ Como podemos entender, de uma perspectiva marxista, que em qualquer situação de trabalho regular os trabalhadores estão submetidos à exploração, utilizamos o conceito de super-exploração para explicitar o abuso dessa exploração pelos usineiros, antes dos direitos conquistados.

trabalhadores nesse tipo de manifestação. Lygia ressalta o papel das federações na mobilização dos trabalhadores. Assim, no caso de Catende, a CUT, a Contag, a Fetape, a Anteg e um conjunto amplo de entidades, todas elas oriundas dessas organizações sindicais, farão parte da história da recuperação dessa Usina pela autogestão.

Mesmo com todos os conflitos que envolvem o mundo sindical, que precisa se repensar para poder inserir em si a relação de trabalho cooperada, não-subordinada, esse setor foi fundamental para o início, a continuidade e a estruturação de toda a história em curso em Catende. Em primeiro lugar, a orientação de que o pedido de falência pelos trabalhadores poderia ser possível veio toda do apoio, inclusive jurídico, da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado. A Igreja deu apoio para a estruturação dessas entidades, e elas foram fundamentais na sustentação, inclusive com os próprios trabalhadores, da importância de se tentar construir aquela alternativa. Posteriormente, os sindicalistas também tiveram papel importante na negociação do apoio dado pelo Governo de Arraes. Seja como força política representativa, seja como elemento de estruturação interna do próprio projeto, é inegável o papel que o sindicalismo teve na construção de Catende.

Para sintetizar nossa discussão, retomamos alguns pontos, que nos parecem de maior interesse. Em primeiro lugar, é importante deixar claro a participação dos movimentos sociais na estruturação do Projeto Harmonia-Catende. Mais que mero apoio, foram esses movimentos que possibilitaram a formulação de que a saída pela falência da falta de pagamentos de salário, como veremos mais a frente, era uma solução possível e viável. Também, do movimento vieram os alicerces de apoio que são estruturantes das relações ali estabelecidas. O Governo de Miguel Arraes, que é apoiado pelo movimento sindical rural, deu um apoio fundamental para a consecução do Projeto. Esse movimento sindical, considerado *de oposição* e que teve o apoio da Igreja em sua estruturação, por sua vez, deitou raízes em outros movimentos, do próprio sindicalismo pelego às revolucionárias ligas camponesas.

O resultado desse processo é que o povo de Catende vive, de um lado, a luta contra a dominação tradicional dos usineiros e seus aliados e, de outro, a permanente participação na reprodução dessa mesma dominação. Trocando em miúdos, de um lado os trabalhadores são envolvidos em processos e campanhas contra os usineiros; mas, ao mesmo tempo, fazem parte de seus domínios e participam da reprodução dessa mesma dominação. Isso se mostra quando,

nesse lugar em que, há mais de uma década, um conjunto de 3.000 famílias de trabalhadores e trabalhadoras se organizam para gerir, pela autogestão, a usina que faliu, nesse mesmo lugar, continuam sendo eleitos políticos que divergem radicalmente da proposta e da luta desse amplo conjunto de trabalhadores.

É interessante assinalar que existem pessoas fora do Projeto que apóiam politicamente a ação daqueles que estão nele, como também existem muitos que participam do cotidiano da construção da Harmonia-Catende, mas não dão apoio político-partidário a seus representantes ou mesmo a apoiadores políticos. Trata-se de um comportamento que merece aprofundamento tanto pelas razões das opções feitas, como pela opção da direção do Projeto de trabalhar a liberdade política de cada um. Com certeza é um rico e interessante assunto.

Ao fim e ao cabo, temos aqui algumas fibras dessa extensa história que é luta dos trabalhadores e trabalhadoras para reconstruir essa Usina por meio da autogestão.

A USINA CATENDE NA ZONA DA MATA SUL DE PERNAMBUCO

O bangüê que deu origem ao Engenho Catende, onde posteriormente foi construída a usina, data de 1829. A fundação da usina, cujo primeiro nome era Usina Correia da Silva, constituída no engenho Milagre da Conceição, se deu em 1892. Em 1920 será contratado como gerente de operações daquela Usina, já então com o nome de Usina Catende, o Sr. Antonio Ferreira da Costa Azevedo, apelidado *Tenente*. Apenas em 1937 é que este senhor irá adquirir integralmente o patrimônio daquele empreendimento e tornar-se usineiro de Catende e transformar radicalmente as formas de gestão e produção do açúcar na Zona da Mata Pernambucana. Entre as suas frases encontra-se a famosa “usina sem cana é ferro velho”, como nos lembra MOURA (1998)³⁸.

³⁸ Nesse interessante livro, o autor, um trabalhador que se auto-educou durante sua trajetória na cana, tem uma visão bastante particular dos usineiros de Pernambuco. Como em seu título está afirmado, a perspectiva do autor é descrever a “nobreza” de Pernambuco em uma perspectiva de desconstruir injustiças feitas por sindicatos e intelectuais que nunca teriam dado o real valor àqueles que são os principais responsáveis pela produção de riqueza do Estado. O interessante é que este reivindica sua condição de trabalhador para descrever com orgulho o contato que teve com essas pessoas, que para ele proporcionaram boa vida.

Trata-se de um enorme complexo agro-industrial, incrustado no meio de um pequeno município na Zona da Mata de Pernambuco. A indústria, como os trabalhadores a chamam, é cercada por baixos muros de cor amarela desgastada, tendo em diversas partes um grande símbolo UC, Usina Catende. São dois os principais prédios que se avista logo na chegada. Um permanece em uso, tem uma grande chaminé e que é o local onde se realiza o processamento da cana que se transforma em açúcar. Ao lado, há um outro, o galpão onde antigamente localizava-se a destilaria desativada depois do incêndio e que até hoje não voltou a funcionar por falta de recursos para isso. Próximo à guarita de entrada desse complexo, há um portão, com as mesmas marcas, que leva a um primeiro casarão, a antiga casa dos usineiros. Com uma bela varanda, pé direito alto, tem um conjunto de quartos e salas onde, logo em sua entrada encontra-se a foto daquele que é tido como o principal responsável por tudo aquilo que ali foi erguido: o *Tenente*. Com expressão de orgulho, aquele homem de cabelos grisalhos parece ainda assistir ao trânsito por aquelas salas, que hoje, diferentemente de sua época, é feito por aqueles que conduzem os arados e as enxadas, que manipulam as máquinas, que com suas mãos fazem o açúcar surgir. Pelo relato de muitos dos trabalhadores com quem conversamos, foi só depois da falência que eles puderam colocar o pé para dentro daqueles portões pela primeira vez, foi só a partir dali que conheceram os interiores da Casa Grande.



Os portões da Usina e da Casa Grande



A Casa Grande, hoje chamada Chalé



O símbolo UC, Usina Catende, oriundo da empresa falida

Ao passar pelo portão da Usina, aberto pelos seguranças que permanecem a postos, para salvaguardar o patrimônio de, agora, muitos *patrões*, podemos ver que não apenas aquelas duas edificações compõem a usina. Um conjunto de armazéns encontra-se à lateral, próximo de uma grande guarita, que é a balança dos caminhões. Uma balança cuja unidade é a tonelada. Muitos trilhos ainda restam do que um dia foi o sistema de transporte da usina. Sucateada pelos sucessores do *Tenente*, esses trilhos já não compõe um conjunto, o que impede que o transporte ferroviário, que um dia existiu, possa funcionar. Uma colina, não muito distante, leva a outra casa grande, uma casa que hoje é espaço de formação e reunião dos trabalhadores. De lá se pode ver toda a usina, além de se ter um bom panorama da região, vista, de fato, somente do morro da prata, o ponto mais alto de todo o terreno.



Panorama das terras pertencentes à Usina Catende

Próximo à antiga destilaria, há um grande barracão, onde estão as ferramentas para a manutenção daquilo que é feito na própria usina. Uma parte da jornada de alguns trabalhadores, no período da entressafra, quando não se tem moagem, é dedicada a esses reparos, uma minuciosa tarefa de artesanato. Do polimento de certas partes à desmontagem e remontagem das engrenagens, a usina fica nua entre uma safra e outra e no seu interior, agem esses artesãos.



Vista das instalações industriais (foto da Usina Catende)

Por fim, há um grande parque industrial, com os guindastes, os canais, laboratório, caldeiraria e demais dependências que fazem parte do processo de produção e controle da refinaria. Ao lado, há um conjunto de garagens para os mais diversos tamanhos de veículos e o prédio dos escritórios de onde se avista a praça central da cidade e o antigo cinema, antes mantido pela usina e hoje fechado por falta de recursos. Neste prédio mantém-se toda a seção de controle de pessoal, finanças e direção do empreendimento. Ali também percebemos dois fatos curiosos. O auditório vira sala de aula quando não é utilizado para apresentações; lado a lado ficam as salas da direção da massa falida Usina Catende e a do Projeto Harmonia, cada uma com seus quadros e mesas próprias. Na primeira, fotos de safras bem sucedidas e dados produtivos da atividade açucareira estão expostos nas paredes; na segunda, há estantes de materiais didáticos do processo de formação e um pano estendido onde estão demarcados cada um dos engenhos, uma planta aberta de toda a extensão dos terrenos da usina (anexo V do presente trabalho) . Em reunião com representantes de todos os engenhos, tivemos uma bela experiência ao ver cada um reconhecendo seu lugar naquele grande mapa. Pudemos presenciar

essa cena por conta de uma reunião de trabalho que realizamos a fim de organizar a ação de apoio do Governo Federal a esses trabalhadores, antes mesmo de nossa passagem por lá na condição de pesquisador para realizar este trabalho de campo.

No levantamento daquilo que ainda resta como patrimônio da Usina em 2005, temos a seguinte listagem: duas balanças com capacidade entre 60 e 100 toneladas, para pesagem dos caminhões; dois tombadores, três pontes rolantes, duas esteiras metálicas e uma mesa na parte de recepção de carga; um conjunto de facas niveladoras e outro de facas preparadoras da cana e um desfibrador, compondo o espaço de preparação da cana para moagem; nas moendas ainda temos um Tandem, composto por cinco moendas e uma peneira rotativa; oito baterias de aquecedores, que ainda realizam o aquecimento do caldo; dois clarificadores, três filtros, quatro aquecedores, cinco caixas do evaporador, tachos a vácuo e sementeiras, que permanecem na composição do processamento; cristalizadores, doze centrifugas e a refinaria, que finalizam o processo, com capacidade para 20 toneladas de sólido/hora. Ainda há um conjunto de secagem e ensacamento com capacidade de 10.000 sacas por dia, além de duas caldeiras em funcionamento para a geração do vapor. Fora essa parte do processamento do açúcar, tem-se também, uma frota própria de vinte e nove caminhões, quatro jipes, duas caminhonetes, quatro veículos de passageiros, vinte e quatro tratores e seis carregadeiras; uma hidroelétrica ainda funciona, com capacidade de 1.400 kw, mais que suficiente para a demanda da própria Usina; e a destilaria desativada de álcool, com uma coluna. Foi construída, na gestão dos trabalhadores, uma fábrica de ração animal chamada Perdical, de tecnologia cubana; e uma fábrica de adubo, ambas utilizando resíduos da produção do açúcar.

Toda essa Usina, com seus engenhos, está na Zona da Mata de Pernambuco que é uma região relativamente úmida, que engloba um conjunto de 46 municípios. Neles, habita uma população total, segundo dados do IBGE, que pode ser estimada em mais de 1.200.000 habitantes. Só as terras de Catende correspondem a mais de 26.000 hectares, que se espalham por cinco municípios (Água Preta, Xexéu, Jaqueira, Palmares e Catende), nos quais se encontra uma população de cerca de 170.000 habitantes. No Município de Catende, onde fica a Usina propriamente dita, são cerca de 32.500 habitantes. O empreendimento hoje, para se ter uma idéia de suas dimensões, chega a atingir, indiretamente, mais de 17.000 pessoas, sendo

1.400 empregos diretos (campo e indústria) e 1.300 temporários, na média de um levantamento de nove anos, são os postos de trabalho formalmente registrados. Estima-se que 3.000 agricultores produzem hoje nas terras da massa falida, a qual ainda mantém uma escola e um conjunto de serviços abertos à comunidade, em suas cidades. Administrativamente, a Usina está organizada em 48 engenhos, tendo cada um deles uma associação de moradores. Na coordenação da produção da cana, esses engenhos estão agrupados em seis Zonas de Produção Agrícola - ZPAs. Com algumas mudanças, essas zonas são correspondentes às antigas capitâneas, para as quais o usineiro nomeava um capitão. Este tinha à sua disposição um administrador por engenho, que por sua vez comandava um conjunto de funcionários chamados cabos, que ordenavam o trabalho dos funcionários agrícolas. Os administradores e cabos permanecem no Projeto, com funções diferenciadas, que descreveremos mais à frente. Os antigos capitães foram substituídos por Supervisores de ZPAs.

Apresentamos a seguir, uma tabela com os dados da população dos engenhos, atualizados para 1998, por censo próprio, realizado no Projeto:

ENGENHOS	ÁREA (HA)	POPULAÇÃO	P.E.A. (1)	MUNICÍPIO
Monte Alegre	497	327	192	Catende
Granito	372	130	69	Catende
S. José da Prata	560	#		Catende
Ousadia	594	#		Catende
Ouricuri	644	456	265	Catende
Conceição	961	319	171	Catende
Entroncamento	453	212	105	Catende
Pau d'Oléo	882	#		Catende
Gameleira G.	655	405	227	Catende
Harmonia	1117	378	195	Catende
Santa Cruz	895	317	159	Catende
São João	624	#		Catende
Bálsamo d. Freiras	502	205	105	Catende
Santa Luzia	462	254	123	Catende
Bamborel	761	293	147	Catende
Tabaiaré	810	448	261	Catende
Jardim	574	302	158	Catende
Niterói	468	319	184	Catende
Cana Brava	240	177	109	Catende
Bálsamo	625	337	180	Jaqueira
União	379	183	84	Jaqueira
Corubas	523	277	136	Jaqueira
Flor do Bosque	447	176	107	Jaqueira
Boa Vista	447	471	240	Jaqueira
Pirangi	490	266	142	Palmares
Diamante	565	162	100	Palmares
Bela Vista	320	118	66	Palmares
Jaqueira	430	95	50	Palmares
Tombador	564	171	84	Palmares
Riachão	360	356	180	Palmares
Humaitá	550	314	190	Palmares
Pirauá	486	109	53	Palmares
Lagedo	514	370	216	Palmares
Pau Sangue	559	201	102	Palmares
Campinas	457	184	93	Palmares
Limão	361	256	112	Palmares
Sumidouro	621	355	176	Palmares
Esperança	397	378	198	Palmares
Herval	416	223	123	Palmares
Capricho	1079	409	214	Palmares
Monte Pio	665	347	156	Palmares
Veneza	862	247	145	Palmares
Pernambuco	529	130	69	Água Preta
Canto Flor	412	209	107	Água Preta
Boas Novas	489	311	142	Xexéu
Fernandes Vieira	#	167	72	Xexéu
Curupaity	391	222	117	Xexéu
Porto Seguro	700	218	101	Xexéu
TOTAL	26.709	11.804	6.225 (2)	

(1) idade superior a 16 anos e (2) idade entre 11 e 15 anos : **1.670**

Em sua história, a Usina teve 52 engenhos, sendo que quatro deles já não fazem parte das terras da falência por ações comerciais realizadas pelos antigos donos antes do processo judicial ter seu início decretado pelo juiz. Além disso, oito açudes, cinco deles projetados por Apolônio Sales e que irrigavam mais de cinco mil hectares, estão com seus muros e canais de irrigação destruídos. Compõem o quadro, ainda, uma cerâmica industrial desativada e uma metalúrgica, em funcionamento parcial. A Usina é circundada por quatro rios perenes, que realizam seu encontro na sua porta.

Nesse contexto, parece-nos evidente o papel das atividades econômicas da Usina para o conjunto dos municípios que suas terras abrangem. Somadas, as receitas da Usina, em muitos anos, no período de 1997 a 2004, essas atingem um montante maior que os recursos transferidos pelos Fundos de Participação dos Municípios àquele conjunto ao qual pertence o todo da Usina, o que por si é um índice de sua importância para a região.

ANO	Jaqueira	Catende	Água Preta	Xexeu	Palmares	TOTAL	Receita Operac. da Usina
1997	930.721,11	2.481.922,95	3.102.403,65	1.240.961,49	4.033.124,77	11.789.133,97	R\$ 16.876.669,25
1998	1.242.871,88	2.485.743,62	3.107.179,36	1.242.871,88	4.039.333,04	12.117.999,78	R\$ 9.841.454,20
1999	1.485.583,98	2.971.167,63	3.264.282,86	1.856.979,88	4.375.527,94	13.953.542,29	R\$ 10.748.892,61
2000	1.722.926,02	3.445.851,53	3.354.128,12	2.153.657,42	4.650.041,19	15.326.604,28	R\$ 20.810.470,30
2001	1.958.644,59	3.917.288,79	3.961.801,51	2.448.305,70	5.464.316,68	17.750.357,27	R\$ 22.552.989,48
2002	2.389.950,00	4.779.899,44	4.839.612,07	2.987.437,26	6.709.016,86	21.705.915,63	R\$ 22.358.720,62
2003	2.525.436,60	5.050.872,65	4.852.222,18	3.156.795,61	6.849.993,38	22.435.320,42	R\$ 28.333.220,25
2004	2.824.862,87	5.649.725,28	5.127.721,97	3.531.078,42	7.378.916,66	24.512.305,20	R\$ 22.164.628,70
Total	15.080.997,05	30.782.471,89	31.609.351,72	18.618.087,66	43.500.270,52	139.591.178,84	R\$ 153.687.045,41

Mais que fonte de receita, a ocupação produtiva possibilitada pela Usina e a renda através dela gerada também são fontes propulsoras do consumo e desenvolvimento da região. Soma-se a isso, a sua posição de referência simbólica, com a sua chaminé fincada ao lado do centro do município. Entretanto, como já ressaltamos, mesmo com toda sua força, ainda são muitas as dificuldades de organização da força política local vinculada aos trabalhadores da Usina.

Dois outros elementos importantes ainda definem, em termos patrimoniais, a relação de propriedade da Usina. De um lado, todos os engenhos que formam sua área útil

possuem “arruados”, que são conjuntos de casas geminadas (em número que varia de entre seis e oito). Na realidade, são adaptações das antigas senzalas, divididas em habitações, onde vivem os trabalhadores do campo e suas famílias. Em termos concretos, foram “casas da Usina”. Essa percepção de “serem da Usina” é um dos principais elementos que ainda prevalece no imaginário das pessoas de serem propriedade patronal e não daqueles que as habitam. Essa situação tornava proibidas quaisquer reformas ou mudanças que seus moradores quisessem realizar nessas habitações. Daí decorre que se dizia que “a Usina que tudo sabe e tudo vê” tornava a vida, inclusive em sua privacidade mais imediata, que é a moradia, uma extensão da dominação da atividade profissional.



Foto de um dos arruados, moradias adaptadas da Senzala

Vale ressaltar que não se trata de questão estética, mas estrutural como a necessidade de que, independente de seu tamanho, as famílias se adaptassem ao espaço que lhe era cedido da forma como isso fosse possível, e de que, nessas casas (e pudemos visitar algumas), inclusive a intimidade estivesse ameaçada, pois, separadas umas das outras por finas paredes, que nem sempre chegam até o teto, elas têm o seu cotidiano sonoro plenamente

acessível a todos os demais moradores, inclusive das casas vizinhas. Entretanto, como patrimônio da Usina, não havia autorização para que esses *detalhes* fossem consertados.

Extensão e aprofundamento desse problema, não apenas as moradias, como o próprio solo era de propriedade dos usineiros. Dessa forma, quaisquer atividades que se quisesse realizar naquelas terras somente poderiam acontecer mediante autorização (festas, encontros, etc.). Além disso, os moradores não podiam ter atividade econômica alguma que não fosse determinada pela direção da Usina. Durante todo o período em que os agricultores moraram naquelas casas sob a administração privada anterior, nada que não fosse cana foi plantado na terra. O que se tentou plantar, segundo relatos, a direção mandou arrancar³⁹. Isso significou que nem culturas de subsistências puderam ser desenvolvidas pelas famílias que ali moravam, que ficaram sempre dependentes dos gêneros fornecidos pela Usina e pelos armazéns locais.



Antigo Barracão, onde os trabalhadores compravam produtos

Foi na mudança da antiga administração para a administração judicial que esses trabalhadores e trabalhadoras tiveram *autorização* para cultivar seus próprios gêneros

³⁹ Isso nos foi relato e confronta inclusive com o direito adquirido do plantio livre de 2 hectares de terra por agricultor com a greve de 1979.

alimentícios. Isso fez com que agora não só pudessem romper com esses elementos de dominação historicamente estabelecidos, como começassem a aproveitar muito do terreno que antes não tinham autorização para explorar. Foi por esse motivo que, ao visitar a casa de uma agricultora, ouvimos dela, que já mora no local há mais de meio século, o seguinte depoimento: “somente agora a gente pode entender o sentido da palavra ‘liberdade’”⁴⁰.

⁴⁰ Depoimento colhido de moradora de um arruado quando da visita do Governo Federal para estudar possibilidades de ações conjuntas em Catende.

Capítulo 3 - A FALÊNCIA E A SUA SOLUÇÃO EM CATENDE: DA LUTA POR DIREITOS À AUTOGESTÃO

Para entender o processo de autogestão em Catende, é preciso fazer o resgate sociohistórico de sua realização. A autogestão na Usina Catende surge muito mais de respostas concretas às lutas que os trabalhadores constroem para a obtenção de seus direitos do que de um plano previamente formulado, com estratégias claras, para construir uma institucionalidade.

Foi em um seminário de criação da ADS/Agencia de Desenvolvimento Solidário da CUT – Central Única dos Trabalhadores – que os coordenadores do processo entraram em contato com outras experiências brasileiras de autogestão e perceberam que o que eles estavam construindo em Catende, outros trabalhadores também faziam em outras empresas por todo o país. O nome daquilo não importava, o que contava era oferecer a possibilidade de manutenção da fonte de renda e das oportunidades de trabalho. Originalmente, em Catende, houve a compreensão da importância de se “manter a usina moendo” para, depois, se pensar em como uma ou várias pessoas (formação de um sujeito coletivo) poderiam assumir sua gestão.

Em determinado momento da história dessa luta, mais precisamente entre os anos de 1999 e 2000, um convênio para formação foi fechado entre os trabalhadores do Projeto e o Governo de Estado, através do Plano Nacional de Formação – Planfor, do Ministério do Trabalho e Emprego. Monitores foram, então, contratados para essa tarefa. Muitos deles, ao entrarem em contato com a realidade daquela luta (outros já faziam parte dela), acabam por serem contratados com recursos da própria Usina para um trabalho permanente de formação e mobilização. Esses formadores e formadoras serão, posteriormente, batizados de Equipe Harmonia.

Muitas vezes pouco reconhecida entre os trabalhadores mais antigos, ela será a responsável por produzir as da transição da empresa falida para a nova, ou seja, para a empresa dos trabalhadores. Com os olhos no futuro, preocupou-se com a formação voltada,

prioritariamente, para a juventude. Assumiu a gestão de meios pouco disseminados no projeto, que aos poucos foram introduzidos para o conjunto dos trabalhadores. Entre eles, estão os mecanismos de financiamento do Programa Nacional de Financiamento da Agricultura Familiar - Pronaf e as atuais operações de venda antecipada de açúcar à Companhia Nacional de Abastecimento - Conab.

Da operação com a Conab resultou que: 1) o comitê gestor do Projeto, com a participação de praticamente todas as associações de moradores dos engenhos, foi formalizado; 2) o coletivo assumiu a responsabilidade pelo financiamento da massa falida; 3) as pessoas tomaram consciência do papel do governo na abertura de possibilidades para o desenvolvimento do projeto, ao perceberem o acesso à política de crédito como um direito; 4) um conflito surgiu pela divergência na base do Projeto levando à substituição do síndico administrador pelo síndico trabalhador.

Com todas as dificuldades que um paulistano urbano possa encontrar na cultura pernambucana de uma zona rural, passando pela linguagem e pela forma direta como as opiniões são expressas, percebemos que a operação da Conab teve discussões das mais diversas. Pudemos presenciar desde momentos em que o coletivo chegava quase a oprimir o indivíduo para que ele assumisse a responsabilidade em conjunto, até momentos em que o coletivo questionava a equipe pelo atraso no pagamento de salários, vinculando à Conab esses atrasos e, assim, argumento assim contra aquelas operações. Nesses casos, a situação da equipe era difícil pois tinha condição de esclarecer, mas respeitar pontos de vista divergentes. Não foi incomum ouvir da equipe algum “desisto” em meio à discussão, assim como não foi impossível ver práticas alienantes como “pega teus documentos em casa e vem aqui assinar os papéis”, sem oferecer direito de questionamentos aos membros daquelas comunidades.

Nesse sentido, há muitos aspectos interessantes para pesquisar em Catende. Para fins do estudo, neste mestrado, enfocamos apenas na compreensão da construção dos mecanismos de autogestão nesse complexo agro-industrial, tomando como fonte de informação o conjunto amplo de entrevistas e a consulta a documentos e relatórios fornecidos por pessoas da própria Usina. Ressaltamos, ainda, alguns aspectos que consideramos fundamentais para organizar o trabalho, facilitando sua leitura e compreensão.

Em primeiro lugar, para discutir a autogestão em Catende é preciso entender o processo histórico de ampliação da participação dos trabalhadores e trabalhadoras, ao longo das duas últimas décadas. Nesse sentido, acreditamos não ter sido de menor importância termos começado com a construção das oposições sindicais no meio rural pernambucano, processo no qual foram formadas importantes lideranças, entre elas um conjunto de atuais participantes das atividades do Projeto Harmonia-Catende⁴¹, conforme descrita no capítulo anterior. Em seguida, foi preciso compreender o aumento da importância dessas organizações na luta por direitos no meio rural (décadas de 60 a 80) e posteriormente o seu papel frente à crise do setor sucro-alcooleiro de Pernambuco na década de 90. Falamos da intensificação das tensões no campo frente ao desmonte do setor (a quebra das 18 usinas⁴² com o fim das atividades do IAA, em 1990), quando os sindicatos mobilizaram-se pela garantia de que o fechamento das portas das usinas fosse feito com o pagamento dos direitos devidos aos trabalhadores⁴³.

Em Catende, no ano de 1993 foram demitidos 2.300 trabalhadores que passam apenas a reivindicar, com o apoio do sindicato, os seus créditos devido à demissão. Ocorreu, então, um fato que merece menção, inclusive por ter sido narrado por muitos dos entrevistados. No reveillon do início de 1995, quando os trabalhadores já estavam sem pagamento (o 13º e uma quinzena atrasada), pois os antigos usineiros alegavam falta de recursos, na capa do Diário de Pernambuco, sai uma reportagem de uma grande festa de Ano Novo promovida exatamente por alguns daqueles usineiros. Na reportagem, são mencionados champagne e caviar, e o povo passando fome. É aí que os trabalhadores dizem ter perdido a

⁴¹ A partir deste momento, utilizamos a expressão Projeto Harmonia-Catende, pois Usina Catende refere-se estritamente ao patrimônio e gestão da antiga usina (tradicional, opressiva e sem participação). Já o Projeto Harmonia-Catende é a atual denominação que o conjunto da empresa tem usado em suas transformações. Nem todos, porém, aderiram à essa denominação, principalmente porque, mesmo com outro conteúdo, a Usina continua sendo a Usina Catende, só que agora é dos trabalhadores.

⁴² Por levantamento feito pela Fundação Joaquim Nabuco, disponível na internet (<http://www.fundaj.gov.br/docs/pe/pe0115.html>), de 116 usinas registradas no Estado de Pernambuco desde o século XIX, hoje permanecem ativas apenas 32, sendo que as 84 foram desativadas, paralisadas ou incorporadas pelas demais. As 18 às quais fazemos referência nesse estudo dizem respeito àquela que encerraram suas atividades depois do término das atividades do IAA

⁴³ A maioria das Usinas que “quebraram”, fecharam suas portas meses depois de iniciarem o não pagamento de salários e direitos a seus ex-funcionários, que muitas vezes ficaram sem receber os créditos devidos por ações de transferência de patrimônio realizada entre a usina devedora e as novas empresas criadas, que recebem aqueles ativos antes de eles serem leiloados para o pagamento dos devidos.

paciência, pois achavam que não era possível que enquanto eles passavam fome, os seus devedores comessem caviar. Uma greve é, então, deflagrada com a participação não apenas dos trabalhadores demitidos, que ocupam os portões da usina, mas também daqueles ainda ativos na produção, principalmente os atuantes na indústria. Essa paralisação dura 19 dias. Perguntados sobre os motivos de sua participação, a maioria apontou que ou estava com direitos a receber, ou que percebia que aquilo que estava ocorrendo com os outros poderia acontecer com eles em breve (essa era a visão de muitos com quem tivemos contato, inclusive de não participantes do Projeto⁴⁴).

A Usina Catende, nesse momento, já estava em plena queda de sua atividade econômica e, pelo que nos foi relatado, o próprio patrimônio dela já estava sendo desfeito pelos antigos usineiros, dentro do sistema tradicional de manutenção do patrimônio dos investidores em detrimento da produção da empresa. Conforme citamos anteriormente, o comum nas múltiplas falências ocorridas no nordeste é que o processo seja estabelecido em nome de seus antigos proprietários. Na condução do patrimônio, sem a participação ativa de credores, esses usineiros sempre tiveram toda a liberdade para realizar grandes transferências dos ativos de seus empreendimentos para outras firmas por eles mesmos criadas, conseguindo assim esvaziar a empresa devedora e não perder o seu patrimônio para outros agentes.

No caso específico de Catende, os usineiros que controlavam a empresa até ali já possuíam um histórico de terem realizado esse processo de “fraude contra credores” em outras cinco usinas da mesma região: Usina Massaussu, Usina Mussurepe, Refinadora Amorim Primo, Usina Timboacú e Cooperativa dos Plantadores de Cana de Pernambuco. Segundo relatos, esse dado foi um elemento facilitador da mobilização dos trabalhadores, inclusive na definição de suas linhas de ação junto a suas organizações. O advogado do processo utilizou sempre a figura da “crônica da morte anunciada” para indicar esse procedimento já tão conhecido.

⁴⁴ Estão inseridos aqui tanto os maridos ou as mulheres de ex-funcionários ou funcionários, que não faziam parte da empresa, como pessoas ligadas ao comércio local com quem conversamos informalmente, mas que fizeram questão de manifestar suas opiniões. Para ilustrar, citamos um almoço, em pleno domingo, já um pouco cansados com a maratona de entrevistas realizadas na semana, quando se aproxima para saber de nosso trabalho o dono do restaurante. Logo ele começa a discorrer sobre sua visão, mesmo sem perguntas e, entre seus principais comentários, estava a questão descrita.

Assim, a greve deflagrada paralisa as operações da indústria em plena moagem, que é o momento principal em que a Usina não pode parar⁴⁵. Para além da pressão política em cima dos empresários, na negociação entre empregados e patrões, a inatividade não interessava ninguém. Aos patrões, por motivos óbvios, pois a falta de atividade significa perda de produção, de produto e, portanto, de valor, o que apenas agrava a crise já em curso. Aos trabalhadores, porque a paralisação também não é interessante, pois, caso ela resulte no fechamento da empresa em crise, a tendência é a perda efetiva dos postos de trabalho e renda.

A Usina Catende é responsável pela manutenção quase integral da vida de dois municípios na região (Catende e Jaqueira), além de ser consideravelmente importante para outros três (Palmares, Xexéu e Água Preta). Conforme citamos anteriormente, somente em termos comparativos, a receita anual da Usina supera, quase todo ano, a soma dos Fundos de Participação dos cinco municípios. Por isso, o encerramento de suas atividades significava o fim de um amplo conjunto de organizações que vivem em seu entorno e, portanto, não se restringia aos trabalhadores diretamente atingidos por um eventual desemprego. Nessas condições, uma negociação entre os sindicatos dos trabalhadores e os usineiros foi estabelecida, visando encontrar um meio de que os pagamentos dos trabalhadores voltassem a ocorrer, ao mesmo tempo que a Usina não parasse.

Nessa ocasião, Miguel Arraes acabara de ser eleito Governador do Estado de Pernambuco. Integrantes de sua campanha já participavam das lutas dos trabalhadores da Zona da Mata com seus sindicatos. Isso faz com que o governo esteja presente nas negociações, inclusive porque parte da dívida existente é com o próprio Estado, por meio de seu banco de fomento.

A solução encontrada, para o início do ano, em comum acordo entre as três partes envolvidas – usineiros, sindicatos e governo – foi a convocação de um administrador para manter a usina em funcionamento. A indicação do nome veio do poder público, cuja rede de

⁴⁵ Quando a moagem é iniciada, todas as caldeiras e turbinas são ligadas para o fornecimento de energia para o processo de produção do açúcar. O mais custoso desse processo é o próprio início, quando todos esses equipamentos precisam funcionar de forma encadeada a fim de se aproveitar todos os subprodutos do processo de produção. Interrupções, assim, significam aumento de custos. Por isso, no período da moagem, um amplo cronograma é planejado, de forma a manter a usina moendo, sem interrupções, pelo maior tempo possível. Soma-se nesses prejuízos a questão de que a cana assim que é cortada precisa ser carregada e moída o mais brevemente possível, pois a cada minuto perde consistência no teor da sua substância mais importante, a sacarose.

contatos e apoios incluía pessoas ligadas às atividades da cana. Entre elas, estava um veterinário, que já havia trabalhado para empresas do grupo dos usineiros de Catende em anos recentes⁴⁶ e era próximo de pessoas que compunham a cúpula do governo em início de mandato. Esse profissional é convencido a integrar esse esforço, com o compromisso do governo de que teria o apoio necessário para o que ele mesmo definiu como sua única meta: fazer a usina voltar a moer, no menor tempo possível.

Como ali já não havia mais uma atividade de empresários com seus subordinados, mas uma atividade negociada de continuidade da produção entre patrões e sindicatos, uma co-gestão entre devedores e credores, a representação dos trabalhadores começa a entrar em cena como parte da administração e passa a participar das decisões sobre os rumos da empresa. Podemos afirmar que ali, sem uma formalidade assinada, mas como um fato político consumado, inicia-se essa co-gestão, e os sindicatos assumem o interesse do trabalhador pela manutenção das atividades produtivas.

Ao entrar no centro das informações da Usina, os sindicatos passam a ter acesso, agora em forma integral, aos movimentos de esvaziamento do patrimônio. Percebem que realmente os usineiros haviam criado empresas próprias com personalidade jurídica diferente da usina, para as quais terras e equipamentos (caminhões, máquinas, etc) estavam sendo transferidos, como pagamento de supostas dívidas. Concretamente, no exercício de sua liberdade de negócio, os empresários tiveram autonomia para decidir que dívida quitar primeiro. Dessa forma, mesmo tendo um débito de R\$ 450 milhões com o Banco do Brasil e dos débitos com os trabalhadores ultrapassarem os R\$ 60 milhões, eles não foram impedidos de saldar dívidas menores e posteriores com suas novas empresas. Nesse cenário, já não existia meio possível de negociação, pois, sem patrimônio, não existia mais o que exigir como forma de pagamento dos créditos devidos, situação já experimentada naquelas outras usinas citadas. Entretanto, o acordo de manter a moagem de 1995 permanecia em pé e estava sendo cumprido.

Frente às disputas, uma solução foi encontrada: trabalhar um pedido coletivo de falência feito pelos 2.300 trabalhadores demitidos, com os quais os usineiros possuíam débitos

⁴⁶ Pelas informações obtidas, essa pessoa havia trabalhado em uma consultoria contratada para avaliar a situação de trabalho e produção da Usina em anos anteriores. Sua avaliação mostrou a ausência de comando e comprometimento dos antigos empresários com as atividades econômicas do empreendimento.

em aberto. Com a intervenção do Governo de Estado e em acordo entre os sindicatos, essa seria a única maneira de impedir o provável golpe em andamento.

Temos, então, um complicado período de disputas judiciais. Ao mesmo tempo que os sindicatos, em nome dos trabalhadores, dão entrada a um pedido de falência na comarca de Catende, os usineiros transferem a sede da empresa para Recife, e lá fazem o registro do pedido da própria falência. Os dois juizes concedem falência de forma praticamente simultânea, e a disputa jurídica passa a ser em torno de qual parte fará a indicação do síndico e mais de qual será a Comarca que universalizará o julgamento do processo. Assim, é feito um acordo para que o maior credor, o Banco do Brasil, seja o síndico e a juntada dos processos se dê em Recife, mas com a autoria dos trabalhadores de Catende.⁴⁷

Com os trabalhadores sendo reconhecidos como autores do pedido de falência pelo juiz da Comarca de Recife e a falência sendo estabelecida em nome dos sindicatos, em negociação com o juiz da vara, o Banco do Brasil é indicado como síndico, por ser o maior credor da massa em questão. No mesmo processo, é decidido o afastamento dos usineiros do negócio (sua participação fica condicionada àquela prevista em lei, de acompanhar e fiscalizar as atividades em andamento) e a manutenção da usina funcionando, como forma de garantir a valorização de seu patrimônio. O administrador do período de *manutenção da moagem* do início do ano é convidado a permanecer no cargo, agora contratado como gerente geral da empresa. O síndico foi um funcionário indicado do próprio Banco do Brasil, que acompanhava as atividades.

Fazendo uso de mecanismos previstos na Lei de Falências, a proposta do lado econômico era manter o patrimônio em atividade para não perder seu valor, enquanto se estruturava a possibilidade de venda a algum novo investidor interessado. Do lado social, o

⁴⁷ Todos esses procedimentos jurídicos, bem como os registros de cada uma das decisões tomadas pela justiça, com seu embasamento encontram-se nos arquivos do processo no Fórum de Recife, em sua 18ª Vara. Documentos sobre as transações entre as empresas, que não foram anexados nesses processos, estão todos em posse do Síndico da Massa, em sala própria, guardada seguramente para evitar qualquer possibilidade de desaparecimento de provas dos delitos cometidos. É importante registrar que todos esses documentos, que originalmente ficaram sob a guarda do Banco do Brasil, principalmente pela quantidade, até hoje não foram plenamente ordenados, podendo inclusive existir outros fatos não discutidos nos autos ali registrados. Mais que isso, a equipe jurídica responsável por esse trabalho, por falta de recursos, é muito restrita, o que dificulta a finalização de tal organização. A sensação ao entrar em contato com documentos de tal importância é realmente muito especial, principalmente pelo contexto em que essas disputas se deram e porque o processo de falência ainda se encontra em andamento.

objetivo era a manutenção dos postos de trabalho e renda, de forma que a calamidade social causada pelo encerramento daquela importante usina não ocorresse. Politicamente, caracterizava-se uma ação do governo pela sobrevivência e pela garantia de direitos daqueles milhares de trabalhadores envolvidos nas atividades da empresa. Por esse motivo, a primeira ação do governo foi distribuir cestas básicas aos trabalhadores que passavam fome por estarem, desde o início das disputas, sem salários.

Foi assim que o primeiro exercício de manutenção das atividades da empresa, os três meses de moagem do início do ano, foi finalizado. Um segundo exercício começou, mas agora na condição efetiva de massa falida. Neste, permanecerão conflitos tanto com os usineiros na justiça, como entre o governo e seus adversários no apoio aos trabalhadores. A operação de Catende era polêmica e sua luta complexa.

Entre os problemas detectados e que começaram a surgir em meio daquela situação de mudanças, estava a qualificação dos trabalhadores para o exercício do trabalho⁴⁸. Com a participação dos sindicatos na gestão da empresa, algumas mudanças começam a ocorrer na organização e fiscalização do trabalho exigindo novas qualidades daqueles trabalhadores acostumados historicamente com uma condição de subordinados⁴⁹. Assim, é realizado o “Catendão”, um amplo programa de qualificação de trabalhadores, executado com recursos do Planfor destinados pelo governo do Estado⁵⁰. Além de formar os trabalhadores, essa ação mobilizou um amplo conjunto de educadores que, posteriormente, se agregam ao projeto, a maioria deles moradores dos engenhos de Catende (filhos ou parentes de trabalhadores da Usina) ou militantes dos movimentos sociais, muitos ligados à Igreja, que à época trabalhavam com a mobilização dos trabalhadores na região e que auxiliaram as oposições sindicais.

Além desse processo de mobilização e formação, o ano de 1996 é marcado também pelo surgimento da primeira associação de moradores dos engenhos de Catende. Aqui é

⁴⁸ Em termos de combate ao analfabetismo, peça importante para a construção da autogestão, entre os anos de 1995 e 2002 foi registrada uma redução de 82% para 16,7% da população adulta.

⁴⁹ Foram-nos relatadas situações próximas de escravidão de casos ocorridos há menos de duas décadas. Entre eles, está o assassinato de um trabalhador que recusou a ordem de um “cabo”, o qual o executou em frente ao arruado onde morava (cabo é a função de campo de quem dá as ordens aos trabalhadores; é o mais baixo na hierarquia e, portanto, o mais próximo do trabalhador de campo).

⁵⁰ Planfor era o Plano Nacional de Formação realizado pelos Governos de Estado com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador, descentralizado pelo Ministério do Trabalho e Emprego. Hoje esse programa foi reformado e é operado, com modificações, sob a denominação de PNQ – Plano Nacional de Qualificação.

preciso ressaltar que a moradia é um outro importante elemento de agregação dos trabalhadores em sua luta contra os antigos usineiros. Nas terras de Catende, espalhado por toda sua extensão, existe um grande conjunto de cinco a oito residências, herdeiro das antigas senzalas, casas geminadas, contíguas, onde moram os trabalhadores rurais e suas famílias. Como os direitos dos demitidos não haviam sido quitados, eles permaneceram nessas moradias mesmo após seu desligamento administrativo da empresa, pois, por sua situação de credor, não tinham como ser expulsos. Isso fez com que esses arruados permanecessem como núcleos políticos de organização da população das terras da Usina⁵¹.

Antes da falência, qualquer tipo de intervenção nessas moradias era veementemente proibido pela administração da Usina: do plantio de hortas de subsistência e criação de animais aos pequenos reparos. Não é preciso muito esforço para compreender a impossibilidade de organização desses moradores no período. Será o início da tomada do controle da empresa pelos sindicatos que criará as condições objetivas para que essa organização política em associações surja nas terras dos engenhos.

Mais que apenas um núcleo local, as associações de moradores ganharam rapidamente uma forte conotação política. O mais interessante desse processo foram as lideranças surgidas que começam a ocupar a cena. Nesses novos, até partidos e candidatos políticos externos, das municipalidades vizinhas, disputam aquelas “bases eleitorais”, e as associações são inseridas em seus mapas. Dessa forma, a unidade de gestão e administração dos moradores dos engenhos ganha um papel político formal na relação do projeto com outros agentes da região. A mesma relação dos partidos e candidatos também ocorre em alguns casos, conforme nos relataram, na questão sindical, pela definição das eleições e pautas dos sindicatos rurais.

Tínhamos então, a administração da massa falida sendo feita pelo síndico do Banco do Brasil, mas a administração sendo conduzida pelo gerente geral contratado, em conjunto e sintonia com os sindicatos participantes da gestão. Com essa consolidação das relações de

⁵¹ É extensa a discussão sobre a atuação dos sindicatos rurais na luta pela manutenção das moradias dos trabalhadores das usinas. No final da década de 70, passam a ser sistematicamente expulsos de suas casas para serem contratados como “bóias-frias”. Até hoje, ao passarmos nas estradas dos engenhos, vemos um amplo conjunto de casas abandonadas, de outras usinas, que provavelmente expulsaram seus antigos moradores para reduzir os seus custos e quebrar o vínculo deles com a terra.

gestão, começa a surgir a dúvida que até então não havia sido colocada para todos de forma clara: o que seria feito a partir dali, levando-se em consideração que a moagem estava retomada e, agora, era preciso seguir o processo de trabalho e manutenção da empresa. Era consenso que esse processo precisava seguir sem interrupções, mas a forma de fazê-lo não parecia ser consensual entre os diversos atores envolvidos.

Em 1997, o Banco do Brasil, numa tentativa de iniciar a venda da Usina para algum novo grupo interessado, procura comercializar o açúcar por meio de operações diretas de mercado. Como o açúcar é *commodity*, negociada em bolsa de mercado futuro e com poucos compradores (conhecidas tradings do setor), essa operação logo é conhecida por todos os “novos gestores” daquela empresa co-gerida. Como síndico, o Banco possuía autonomia para realizar a operação, mas ela parece ter sido feita sem o conhecimento do conjunto dos sujeitos envolvidos. Como era de se esperar, no ambiente de conflitos ao qual esse conjunto de sujeitos já estava se habituando, esse foi mais um elemento de desconfiança nas relações. Dessa desconfiança, junto com a relação dos sindicatos e suas bases e frente às dificuldades no pagamento de trabalhadores, que não ocorria em função de estoques que o Banco tenta garantir como lastro de sua operação – um final de estoque armazenado já com a moagem encerrada – os trabalhadores decidem ocupar a agência local do Banco do Brasil em protesto.

Sem mais conseguir conduzir seus interesses à frente da falência, o Banco pede afastamento da sindicatura, que fica para ser indicada novamente pelo juiz responsável. Com todas as conquistas que até ali foram obtidas no soerguimento da empresa, o juiz passa a sindicatura para os trabalhadores, que decidem manter mais uma vez aquele administrador na condução da Usina, só que agora com a legitimidade de síndico da massa falida e em nome dos trabalhadores. E, assim, é dado início ao processo de formalização de alguns mecanismos que estavam soltos na gestão do conjunto da massa.

Inicia-se um período de aproximados sete anos que pode ser apontado como o principal na construção das bases do que viria a ser a autogestão do Projeto Harmonia-Catende. Definimos esse período, levando em consideração que, em 1995, houve a falência com termo legal retroativo até 1990; em 1997, aconteceu a indicação do primeiro síndico dos trabalhadores, que é o administrador, cuja sindicatura durou até 2004, quando ocorreu a

indicação do segundo síndico dos trabalhadores, desta vez, um trabalhador nascido nas terras de Catende.

A primeira sindicatura feita por indicação dos trabalhadores foi mais um indicativo das possibilidades de eles assumirem de fato a gestão da Usina e de terem poder para determinar seus rumos, imprimir suas orientações. Ao mesmo tempo, como a gestão que já vinha sendo feita pelas mãos daquele administrador em conjunto com as dos sindicalistas estava sendo bem sucedida, sua manutenção também indicava a responsabilidade daquela sindicatura que assumiu, com clareza, seu propósito de manter a Usina moendo.

Com a negativa dada ao Banco do Brasil em sua investida para minimizar seus prejuízos nas operações realizadas, cada vez mais se firmavam, no conjunto dos agentes envolvidos, duas certezas: a Usina não podia parar e um novo patrão-usineiro não seria a saída para aqueles trabalhadores. No entanto, poucos já imaginavam a construção de uma gestão coletiva de trabalhadores para a condução da Usina. Podemos dizer que era um momento de definições de rumos, com apenas alguns indicativos claros: as atividades não poderiam parar e essa continuidade não poderia se dar com um patrão como havia sido antes. Era possível seguir produzindo e era preciso continuar essa gestão com participação.

Exemplo disso é a carta de compromisso, produzida pelos sindicatos em conjunto com a Federação dos Trabalhadores Rurais do Estado, na qual diziam:

- “1. Emergencialmente, contribuir para assegurar a sobrevivência da Usina Catende, através da regularização da safra 1997/1998, com moagem de canas próprias e de fornecedores
2. Que a regularização da safra 97/98 ocorra com a indispensável transparência no gerenciamento da produção, comercialização e pagamento dos compromissos, vencidos e a vencer, com trabalhadores e fornecedores de matéria prima;
3. Consolidar a unidade jurídica dos créditos dos trabalhadores, na ativa e demitidos, através da constituição de uma empresa, habilitando-a a receber a totalidade do patrimônio da Usina Catende, em fase de liquidação falimentar, e por decisão já tomada por mais 2/3 dos credores, assegurando a unidade do seu ativo e a viabilidade futura do projeto de reestruturação de sua base produtiva;
3. Adotar o modelo de sociedade por ações, distribuídas com equidade entre os credores trabalhadores, em oposição ao modelo de cooperativa, o qual é rejeitado pelo conjunto;

4. Lutar, por todos os meios, para agilizar a conclusão do processo de falência, com a prévia recomposição da unidade patrimonial da Usina, anulando-se as transferências fraudulentas de mais de 10.000 hectares de imóveis, através das ações revocatórias, o que se constitui em condição básica para que a nova empresa possa ter acesso aos meios de financiamento necessários à sua recomposição produtiva;
5. Concluído o processo de falência, garantir que a empresa dos trabalhadores deverá possuir gestão técnica e executiva, com profissionais idôneos e especializados, mantendo-se um processo de gestão que assegure a eficiência empresarial e as rotinas de informações e transparência, por parte das entidades representativas dos trabalhadores acionistas e por eles próprios, como prevê a legislação competente;
6. Tornar público o firme propósito de todos os trabalhadores e de suas entidades no sentido de que, após concluída a falência, seja mantida a unidade dos mesmos trabalhadores para assegurar a consolidação desse projeto referencial e modelar na Zona da Mata, destinado ao saneamento de uma empresa estratégica e à reestruturação de sua base produtiva, combinando a exploração da cana com outras atividades econômicas;
7. Se comprometer a consolidar a adesão formal de todos os trabalhadores ao processo de criação da nova empresa no prazo máximo de 30 (trinta) dias.”

No entanto essa carta foi produzida e assinada depois da redação de uma proposta meses antes com o seguinte teor:

“Os abaixo-assinados, credores da Usina Catende, qualificados no processo de falência movida contra a Cia. Industrial do Nordeste Brasileiro, que detinha a propriedade do complexo agro-industrial que historicamente recebe aquela denominação, considerando:

- 1 - a negativa repercussão econômica e social que teria o aprofundamento e a irreversibilidade da crise sobre os trabalhadores da indústria e do campo;
- 2 - o agravamento das já difíceis condições de vida de toda a população da área, que se espria por mais de seis municípios, atingindo indiretamente até parte do Agreste que mantém intenso relacionamento com a Usina, maior empreendimento da zona sul do Estado;
- 3 - o desaparecimento dos empregos da área e os prejuízos disso decorrentes para cerca de mil pequenos e médios fornecedores de cana, que não teriam como escoar sua produção, em razão inclusive do fechamento de outras usinas da área de Palmares e Água Preta;
- 4 - que, por outro lado, estudos técnicos indicam a possibilidade de reversão do quadro encontrado quando da decretação da falência, capaz de fazer a Usina Catende alcançar níveis razoáveis de rentabilidade, desde que medidas apropriadas e mais abrangentes sejam adotadas;

5 - que as peculiaridades de ordem legal e financeira da massa falida aconselham o estabelecimento de uma administração compartilhada, em condições de coordenar as ações dos diferentes setores empenhados no soerguimento da Usina;

6 - que o vulto dos débitos da empresa, por sua vez, amparado no seu patrimônio insuficiente, obriga ao entendimento entre os credores, de forma a conduzir a uma solução ajustada às necessidades de manutenção do processo produtivo, como requisito para o recebimento dos seus créditos;

7 - considerando, por fim, que as circunstâncias descritas geram a necessidade de utilização dos créditos impagos dos signatários, no sentido de ajudar a restaurar a vida da empresa e de toda comunidade que dela depende;

Resolvem:

Fixar como objetivo:

- a recuperação da Usina Catende;
- a preservação integral, tanto quanto possível, dos postos de trabalho, diretos e indiretos, ajustando-os ao processo de soerguimento da empresa;
- a criação de perspectiva para a população da área de sua influência;
- a recuperação dos seus créditos, subordinando aos recebimentos às metas mencionadas.

Escolher como instrumento de ação:

- cooperativa a ser criada pelos trabalhadores, apoiada técnica e gerencialmente pelo Governo do Estado e pelo Banco do Brasil, com a finalidade exclusiva de manter em funcionamento o complexo industrial da Usina Catende;
- participação igualitária dos signatários na fixação de metas, padrões de gestão e de desempenho da cooperativa a ser criada, através de documento específico a ser firmado entre os credores signatários, visando a garantir, no curto prazo, condições mínimas de auto-sustentação gerencial e financeira à cooperativa, bem como visando a garantir, a médio prazo, a transição da condição de massa falida para a de uma empresa eficiente e capitalizada.

Estabelecer como forma de ação:

- esforço conjunto de todos os signatários para obtenção dos objetivos gerais e para a execução das providências consideradas necessárias à continuidade da recuperação da Usina e a solução final da questão.

Escolhidas de comum acordo pelos representantes das partes, as providências a serem implantadas, além do acordo entre os representantes, devem ser levadas ao conhecimento das entidades representadas, com finalidade de fazer valer a influência dos responsáveis pela sua direção junto a entidades públicas e privadas que possam colaborar para os objetivos gerais propostos. Assim, deve ser formulado projeto de caráter geral a ser apresentado oportunamente, de modo a facilitar a compreensão do processo em que vão se inserir as providências a serem adotadas.

Neste sentido, são necessárias as seguintes providências no curto prazo:

- conseguir a concordância dos credores que subscrevem a presente proposta, manifestando, assim, sua anuência com a estratégia e com as formas de ação definidas acima, de modo especial no que toca à lei de falência, para assegurar a continuidade do empreendimento e preservar o processo produtivo da Usina Catende;
- intensificar gestões e esforços para desfecho mais célere do processo falimentar;
- tomar as medidas necessárias à formação da nova cooperativa, definindo os seus instrumentos societários, bem como definindo os termos do acordo de credores que irá balizar o funcionamento da cooperativa no período compreendido entre a fase inicial de operações até a auto-sustentação econômica e gerencial.
- estabelecer, além disso, a forma de distribuição de dividendos que seriam reinvestidos até a recuperação da Usina, no entanto definidos como rendimentos resultantes da nova forma de exploração do negócio e de novos recursos apontados;
- desenvolver gestão para arregimentação de recursos a serem utilizados no melhoramento dos equipamentos, no aumento do plantio de cana e na elevação do rendimento agrícola e industrial, bem como no aproveitamento dos resíduos industriais e agrícolas. Na medida do possível, seria introduzida tecnologia agrícola e industrial capaz de atualizar procedimentos superados ainda predominantes no parque açucareiro do Nordeste;
- propor ao Juiz da falência o arrendamento do parque industrial e agrícola da Usina Catende, até a decisão final que encerre o processo falimentar, assegurando-se à cooperativa e aos eventuais investidores por ela atraídos, para o período além da decisão final, os direitos às benfeitorias agrícolas e industriais acrescidas, inclusive garantindo-se a colheita das safras plantadas.
- promover entendimento junto aos demais credores para que eles ajustem seus créditos às condições decorrentes do procedimento falimentar em curso;
- os trabalhadores, através de suas entidades representativas, se comprometem a organizar os trabalhadores credores da falência, demitidos e da ativa, sob a forma de cooperativa, até o

próximo mês de junho, assegurando unidade jurídica e administrativa aos créditos por eles representados, ficando a seu cargo a elaboração dos estatutos e demais instrumentos que devem reger o funcionamento da Cooperativa.

- o Banco do Brasil, o Governo do Estado e os Trabalhadores, signatários deste Protocolo, se comprometem a aprofundar a sua articulação e a sua unidade para apoiar a ação do Banco, que vem desenvolvendo com sabida eficiência os seus encargos enquanto síndico, para que, liberado das tarefas de gestão dos negócios, possa agilizar a tramitação do processo de falência, particularmente as ações revocatórias quanto ao patrimônio desviado para coligadas e terceiros e a liquidação falimentar do conjunto do ativo da massa falida.

Garantir novos investimentos

- deve ficar claro que os investimentos realizados após a decretação da falência, oriundos de terceiros ou da cooperativa a ser formada, têm preferência sobre os créditos anteriores, na forma da legislação existente sobre o assunto, inclusive os investimentos realizados pelos credores trabalhistas, após a decretação falimentar, no plantio extensivo da cana-de-açúcar em terras arrecadadas no processo falimentar de que se trata, plantio já efetuado e ora em fase de expansão, através de regime especial de trabalho e não remunerado pela massa falida.

Estipulações finais

- O Governo do Estado, o Banco do Brasil e os trabalhadores assinam o presente como esforço de preservação de seus direitos e de recuperação de créditos, não significando qualquer renúncia aos mesmos.”

Dessa forma, com a mudança do primeiro para o segundo documento, os trabalhadores demonstram sua prioridade em garantir o pleno funcionamento das atividades produtivas da Usina. Acreditavam estar assegurada a manutenção dos postos de trabalho, mas ainda sem muita clareza da solução jurídico institucional mais viável e interessante para o Projeto. Percebemos que a idéia de cooperativa chegou a ser cogitada entre as lideranças, que dizem ter enfrentado grande resistência em suas bases quando foi feita a discussão do assunto. O motivo principal alegado era a experiência negativa de muitos trabalhadores, pois a adesão às cooperativas havia sido sempre utilizada como forma de aceitar fraude em seus direitos. Depois daqueles anos de luta, não apenas o trabalhador estava mais consciente de sua capacidade político-administrativa, como também não mais pensava em perder direitos. A

opção final foi o acerto do compromisso futuro entre os trabalhadores, que negociaram com os demais as suas intenções.

Nesse sentido, aquela experiência de criação de associação de morador foi bem sucedida e, posteriormente, teve sua multiplicação para outros engenhos. Além dessa, outras inovações, que surgiam de forma espontânea, ou por indução da administração, também foram se espalhando pelas terras de Catende. Havia se iniciado ali a primavera de possibilidades, e sua concretização brotava em muitos cantos.

Uma experiência de grande relevância ocorreu, segundo relatos, ainda em 1997, quando alguns moradores de engenhos, ao verem terras que não estavam sendo cultivadas na Usina⁵², à disposição para o plantio, solicitaram à administração que as pudessem utilizar em lavoura própria. Depoimentos colhidos descreveram a atitude como sendo influenciada por aquele curso de formação do ano anterior, o “Catendão”, onde a iniciativa e a participação começaram a ser valorizadas no Projeto. Alguns desses agricultores plantaram a chamada lavoura branca, para subsistência, que, para o estranhamento de muito ex-empregado da Usina, era agora permitida⁵³; outros resolveram plantar cana e se propuseram a aumentar a moagem da Usina com sua própria produção.

Diferentemente da estrutura de trabalho das terras chamadas “da Usina”, essa nova cana era cultivada sob a responsabilidade do próprio trabalhador, que assumia os riscos, inclusive dos investimentos, no cultivo de sua plantação. A usina entrava com o adiantamento dos insumos demandados, que seriam pagos com reposição dos estoques depois da safra, e o trabalho era realizado pelo próprio agricultor, sua família e pela contratação de outros trabalhadores, que receberiam sua parte, de acordo com os critérios de remuneração da própria Usina (mas pagos pelo seu novo contratante, o próprio trabalhador plantador).

Dessa forma estava sendo criado o que depois se transformou no Programa Cana de Morador, que é a organização pela Usina do fornecimento de insumos, da divisão das terras

⁵² No imaginário coletivo ainda permanecem imagens do tempo em que todos os morros de Catende eram verdes de cana. Com o declínio da atividade econômica desde a década de 90, menos da metade das terras hoje estão sendo cultivadas, principalmente por falta de recursos. Já existe um planejamento de ampliação de plantio ano a ano, que hoje incorpora o mecanismo do Projeto Cana de Morador como parte do processo.

⁵³ Principalmente entre os agricultores entrevistados, é sempre relatada a situação de resistência em plantar, porque a situação habitual histórica era que aquilo que se plantava sem ser para a Usina, os funcionários da mesma mandavam arrancar (sujeitando o plantador a punições que chegaram ao assassinato).

e do pagamento pela produção da cana feita nessa terra, que cada vez mais passava a ser do coletivo, mas cujo resultado, extraído o pagamento dos insumos utilizados, ficava para o seu administrador, o morador-plantador. De alguma forma, o antigo empregado passava agora a ser patrão na sua terra, mas numa condição diferente do antigo usineiro, ou mesmo da administração geral.

Ao lado das inovações e conquistas, também foram surgindo novos problemas, como quando Miguel Arraes não consegue fazer seu sucessor e o governo de Jarbas Vasconcelos é eleito, numa aliança descrita como do setor dos próprios usineiros. É assim que, mesmo sabendo das dificuldades e das lutas que aqueles trabalhadores estavam tendo na condução do Projeto, mesmo com consciência da importância do Projeto para a região, o novo governo articula, logo no início de seu mandato, a criação de uma CPI para apurar os recursos utilizados em Catende pelo governo anterior. Apesar de concluída sem provar irregularidades, para uma massa falida que está sendo recuperada pelos trabalhadores, ter que dar satisfação para a fiscalização do poder público sobre o exercício de seus recursos, além da fiscalização do próprio poder judiciário, é sempre uma dificuldade a mais.

Somam-se a esse fato algumas dificuldades econômicas que começam a surgir na condução do Projeto. Uma safra menos produtiva que a esperada, em outubro de 1997, fez com que parte dos salários passasse por um período de atraso no final da moagem. Essa conjuntura dá margem para que um grupo de operários, na sua maioria pessoas já com muito tempo de Usina, em articulação com outros que já estavam aposentados, façam um movimento de paralisação dentro da indústria. Articulados com o Sindicato dos Trabalhadores do Alcool e do Açúcar, esse grupo tentou assumir o comando da massa falida em nome dos trabalhadores, reivindicando para si a efetiva legitimidade de representação daqueles que eram os credores da massa falida.

Em oposição, os trabalhadores do campo foram mobilizados para abrir os portões. E aí a batalha instaurada foi de trabalhador contra trabalhador, pela legítima representação na condução do Projeto. No tocante às relações estabelecidas, acusações mútuas existem sobre as responsabilidades nos fatos: de um lado, há trabalhadores falando da distância entre a nova administração e a indústria, de outro, outros trabalhadores acusam aqueles de se mancomunarem com representantes políticos dos usineiros, incluindo membros do próprio

“governo Jarbas”, e falando de sua falta de compromisso com o processo. Chegamos a ouvir questões pessoais, de ganância por parte dos “golpistas” ou da antiga direção em querer tornarem-se novos usineiros. Disso nos importa o fato de que a teia política das relações internas no Projeto, que já envolvia mais de 3.000 famílias, é de uma complexidade enorme, comportando as mais diversas contradições.

No ano de 1998, as terras do Projeto sofreram também uma investida do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra de Pernambuco. Depois, outras ocorrerão. Membros do Movimento acabam por infiltrar-se na comunidade, que, convencida, levanta a sua bandeira. Simbólica e concretamente, essa manifestação mostra o rompimento daquele agrupamento, político por assim dizer, com o conjunto do Projeto Harmonia-Catende. Erguida a bandeira, o território passa a estar isolado do conjunto dos demais engenhos, que têm como direção política seus sindicatos e a Federação dos Trabalhadores da Agricultura de Pernambuco – FETAPE.

Em declaração pública, o MST aponta a sobrevivência de Catende como símbolo da manutenção de um modelo histórico, oriundo da colônia, de exploração do trabalhador, que é a produção agro-exportadora do latifúndio canavieiro. Com uma formulação ideológica muito particular, coerente com a prática de mobilização do Movimento, que estabelece bandeiras claras para guiar os trabalhadores, essa afirmação não se restringe à disputa do poder apenas. Esta é uma visão da história de Catende que não coincide com a dos trabalhadores entrevistados do Projeto, que apresentam a recuperação da Usina e a organização coletiva da exploração de suas terras como uma solução de emancipação e não mantenedora das relações de exploração passadas.

Fato é que essa investida se colocou de tal maneira que os próprios trabalhadores de engenhos próximos àquele que “ergueu” a bandeira do MST se uniram para expulsar os mesmos da terra. E, assim, a luta por direitos fica um pouco indefinida na disputa entre os trabalhadores ou, mais precisamente, na condução de suas representações.

Tanto no caso da ocupação da fábrica, como na investida do MST, a polícia foi chamada em ações de reintegração de posse. O interessante aqui é notar as dificuldades políticas na condução do Projeto, que precisa lançar mão de polícia para defender o interesse de alguns trabalhadores em relação à ação de outros trabalhadores. Sabendo que nem sempre a

polícia tem a mesma compreensão sobre trabalhadores e trabalhadores no poder, o fiel da balança pesava de maneira diferente em cada caso, e podemos perceber a existência de influências externas na definição do papel das instituições quando a pauta colocada é Catende.

E o ano de 1998, assim, foi realmente agitado. Ao contrário da anti-investida do MST, os trabalhadores de Catende, orientados por seus sindicatos, também realizaram uma ocupação, mas a sua saiu-se posteriormente vitoriosa.

Entre aquelas ações de esvaziamento de patrimônio que haviam sido articuladas pelos antigos usineiros, como já mencionamos anteriormente, uma parte delas referia-se a transferência de terras para terceiros. Parte dessas ações foi invalidada pela justiça na abertura do processo de falência⁵⁴. Mas havia quatro engenhos que não puderam ser recompostos ao patrimônio da massa falida, pois sua transferência era anterior ao ano de 1990, data marco para o início da própria falência.

O novo proprietário daquelas terras, após garantir sua posse, resolve cercá-las para iniciar o seu uso. Vendo aquilo como uma ameaça, inclusive porque esses engenhos ainda tinham ligações com os demais do Projeto, os trabalhadores dos engenhos de Catende, arrancam, em menos de um dia, todas as centenas de estacas enterradas no entorno da propriedade. Receoso de perder o patrimônio sem retornos e frente à demonstração de força daqueles trabalhadores, o novo dono opta por vender as terras ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA para fins de reforma agrária. Assim, garantia ao menos um retorno financeiro pela posse daquelas terras e evitava novos conflitos com aqueles trabalhadores que o impediam de explorá-las.

Essas terras foram divididas entre novos trabalhadores, que passam a integrar o Projeto indiretamente. Isso porque dentro, no cadastro da Reforma Agrária do INCRA, os interessados direcionados àquelas propriedades não eram demitidos de Catende, situação que se somava ao fato de que aquelas terras não estavam arroladas como parte do patrimônio da

⁵⁴ Um importante esclarecimento precisa ser dado acerca do processo falimentar. Quando a ação de falência é aceita pela justiça, ela é retroativa sobre as ações do antigo proprietário, a contar da data do último título protestado em nome do requerente da falência. Em relação aos trabalhadores, esse título datava de 1990, ano a partir do qual todas as operações comerciais que caracterizassem fraude puderam ser canceladas. Assim, as operações anteriores a 1990, entre as quais se encontravam as terras dos quatro engenhos em questão no fato relatado, não puderam ser canceladas judicialmente. Daí a ocorrência dos conflitos.

massa falida. Mesmo assim, aqueles novos sujeitos não deixavam de ser trabalhadores que poderiam contribuir com o Projeto, o que então passou a ocorrer.

Outro fato ocorrido em 1998 foi a demissão, pela administração da massa, de 93 funcionários que haviam se envolvido naquela mobilização grevista já narrada. Claramente, foi um ato político. Frente a tantas instabilidades na condução da recuperação judicial, essa foi uma demonstração de força por da administração, mas também foi vista como um ato autoritário por alguns trabalhadores, que se sentiram em risco. Essa ação da administração da Usina demonstra a existência de mais um dilema na condução do Projeto, ou seja, a velha pergunta sobre o que fazer se, democraticamente, um povo opta por não ter democracia.

A utilização de um instrumento certamente autoritário, a demissão, em nome da construção da participação efetiva, em nome da democracia era uma necessidade para manter alguma ordem na construção daquela sucessão, mas, ao mesmo tempo, gerava incertezas sobre a efetiva participação de todos em suas decisões. No fio da navalha da condução do Projeto, a importância desse registro é que essa ação também chegou a ocorrer em sua história. Percebemos, nela, efeitos positivos, como o reforço da crença de que existem pessoas responsáveis à frente do processo, e negativos, como o questionamento radical das decisões, que pôde ser fortemente repreendido.

Por fim, naquele ano ocorreram também, uma operação junto com a Cordaid⁵⁵ e a legalização da Companhia Agrícola Harmonia. A primeira foi um apoio de recursos externos, que foram aplicados na manutenção do Projeto e sua ampliação, revelando novos parceiros nessa caminhada. Através desse recurso, alguns militantes que apoiavam o processo até ali, foram contratados para fazer parte, profissionalmente, daquela construção. A maioria deles permanece no Projeto até os dias de hoje.

A legalização da Companhia Agrícola Harmonia foi um ato de alguns sujeitos que queriam começar a dar passos firmes na superação da condição falimentar da Empresa. Uma empresa aberta, em nome dos trabalhadores, com participação acionária, era um caminho para isso. Permitia que a diferença nos créditos entre os diferentes vínculos que cada um dos trabalhadores ali envolvidos tinha fosse reconhecida, mas também permitia a manutenção de

⁵⁵ Cordaid é uma agremiação de entidades holandesas que opera projetos de apoio aos países em desenvolvimento, com foco especial na África e na América Latina, e que repassou recursos emergências ao projeto Catende, visando combater a pobreza rural.

alguma unidade e a obrigatoriedade de que sua condução seguisse sendo coletiva. Era um grande receio da administração que se fizesse uma sucessão da massa falida e todo aquele acúmulo de luta que começava a dar frutos fosse perdido nas disputas entre os interesses individuais. Ou seja: aquela falta de certeza sobre os rumos futuros que seriam dados ao Projeto e a falta de mecanismos claros de participação fizeram com que a administração, em conjunto com os trabalhadores, buscasse construir meios de formalizar os arranjos que eram construídos, mesmo que ainda de maneira um pouco defensiva.

Não temos precisão, mas sabemos que nesse processo, foram várias as assembléias realizadas com grande presença de trabalhadores, uma presença crescente principalmente em termos de participação. Sabemos, também, que a opção pela Sociedade Anônima se deu, naquele momento, pelo receio que muitos tinham de que a formação de uma cooperativa significaria a perda de recursos aos quais teriam direito. Na leitura de muitos trabalhadores e dos próprios sindicatos, o encerramento da falência em nome dos trabalhadores significava a quitação dos créditos trabalhistas em nome de uma incerteza futura, que era a manutenção da Empresa em operação. Mesmo a idéia de reforma agrária, naquele momento, ainda era rechaçada por não saberem o que poderiam fazer com a terra, mas sem dinheiro. Muitos foram os relatos de um levantamento feito sobre o assunto em que apenas 6% dos trabalhadores-credores da massa falida disseram querer a divisão fundiária. “Eu não sou gogo [minhoca] pra querer terra”, repetiam os demais.

Os advogados do Projeto relatam que a situação melhorou quando, no ano seguinte, conseguiram fazer a publicação do “quadro geral de credores”, uma extensa lista com a definição clara, nominal, do crédito ao qual tinha direito cada um dos trabalhadores demitidos com quem a empresa tinha débitos devidos. Uma edição especial do Diário Oficial do Estado de Pernambuco teve que ser publica apenas com essa relação, que se estende por dezenas de páginas e formaliza o direito adquirido daquele coletivo até ali inserto de suas conquistas. Pelo tamanho e pelo valor definido, aquela publicação era um marco nas disputas jurídicas pela massa falida. Era uma clara demonstração de que aquilo era um caminho sem volta.

Ao mesmo tempo, os trabalhadores conseguiram também que um segundo projeto de formação fosse realizado em Catende, Dessa vez com recursos próprios da Usina, oriundos do fundo da Unias. Isso também era importante para o assentamento da atividade de

qualificação e apropriação da Empresa pelo conjunto dos trabalhadores. Com esse novo projeto, na passagem para o ano 2000, foi formalizada a chamada “Equipe Harmonia”, mencionada no início do capítulo: o grupo de educadores que passa a fazer permanentes programas de formação com os trabalhadores do Projeto e, assim, integra a estrutura da empresa, como uma parte nova, voltada para a autogestão.

No ano anterior, alguns integrantes da administração do Projeto foram convidados, na condição de líderes sindicais, a participar do lançamento da Agência de Desenvolvimento Solidária da Central Única dos Trabalhadores. Lá, conhecem a existência de uma outra entidade, chamada Anteag, que também tinha como foco apoiar a recuperação de empresas pela autogestão e do fomento ao que se chama de economia solidária. Nessa condição, foi-nos relatado que parte desse grupo que discutia os rumos daquele Projeto disse: “Olha só, aquilo que nós estamos fazendo, criando uma empresa de trabalhadores a partir da massa falida, outras empresas já fizeram. E isso tem nome: autogestão”. Assim, podemos dizer que o fim do século XX foi também o marco na transição concreta da luta por direitos que vinha sendo conduzida construir uma empresa autogestionária: o Projeto Harmonia-Catende.

É então que entre as vitórias, uma tragédia passa a cumprir um papel agregador daquele conjunto de trabalhadores. No ano 2000, um dilúvio atinge a Zona da Mata de Pernambuco e os rios Pirangi e Panelas, que se cruzam praticamente na frente das instalações da Usina, protagonizam a maior enchente de que se tem notícia na região, ao menos nos últimos duzentos anos. As marcas daquela enchente permanecem até hoje nas instalações e no imaginário de todo aquele território. Foram milhares de metros cúbicos de água que subiram acima de seu padrão normal, levando consigo máquinas, automóveis, documentos e até um bairro inteiro que existia nas imediações da Usina. Foi uma catástrofe sem precedentes.

Mas se ocorreu a destruição, ela motivou que o síndico convocasse uma assembléia de emergência, em que a situação foi colocada para o coletivo, com a esperança de que eram eles que deveriam tomar as rédeas da reconstrução das perdas. E, pelo envolvimento que muitos já sentiam pelo projeto e pela solidariedade dos demais, em 40 dias a Usina, que teve muitos de seus equipamentos desintegrados, estava reconstruída e em atividade. Ao recordarem esse fato, não é pouca a emoção daqueles que disso participaram, tanto pelas perdas que tiveram, como pelo orgulho de terem enfrentado um desafio muito maior do que

pensavam que seriam capazes. Na parte estrutural, de resgate das famílias, foram muitos os auxílios recebidos, inclusive a reconstrução do bairro derrubado, que formou uma nova vila, no alto de uma colina, chamado hoje de bairro Oxfam⁵⁶.

Muitos mutirões e coleta de roupas e alimentos nos foram relatados, e nenhuma morte ocorreu mesmo com as dimensões que o fato tomou. Uma perda importante foi documental, pois parte dos registros das atividades passadas da Usina estava no escritório, onde as águas subiram muito. Parte dessa documentação só não foi totalmente perdida por existirem cópias no escritório da Usina, em Recife, que haviam sido feitas para a instrução dos processos judiciais em que a empresa estava envolvida.

Mal recuperados da enchente, mas com o ego fortalecido pela vitória sobre desastre, a administração inicia a recuperação da destilaria, que já estava desativada por falta de manutenção, agora agravada pela água. Quando essa obra foi concluída, houve um novo desastre: as instalações elétricas geram um curto circuito que pôs fogo no complexo industrial. O incêndio somente não ganhou maiores proporções, porque os trabalhadores, com o equipamento dos bombeiros, meteram-se em meio as chamas para apagar o foco do fogo e conter seu alastramento. Mesmo contido, o incêndio inviabiliza a retomada das operações da destilaria, que em breve seria reativada.

Mas a organização de campo não parava. A formação seguia em curso, com recursos da própria massa falida, sendo esse um investimento considerado estratégico para a mesma. O Programa Cana de Morador é formalizado como estratégia para a ampliação do plantio de cana (através de um documento registrado como Termo de Compromisso da Cana de Morador – Anexo IV) e a quase totalidade dos engenhos passa a contar com Associação de Morador, as quais iniciam sua participação na gestão da Empresa.

Frente ao sucesso da ampliação do plantio da cana, com os agricultores assumindo a iniciativa praticamente por conta própria, pela primeira vez na historia da recuperação, os trabalhadores conseguem seu primeiro acesso ao crédito. Por se tratar de uma massa falida, mesmo que houvesse vontade política por parte dos dirigentes dos bancos, por serem devedores de milhões de reais, não havia possibilidade de renovar operações. Mas,

⁵⁶ A Oxfam, entidade inglesa, junto com a Manos Unidas, entidade espanhola, muito contribuíram para que o Projeto não fosse, literalmente, por água abaixo.

diferentemente da massa e de seus antigos usineiros, os trabalhadores não possuíam dívidas com parte alguma. Pelo contrario, eram credores.

Dessa forma, em 2002, exatas 68 operações de Pronaf foram realizadas com os agricultores do Projeto, que utilizaram o recurso para ampliar sua capacidade de cultivo e plantio. No ano seguinte, os débitos foram quitados em sua totalidade, e as operações foram renovadas, agora em número de 730.

O ano de 2003 é também o ano de início do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, presidente eleito com amplo apoio de muitas lideranças participantes do Projeto Harmonia-Catende. De outro lado, nesse momento, pelas relações estabelecidas tanto com a Central Única dos Trabalhadores, por meio da ADS, como também pela participação na Anteag, Catende já é referência em tamanho e importância dentro do próprio movimento de economia solidária. Como o governo Lula assume a tarefa de fomentar a economia solidária como uma de suas ações, inclusive criando a Secretaria Nacional de Economia Solidária, os trabalhadores de Catende, ao procurar representantes da Senaes, são recebidos com atenção para que o governo pudesse contribuir em seu processo de recuperação. Lula já havia visitado Catende antes mesmo de sua eleição e membros de seu gabinete já haviam militado com pessoas da assessoria do Projeto. Como o governo já tinha relações estabelecidas com aquela luta e existiam canais para encontrar as soluções.

Catende seguia sendo massa falida e, por esse motivo, os canais normais para apoio aos empreendimentos, como os bancos públicos, estavam impedidos de realizar operações com a Empresa. Por mais que houvesse a disposição, a construção de canais alternativos não era simples para aqueles agentes. Mais uma vez foram os trabalhadores e suas representações que conseguiram construir uma saída.

Ao verem que as operações do Pronaf haviam funcionado e que, individualmente, o coletivo de participantes do Projeto poderia receber financiamento, a administração volta sua atenção, em diálogo com agentes de políticas públicas federais de Pernambuco, para canais em que essa alternativa pudesse se viabilizar. E dois são os principais encontrados: parcerias com entidades que pudessem dar suporte ao Projeto e que não a massa falida diretamente, e a ação de formação de estoques do Governo Federal, através de compras governamentais que a

Companhia Nacional de Abastecimento - Conab estava realizando com agricultores familiares⁵⁷.

Nesse período, o mercado de açúcar passava por uma grande queda de preços no mercado internacional. Vindos da superação de dois desastres, no soerguimento da massa, os trabalhadores fazem um apelo para que o governo realize o que fosse possível para salvar aquela falência de uma vez. E assim foi tentado.

Em 2004, uma operação de compra de açúcar dos agricultores de Catende é realizada, somando o total de R\$ 3,5 milhões. Esses recursos são tomados individualmente, mas utilizados coletivamente para a manutenção das atividades de reparo industrial e para o preparo da plantação na chamada entressafra.

Vale ressaltar que o costume da Usina nesse período, carente de linhas de crédito apropriadas, era a venda antecipada da safra de açúcar às *tradings* operadoras do mercado. Sabendo da condição da Usina, essas empresas chegam a pagar valores 40% abaixo dos praticados na safra, o que causa grandes perdas para a Usina. As operações de compra antecipada do governo minimizam essas perdas e habilita os trabalhadores a enfrentar a safra: realizam a venda da safra antecipadamente de forma a conseguir capital de giro com juro zero para o empreendimento.

A essa operação foi somado um projeto de apoio à adubagem, no valor R\$ 400 mil, e outro de manutenção dos postos de trabalho emergências, no valor de R\$ 3,5 milhões, ambos operados em parceria do Ministério do Trabalho e Emprego com a Fundação Banco do Brasil. Os recursos colocados em ambas as operações, após serem executados de acordo com seus planos de trabalho, foram integrados em um fundo de aquisição dos insumos para o Programa Cana de Morador. Este recurso passou a funcionar como um fundo rotativo entre os agricultores do programa, que agora pagam seus empréstimos em insumos que são emprestados para novos agricultores na safra seguinte. A gerência desse recurso passou a ter

⁵⁷ O Programa de Aquisição de Alimentos - PAA é um programa do Ministério de Desenvolvimento Social - MDS, ligado ao Fome Zero. Seus recursos são destinados à aquisição de alimentos da agricultura familiar para a formação de estoques ou a composição de cestas básicas. Sua operação é realizada pela Conab, que ganha maior visibilidade na operação, pois funciona como ponta da política. Isso é colocado como problema, pois muitas vezes diminui a aparência da ação do MDS como combate a fome, mas mantém o foco na mesma direção, pois ambas são partes do mesmo governo.

estrutura própria, com participação direta de novos trabalhadores, inclusive jovens, na sua gestão.

No mesmo período em que essas operações estavam sendo executadas, consolidou-se um novo ator na estrutura de gestão participativa do Projeto: as associações de moradores. Criadas originalmente por problemas locais, começam a funcionar como estruturas de representação paralelas aos sindicatos. Por terem maior proximidade dos trabalhadores, ganham legitimidade para mediação de alguns assuntos. Depois de um período intenso de instalação, no qual chegaram a constituir-se como objeto de disputa de partidos e grupos políticos, servem como meio de organização de bases eleitorais nas campanhas para cargos eletivos. Seu surgimento, por ser fomentado, mas não controlado, pela administração, algumas vezes se deu sem conhecimento da própria estrutura de gestão do projeto.

Na passagem do ano de 2003, mais uma tentativa de paralisação é organizada pelo Sindicato dos Trabalhadores da Indústria do Açúcar e do Alcool, embora com um menor vulto que a anterior. Os organizadores da mobilização chegaram a conseguir liminar na justiça para o afastamento da direção, com justificativa de atraso no pagamento de mais uma quinzena de salários. Com as perdas constantes as quais o projeto estava submetido, a queda no preço narrada foi um golpe serio na estrutura da recuperação. A administração propôs, então, o não pagamento dos salários para pagar suas despesas, por serem eles uma das poucas variáveis sobre as quais tinham controle. Isso feito com o compromisso de acertar as pendências assim que as operações com o governo dessem resultados.

No entanto, no intervalo entre a combinação e sua execução, aquele sindicato mobiliza novamente um conjunto de opositores com o propósito de tomar a direção do projeto. Alguns interpretam isso como uma simples disputa de poder, frente a uma conjuntura onde outros interesses estavam em jogo no subterrâneo do problema. Acusações e confissões aparecem em alguns depoimentos, inclusive com descrições sobre favores que teriam sido prometidos para lideranças nessa mobilização. Caso semelhante ocorreu em Mondragón, talvez a maior experiência de autogestão do mundo, onde uma greve também mobilizou as bases e fez com que as estruturas participativas fossem reforçadas para evitar futuras rupturas como aquelas. Como se passou também em Catende.

Uma nova apelação foi feita e acatada pelo juiz da falência, o que gerou a reintegração de posse à administração do síndico e a expulsão dos grevistas da sede da administração. Foi feita uma portaria que impede a circulação daqueles agentes externos nas dependências do escritório da Usina, providencia tomada conjuntamente com alguns sindicatos que viram naquela ação política uma tentativa de golpe, fato desgastante frente a tantos problemas que o Projeto já precisava enfrentar.

Após essa turbulência, frente à necessidade de pactuar estratégias entre os participantes do Projeto para enfrentar os próximos desafios, uma reunião com todas as associações de moradores foi convocada e foi estabelecida a chamada Reunião do Chale, ou Grupo Gestor. Ela se consolidou como o espaço onde os assuntos gerais do Projeto passaram a ser discutidos e pactuados com todos os representantes das comunidades. Conta com a presença da administração do projeto, chamada escritório, e a representação dos sindicatos, antigos componentes do grupo gestor mais restrito que vinha conduzindo o processo até ali.

É importante registrar que com o reconhecimento dessa participação das entidades locais, as associações, que possuíam papel mais figurativo de representação de interesses localizados, elas passam a ter um papel importante de comunicação entre o geral do Projeto e a especificidade dos interesses dos moradores de cada região. De outro lado, a administração também ganha um canal formal de contato com o conjunto dos trabalhadores, antes mais dispersos, que passam a integrar de forma indireta, mas mais participativa, a gestão coletiva do Projeto. Como já dissemos, a autogestão foi impulsionada por aquela greve.

Carentes de representação ainda permanecem, em algum sentido, os membros da indústria. Convidados por diversas vezes a participar, sua representação nessa reunião ainda tem um caráter informal. Pouca informação tivemos sobre duas tentativas de formação de comissões de fábrica. A primeira, contam alguns operários, havia sido articulada diretamente pela administração, sem uma negociação mais efetiva com a base. Mesmo sendo eleita, esta não foi passada por uma escolha democrática. A segunda eleição parece ter sido mais legítima, porém os eleitos não chegaram a terminar o seu mandato. Participantes da paralisação citada, esta comissão não foi reunida e nem sua legitimidade voltou a ser lembrada, depois que a administração retomou o controle da situação.

No entanto, a indústria não deixa de ter uma participação no Grupo Gestor, pois três representantes daquele segmento, ex-membros da última comissão de fábrica, têm recebido convites sistemáticos e comparecido às reuniões realizadas. Hoje volta a pauta da categoria a criação de uma associação própria⁵⁸.

Nessa nova estrutura gestora da Empresa, é constante a presença de membros daquela Equipe Harmonia, os formadores da educação permanente do projeto. Não apenas enquanto sujeitos políticos, mas também pelas informações técnicas, esses participantes têm um papel importante no esclarecimento de questões mais complexas apresentadas nas reuniões. Sua participação se intensifica pela atuação assumida na realização e organização das operações de Pronaf, da Conab e de outros financiamentos pessoais / coletivos assumidos pelos trabalhadores individualmente (a operação). Além do auxílio no preenchimento dos cadastros e fichas para a tomada desses empréstimos, a equipe também acaba por servir de canal de comunicação e apoio para a realização dessas operações. Assim, em espécie de mutirões, à época dos registros de operação, essa equipe se divide e auxilia na discussão com cada trabalhador pela tomada ou não daquele empréstimo. Daí que uma segunda importância se coloca para a equipe: ela acaba por ser coordenadora dessas operações em nome do Projeto como um todo. Assim, consegue dar uma visão mais abrangente da realidade e das possibilidades da utilização desses mecanismos na discussão pelo coletivo, no Chalé.

Da mesma forma que no ano anterior, mais 1.400 operações de Pronaf foram realizadas em 2005, juntamente com a renovação da compra antecipada de açúcar pela Conab, que nesse ano foi ampliada para R\$ 7 milhões. Nessa passagem ano, antes da renovação da operação, divergências internas na administração fizeram com que aquele administrador, que já vinha dando sinais de cansaço em relação ao projeto, fosse afastado. Conforme relatos, por se tratar de uma decisão muito difícil, esta foi construída entre alguns membros da administração, em diálogo com o antigo titular, e articulada com representantes de algumas associações, para ser colocada na pauta de reunião do Comitê Gestor.

⁵⁸ Estrutura interessante, o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria do Alcool e do Açúcar possui um representante de cada cidade em sua diretoria, os chamados diretores de base. Mas isso não resulta que os mesmo tenham sindicatos locais, do contrario, ficando a representação do sindicato a cargo apenas de um representante. Resultam daí reclamações quanto a distancia entre aquele sindicato e a realidade atual dos trabalhadores da usina de Catende. Chega ao extremo de termos opiniões que tal sindicato age em contrario a existência do projeto sendo dominado por diretores próximos aos usineiros, os quais não querem a saúde do projeto.

Interessado em pagar o governo de forma integral nas operações comprometidas, esse comitê discute a necessidade de realizar sacrifícios, incluindo trabalhadores e outros fornecedores do Projeto, a fim de conseguir fazer o pagamento integral das operações federais. O antigo síndico, por mais que aceitasse a decisão do coletivo, começava a entrar em conflito com compromissos por ele assumido junto a outros agentes e tinha dificuldade para realizar a prioridade com o governo. Dessa forma, acaba por desgastar-se interna e externamente, tornando sua situação, inclusive pessoalmente, insustentável. Sua missão de “manter a usina moendo” por quase uma década estava cumprida.

Afastado o antigo síndico, as representações realizam reunião no Chale e formulam uma indicação de novo síndico ao juiz, que a aceita. Assim é feita a nomeação de um presidente de sindicato como síndico da massa falida. O juiz, juntamente com um desembargador do Estado, foi à usina, em um evento organizado, para dar posse ao novo síndico. Isso é tido como um marco, pois um trabalhador nascido em Catende efetiva sua situação à frente do Projeto.

Ao mesmo tempo, com mudanças nos ares do conjunto dos trabalhadores, é criada uma cooperativa de agricultura familiar, a Cooperativa Harmonia, que tem a sua frente algumas das representações das associações de moradores e que tem como finalidade organizar a produção do campo do Projeto. Esta cooperativa afirma no Artigo 1º de seu Estatuto Social: “A COOPERATIVA HARMONIA DE PRODUÇÃO AGROINDUSTRIAL DOS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES DOS MUNICÍPIOS DE JAQUEIRA, CATENDE, ÁGUA PRETA, PALMARES E XEXEU, constituída no dia 20 de dezembro de 2004, rege-se pelos valores e princípios do Cooperativismo, pelas disposições legais vigentes, pelas diretrizes da autogestão, pelos princípios da economia solidária e por este Estatuto”.

Entre seus objetivos, afirmam no Artigo 2º : “A COOPERATIVA HARMONIA DE AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES é uma sociedade com estrutura jurídica própria, constituída com fundamento na Lei Federal 5.764/71, na legislação pertinente, nos princípios da autogestão e da economia solidária, tendo como objetivos essenciais a integração social e produtiva dos cooperados; a associação cooperada de bens e serviços para o exercício de sua atividade econômica, no interesse comum e sem finalidade lucrativa, compreendendo a execução de atos cooperativos, direcionados, entre outros, à realização e oferta coletiva da sua produção familiar e dos seus serviços; celebração coletiva de

operações comerciais e contratos; cobrança e recebimento do preço contratado para os seus produtos e serviços; registro, controle e distribuição dos resultados, sob a forma de produção ou de valor referencial, bem como a apuração e a atribuição aos cooperados das despesas da sociedade, tudo mediante rateio na proporção direta da fruição dos produtos e serviços da sociedade, tendo as seguintes finalidades sociais :

- I) Estimular a produção cooperada nas atividades agrícolas, pecuárias e industriais nas culturas escolhidas pelos cooperados, dentre elas, a cana-de-açúcar, a hortifruticultura, a mandioca, a banana, o café, biodiesel, a piscicultura, o gado bovino, ovino e caprino, bem como a industrialização, beneficiamento e comercialização desses e de outros produtos agropecuários que decidam explorar em regime familiar e cooperado;
- II) Estimular a integração e a prática solidária nas atividades produtivas, de gestão, de administração e de finanças dentre os cooperados e destes em relação ao ambiente sócio-econômico no qual vivem, produzem e se relacionam;
- III) Fornecer assistência técnica e de gestão de negócios aos cooperados no que for necessário para melhor executarem os trabalhos na área de agricultura, pecuária, industrialização e mercadológica;
- IV) Organizar o trabalho de modo a aproveitar da melhor forma a capacidade dos cooperados, distribuindo-os, conforme suas aptidões e interesses coletivos, bem como zelando para a constatação, discussão e formulação de políticas e práticas superadoras das desigualdades de gênero, de etnia e de idade, dentre outras;
- V) Obter recursos, contratar e proceder ao repasse para financiamento das atividades dos cooperados e para o desenvolvimento das suas próprias atividades familiares, em regime cooperado ou individual;
- VI) Articular as estratégias e a execução da comercialização dos produtos agroindustriais dos cooperados, objetivando condições justas e adequadas de escoamento e de preço;
- VII) Articular crédito e apoio institucional, bem como promover investimentos e aquisições coletivas de bens, para obter melhorias nas condições estruturais do processo produtivo dos cooperados, particularmente no que se refere à transporte da produção dos cooperados, estradas, abastecimento de energia e água, dentre outros itens essenciais de infra-estrutura produtiva;
- VIII) Promover cursos profissionalizantes e de capacitação para os agricultores e agricultoras familiares cooperados e para a comunidade, buscando atender ao melhor interesse da COOPERATIVA HARMONIA e seus resultados;
- IX) Receber, transportar, classificar, padronizar, beneficiar, industrializar e comercializar a produção de seus cooperados/as, padronizando os produtos através do registro de uma marca única;
- X) Prestação de serviços em geral, pertinente à agricultura, à pecuária e à indústria;

- XI) Elaboração e execução de projetos e pesquisas voltadas à realidade sócio-econômica e, particularmente, ao aperfeiçoamento das tecnologias produtivas e sementes;
- XII) Desenvolver treinamentos e programas de capacitação voltados a aprimorar a consciência e as práticas dos cooperados na preservação e na recuperação do meio-ambiente, bem como no desenvolvimento da produção rural e industrial de modo sustentável;
- XIII) Criar programa de proteção, promoção e defesa da criança, do idoso e das pessoas portadoras de necessidades especiais.”

A cooperativa constituída é uma cooperativa de agricultores familiares, com abertura para realizar atividades industriais, não está voltada apenas a produção de açúcar e derivados de cana, mas também, explicitamente, a inclusão social. Não é clara sobre a impossibilidade de entrada de sócios industriais, no entanto afirma como certo sua composição feita de agricultores familiares. Na sua estrutura, para além dos espaços legalmente definidos, como os Conselhos de Administração e Conselho Fiscal, seus fundadores optaram por criar Diretorias para áreas específicas. Merece menção a criação de uma Diretoria de Mulheres e uma outra de Jovens, demonstrando o interesse desses sujeitos em permitir que a cooperativa, em seu exercício econômico, não seja uma mera reprodutora das estruturas sociais de nosso país. Estão ligados à questão de gênero e à continuidade do projeto de trabalho com juventude. Tentaram aprovar, em 2005, um Consórcio Social da Juventude, junto ao Governo Federal, mas até o momento de nossa pesquisa esse convênio não havia sido publicado.

Permanece em aberto, a questão da organização política e a própria organização econômica, dos trabalhadores industriais. Se a Cooperativa tornar-se sucessora da massa falida com o provável encerramento da falência, será preciso encontrar mecanismos para que esses outros trabalhadores, com suas especificidades, possam ser incorporados ao processo de representação e autogestão. No entanto, caso soluções não sejam encontradas, é possível que a estrutura de trabalho subordinado da indústria seja mantida, de forma que esses operários permanecerão como empregados dos agricultores, sócios, da Cooperativa Harmonia. Todas essas são possibilidades que se colocam para o futuro e sobre as quais nos eximimos de tratar em nossa dissertação.

Como demanda de governo, um estudo foi financiado ainda em 2005, pelo Banco do Nordeste do Brasil – BNB e executado pela Anteg, para produzir um diagnóstico dos

passos necessários para encerrar a falência de Catende nas mãos dos trabalhadores. Em paralelo, a Financiadora de Estudos e Projetos do Ministério da Ciência e Tecnologia, aprovou a implantação de uma minifábrica de sementes de cana para a Usina, em conjunto com um estudo focado na diversificação agrícola do plantio.

Iniciam-se também, nesse ano, os estudos das terras da Usina pelo INCRA, que pretende negociá-las com o juiz, destinando-as para fins de reforma agrária, quando os trabalhadores ganharão as terras e os créditos para o seu cultivo, além do pagamento das indenizações dos trabalhadores demitidos. Junto a isso, após uma estiagem sofrida por todo o nordeste, o pagamento dos R\$ 7 milhões vendidos de açúcar encontra-se em andamento, condicionado pela renovação em R\$ 10 milhões das mesmas operações, que agora já abrangem um total de 4 mil famílias cadastradas e em concordância com a realização das operações. Essas talvez sejam as últimas operações feitas ainda nesse mandato do Presidente Lula e talvez venham a ser a efetivação de uma saída para a finalização da falência tanto sonhada.

Com duas estruturas jurídicas legalizadas, a Sociedade Anônima e a Cooperativa Harmonia, com mecanismos internos de participação sendo efetivados, o Grupo Gestor, com a participação dos diversos segmentos e com alguns recursos sendo disponibilizados para passos maiores, é possível que tais elementos possam ser articulados e dêem consistência para efetivação da autogestão em Catende. Mas isso só a ação, no futuro desse amplo conjunto de trabalhadores, dirá. O futuro do Projeto Harmonia-Catende.

Capítulo 4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo ‘como ele de fato foi’. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo. Cabe ao materialismo histórico fixar uma imagem do passado, como ela se apresenta, no momento do perigo, ao sujeito histórico, sem que ele tenha consciência disso. O perigo ameaça tanto a existência da tradição como os que a recebem. Para ambos, o perigo é o mesmo: entregar-se às classes dominantes, como seu instrumento. Em cada época, é preciso arrancar a tradição ao conformismo, que quer apoderar-se dela.”⁵⁹

A pesquisa realizada em Catende, com os trabalhadores e trabalhadoras que estão construindo novas formas de conduzir democraticamente uma usina, mostrou-se muito interessante para compreender as origens de um processo de autogestão. Esperamos que tenha ficado claro, ao longo das discussões e descrições até aqui conduzidas, que a abordagem sócio-histórica realizada permitiu acessar as problemáticas que se apresentaram nessa história e nos aproximar das reais dificuldades para resolvê-las.

Um dos aspectos interessantes desse processo foi a materialização de conceitos sociológicos não como achatamento da realidade, mas como forma de construção completa do método a partir do objeto, bem como a reconstrução do objeto a partir desse mesmo método. Exemplo disso foi a percepção da utilidade de alguns conceitos formulados por Pierre Bourdieu, que foram de grande valia para nosso trabalho. Em primeiro lugar, a definição de espaço social como espaço de diferentes tipos de relações que os indivíduos e grupos ocupam,

⁵⁹ BENJAMIN (1992: p.87).

uns em relação aos outros, por diferentes critérios, foi importante para nos situarmos como pesquisadores no campo, bem como para localizar nossos interlocutores em suas distintas situações de trabalho e vida. Um dos critérios utilizados foi a posição desses sujeitos na reprodução do capital econômico. Pudemos perceber a importância da associação dessa posição com o acesso a bens culturais e influências políticas (capital cultural e capital político). Além de vender força de trabalho, indivíduos e subgrupos têm diferentes formações escolares e culturais, o que os leva a comportar-se de maneira diferente, na mesma posição em relação ao capital econômico. Isso é importante para deixar clara a necessidade que tivemos de adaptar nosso instrumental à realidade colocada do local específico de estudo.

Outro conceito importante foi o de *habitus*, definido como “princípio gerador e unificador que retraduz as características intrínsecas e relacionais de uma posição em um estilo de vida unívoco, isto é, em um conjunto de escolhas de pessoas, de bens, de práticas” (BOURDIEU, 2003: 21). Esse conceito foi importante para a compreensão dos comportamentos que cada indivíduo incorporou e reproduziu dentro de seu espaço social. Obviamente, esses aspectos não se deram de maneira isolada, muito menos a sua comprovação foi a nossa preocupação maior ao realizar a pesquisa. No entanto, a utilização desse conceito foi de grande valia nos diversos momentos em que os conjuntos de fios condutores das histórias pareceram emaranhar-se e ali encontramos as agulhas para desenrolar nossa leitura sócio-histórica.

Nesse sentido, ao lado desses dois conceitos, *habitus* e espaço social, um terceiro que ganhou importância. Foi o conceito de campo social, visto como o espaço onde se estabelecem as dinâmicas de luta entre os indivíduos e os grupos a partir de suas posições. Mais que uma mera aproximação da teoria marxista para cima do indivíduo, o trajeto proposto por Bourdieu, e que ali pudemos utilizar, permitiu que compreendêssemos elementos de reprodução e possibilidades de rupturas dentro do capitalismo. Assim, como diz o autor, “pode-se descrever campo social como um espaço multidimensional de posições tal que qualquer posição atual pode ser definida em função de um sistema multidimensional de coordenadas cujos valores correspondem aos valores das diferentes variáveis pertinentes: os agentes distribuem-se assim nele, na primeira dimensão, segundo o volume global de capital de possuem [capital somado de todos os campos] e, na segunda dimensão, segundo a

composição do seu capital – quer dizer, segundo o peso relativo das diferentes espécies no conjunto das suas posses” (Idem, p. 135). Essa dimensão foi útil para nosso entendimento da construção dessa autogestão.

Ao mesmo tempo, metodologicamente, acreditamos ter chegado próximo da definição de Michel Thiollent (Thiollent, 2002: 29) “um modelo de pesquisa que consiste na investigação da realidade social por meio de um conjunto de perguntas e respostas que circulam dentro da rede comunicacional que envolve o relacionamento entre o pólo investigador e o pólo investigado”. Ou seja, acreditamos ter inserido o trabalho em algumas das redes existentes no campo de Catende, de forma que acabamos por intervir nesse mesmo campo, inclusive com nossa presença e interesse. A própria explicitação de alguns aspectos das histórias do processo de recuperação da Usina auxiliou nas reflexões, que sabemos estarem em andamento, sobre a efetivação da autogestão pelo conjunto dos trabalhadores.

Assim descobrimos que, acima de tudo, Catende é uma grande usina com uma complexa divisão interna de trabalho. Uma parte relevante de sua organização produtiva é herdada da antiga usina capitalista, que está sendo transformada pela convivência com novas estruturas de gestão e pela organização sócio-política de seu território.

Em termos produtivos, temos três estruturas primárias relevantes, que têm forte influência da antiga usina. Uma ampla estrutura de coordenação e comando das atividades de campo, uma estrutura menor, mas também amplamente estratificada, na organização das atividades industriais, e uma terceira estrutura administrativa de negócio, chamada escritório. Em paralelo, surgidas de forma não planejada estão a Equipe Harmonia e o Conselho de Catende, que aos poucos começam a se tornar estruturas auxiliares na construção da autogestão. A primeira, como já descrevemos, que inicialmente era apenas uma equipe de formação, assumiu atividades executivas na coordenação da gestão do negócio, principalmente em termos de formação de quadros e organização das atividades financeiras descentralizadas, como as operações do Pronaf e da Conab. Resultado do trabalho desta Equipe é, por exemplo, o surgimento da Puama, uma associação de Jovens de Catende, responsável por planejar ações voltadas à inserção dessa população nos processos da nova empresa.

Já o Conselho de Catende, ou grupo gestor, ou simplesmente Reunião do Chale, é a estrutura formada pela representação dos moradores de todos os engenhos pertencentes ao

complexo e mais uma parte relevante das demais estruturas (administração, campo, indústria e harmonia). Está se tornando a grande Assembléia de todos os participantes do Projeto.

A partir desses dados, construímos o eixo principal de nossa reflexão: a estrutura de gestão herdada da antiga usina permanece viva na coordenação da produção, enquanto as novas ações coletivas estão nos espaços criados desde a falência. Assim, uma estrutura produtiva (supostamente técnica) convive com uma estrutura de gestão (supostamente política). A primeira voltada ao empreendimento e a segunda à autogestão. Ocorre que nem a produção é só técnica e nem a gestão é só política, nesse caso paradigmático de sobreposição entre a técnica e a política, nessas duas estruturas que se encontram em mútua convivência e dependência. Na visão da produção, é a gestão que dá a legitimidade que permite ao conjunto dos trabalhadores acessar a consciência do todo. Do ponto de vista da gestão, é a produção, eficiência e resultados do complexo que mantém as pessoas acreditando que a iniciativa é importante e possível. Assim, de diferentes perspectivas, uma estrutura garante a crença na outra.

Por um lado, a premência pela obtenção de resultados econômicos aparece, pois a vida das pessoas depende desses resultados. A estrutura, que ainda permanece como uma massa falida, com autorização judicial para o funcionamento, impõe que qualquer mudança feita em sua gestão seja lenta e gradual. Talvez, a mudança do síndico, realizada em 2004, tenha sido uma das maiores rupturas de processo, o que inclusive trouxe reações de diversos setores nas disputas pelo Projeto. Exemplo disso é o fato de que alguns daqueles empresários que permaneceram apoiando o Projeto em sua fase de recuperação, o faziam em negociação com o antigo síndico, que era pessoa conhecida no mercado. Após a mudança da sindicatura, um dos fornecedores de cana de Catende cobrou algumas dívidas na justiça (juros não pagos, de operações passadas) e o juiz acabou por acatar o pedido. O novo síndico, trabalhador, foi obrigado a assinar o termo de entrega do açúcar devido a esse fornecedor, mesmo sabendo que estava sendo cobrada uma fatura da mudança.

O interessante dessa situação é que novos mecanismos de negociação entraram em cena: como agora os trabalhadores têm consciência do que se passa na usina, fizeram vigília na porta da fábrica e, com a chegada dos caminhões para carregar o pagamento, disseram que se eles entrassem sairiam queimados. Novas audiências tiveram que ser realizadas, sempre na

perspectiva de que a coordenação do projeto aceitava a decisão, mas que o atraso de salários criava uma situação em que esta decisão judicial era de difícil cumprimento.

Ao fazermos um comparativo das estruturas descritas, podemos perceber os conceitos dos campos se colocarem na interação das determinações da vida dessa Usina, e, mais ainda na vida desses trabalhadores. A autogestão coloca-se como princípio do campo político na construção de um novo modelo. Este novo modelo, que precisa dar conta das dimensões do Projeto, em termos de abrangência territorial e populacional, é acompanhado por mudanças culturais na postura desses *novos donos*. Essas mudanças, por sua vez, possuem uma intensa relação com o próprio *habitus* dos partícipes desse processo. E, nesse cenário, temos o campo econômico que se impõe inclusive às determinações do campo jurídico. A gestão de governabilidade, frente ao campo político das relações com os poderes públicos, aparece nas estruturas tradicionais, ainda existentes, de dominação do nordeste brasileiro.

Assim podemos retornar ao início e nos questionar a respeito das origens de Catende. Nossa suposição original, acompanhada pela opinião de um dos técnicos do projeto, era de que três competências se juntavam em Catende: uma competência jurídica, aliada a uma competência administrativa, que tinha como pano de fundo uma competência política. Para explorar essa hipótese, entendemos ali a competência jurídica como a viabilidade do pedido de falência, feito no momento e da forma correta, de modo que produziu os efeitos que produziu; a competência administrativa estava aliada à figura do antigo síndico, que dava credibilidade e sustentabilidade às atividades do projeto; e a competência política ligava-se à capacidade do presidente de um dos sindicatos de liderar o processo de coordenação das ações dos grupos envolvidos em um acordo de interesses, que manteve o povo unido, com apoio externo. Por trás de tudo isso, existia a raiz da constituição dos movimentos sociais na zona da mata de Pernambuco, que formavam o tecido social para que a opção pela autogestão fosse tomada.

As opiniões e vivências em Catende nos mostram que os processos são mais complexos que a construção hipotética anteriormente estabelecida. A batalha judicial estabelecida inclui um conjunto complexo e constante de ações que giram em torno da massa falida e da capacidade de pagamento da empresa. Isso altera o conceito da competência administrativa. Não se trata apenas de uma demonstração para fora (juiz e mercado) da capacidade de operação do complexo. Trata-se de uma internalização coletiva dos processos

econômicos que dão legitimidade à preponderância do fator econômico, da eficiência do processo, da estrutura de administração do Projeto, inclusive nas decisões que toma e informa aos agricultores por meio do Conselho. Na realidade, diferente de uma mera cristalização das decisões, existe uma democratização da informação, que faz com que todos passem a entender da formação de preço do açúcar, da necessidade de realizar o pagamento dos empréstimos (até porque esses são feitos em nome dos próprios agricultores, mecanismo que facilita o vínculo destes com essas questões) e da própria logística de funcionamento da Usina como um todo (tempos dos ciclos de produção, frete, processamento, etc).

Aqui cabe o relato de uma situação exemplar. Em uma das últimas reuniões que fizemos com as associações, realizada em um salão com mais de meia dúzia de trabalhadores, chegou um senhor de mais idade, bem vestido, e sua mulher, que tinham acabado de vir do banco. Quando perguntamos aos presentes sobre as perspectivas do Projeto, ele pede a palavra e nos diz que considerava o Projeto sem futuro. Perguntou: “Como é que um projeto que precisa de três milhões de reais em um ano, sete no outro e agora precisa de dez pode estar indo bem? Pra mim ‘ir bem’ era diminuir as dívidas e não aumentá-las.”

O interessante é que, no mesmo dia, algumas horas antes, ainda no escritório da Usina, a pedido da assessoria do síndico da massa falida, nós havíamos feito, em nome do Governo Federal, uma ligação para um companheiro de trabalho que hoje se encontra na assessoria do Presidente da República, para informá-lo da situação de dificuldade do Projeto, que ainda esse ano precisava renovar suas operações. Este, com um tom semelhante ao do trabalhador, perguntou: “Mas eles ainda estão precisando de operações? Quer dizer que aquelas que fizemos nos anos anteriores não tiveram os efeitos que esperávamos?”.

Em ambas as falas, o pressuposto é o mesmo, ou seja, que dívida para um projeto *em recuperação* é algo ruim. Mas, na realidade, essa é uma das inversões mais difíceis de ser realizada quando pensamos o processo de produção.

A estrutura produtiva do álcool e do açúcar brasileiros opera em média, segundo técnicos do setor, com financiamentos de capital de giro entre R\$ 40 a 60 milhões. Isso significa que essas empresas possuem crédito nos bancos para que o dinheiro entre para a empresa e a permita custear suas operações, realizar sua mercadoria e pagar novamente o montante e os juros, nos prazos negociados. O ciclo da produção do açúcar, do plantio à

moagem, gira em torno de 18 a 24 meses. Os empréstimos demandados por Catende foram negados durante esse período de recuperação, devido a regulamentações impostas pelo sistema financeiro. Para superar esse problema, que se inicia com a falta de recursos no período da entressafra, como descrevemos anteriormente, a administração da massa tem realizado operações de venda antecipada do açúcar a agiotas do mercado. Dessa forma, vendendo antecipadamente a safra, os recursos para manutenção das atividades são obtidos, mas com prazos curtos e ágio de até 40% no preço previsto pelo mercado. Como a operação de venda de açúcar precisa ser feita fora do período, o especulador impõe o custo do seu risco a sua disposição de realizar a operação no preço previsto pelos operadores de mercado para a safra seguinte.

Ao observarmos o financiamento da massa falida, tanto o trabalhador que não participa diretamente da administração, como o agente de governo, que apóia o Projeto, ambos vêem a capacidade de endividamento como fato negativo (e não positivo que seria da lógica do próprio empreendimento). Trata-se de um conteúdo que trabalhamos, muitas vezes, na Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade de São Paulo, da qual fizemos parte antes da experiência governamental. É dos conceitos mais difíceis para se estruturar na transformação do papel de trabalhador subordinado para o de trabalhador-cooperado (ou trabalhador-dono, ou mesmo produtor, nas palavras de técnicos do Projeto Catende). É a mudança da visão de débito, da dívida como algo ruim, para o conceito de crédito, de direito, de promessa que será realizada e é necessária para a produção, ou seja, de algo importante e positivo para o exercício econômico.

Após explicar essa dinâmica de aumento da capacidade de endividamento da empresa para ambos os atores, a reação de concordância de ambos foi imediata. Para eles, com a imagem das demais usinas, que se mantém com dívidas no patamar citado e com prazos plurianuais, ficou claro que os compromissos que a massa tem conseguido fazer ainda são pequenos e com prazos curtos. A condição de massa falida, ao ser superada, poderá auxiliar na superação desse problema, quando o empreendimento coletivo poderá se capitalizar normalmente como as demais empresas.

Essa mesma internalização dos princípios de funcionamento da Empresa faz com que exista uma legitimação das estruturas de poder, começando pela credibilidade das

estruturas de coordenação de campo e indústria. Estas, que antes eram impostas pela força, passam a ser respeitadas, com possibilidade de discussão, quando necessário, e têm como fato simbólico marcante a troca da arma pelo rádio⁶⁰.

A mesma legitimação se apresenta na improbabilidade (ressalta-se, não impossibilidade) de questionamento de decisões tomadas pela direção da Empresa. Representada no síndico, advogado, superintendente e assessores, a visão deles aparece como correspondente a uma visão de todo necessária, que individualmente os agricultores e operários não conseguiriam ver. Por não ser possível todos terem acesso a toda informação, estes acabam por acreditar ser importante seguir as orientações daquele grupo dirigente e não parecem querer correr o risco de contestá-las. Existe uma base de legitimidade posta também pela condição de massa falida, quando o patrimônio, hoje da justiça, impõe que o síndico seja o responsável pela sua gestão. Assim, a não realização do açúcar pode implicar em não pagamento dos agricultores e que o juiz não mais autorize sua recuperação pelos trabalhadores. Mesmo assim, a situação hoje é tida como muito melhor que antes de falir.

A aplicação dos conceitos de campo e *habitus* ainda permite outros caminhos interessantes de construção. Quando adotamos a perspectiva de análise das percepções dos sujeitos das estruturas objetivas e subjetivas com as quais estão em conflito permanente, elas se tornam constituintes dos elementos explicativos de suas próprias explicações. Na estrutura de Catende, percebemos semelhanças na composição de capitais, e conseqüências dessa composição, com a descrição que Bourdieu faz das sociedades soviéticas. Lá, na constituição da burocracia, o princípio de diferenciação que prevalece para o Estado se dá a partir do capital político. Isso porque, à semelhança da estrutura descrita na massa falida, ao mesmo tempo em que todos são donos, ninguém é de fato dono de Catende. Temos mecanismos de participação ativos, muitos deles extremamente eficientes, mas ainda não generalizados ou apropriados por todos. Além disso, frente à carência econômica da empresa, o capital

⁶⁰ Tanto pessoas ligadas ao escritório, como aquelas do próprio campo ou indústria, relatam com orgulho o fato de as pessoas responsáveis por funções de supervisão na Empresa não mais usarem “o revólver no quarto”. Segundo a maioria de nossos interlocutores, o revólver era a expressão máxima da opressão, pois materializava a imagem da violência que todos ali viviam. Sob permanente ameaça, inclusive física, era um risco tomar uma “lapada” (apanhar) ou mesmo um tiro. Com a mudança da condição da empresa, em comum acordo com os sindicatos, o revólver foi substituído pelo rádio, que tornou aqueles papéis de opressão, que cumpriam os cabos e administradores, em papel de comunicação. Da figura de controle, passam a ser figuras de coordenação, contribuindo inclusive na construção da democracia interna do projeto.

econômico torna-se relevante, de uma forma um pouco alternativa, como fator de diferenciação, o que poderá mudar com o aumento da quantidade de plantadores-moradores⁶¹.

Mas o fator central de participação na gestão da Empresa ainda se apresenta vinculado diretamente às estruturas políticas de confiança e que são oriundas da luta pela manutenção do patrimônio na mão dos trabalhadores. Diferente de regimes soviéticos, com todas as ponderações das dimensões que colocamos ao fazer tal comparação⁶², ainda temos a instabilidade política como fator que permite que esta influência seja vista como forma de garantir a continuidade do projeto. Em algum sentido, mesmo que nos regimes soviéticos as justificativas pudessem ser semelhantes, ainda assim sabemos das distâncias entre cada uma dessas situações, inclusive pelas estruturas sociais de sua manutenção.

Nesse sentido, na discussão da constituição dos campos, estamos falando de pessoas que, há menos de duas décadas atrás, viviam uma situação de semi-escravidão e foi o processo de mobilização coletiva que as levou a ter força para expulsar o usineiro e iniciar a construção da gestão coletiva. Se tentarmos pegar apenas o aspecto dos indivíduos nesse quadro, vemos grandes mudanças nos campos ao longo desse período. Da situação de subordinado passivo à condição de militante ativo, passando pela mudança de visão sobre suas próprias possibilidades de assumir os negócios da Usina, cada participante narra histórias diferentes de seus processos internos na luta por Catende. Ao mesmo tempo em que, para o coletivo, existe uma luta interna no Projeto pela organização e participação efetiva, que passa pela própria crença e esperança futura, externamente os campos comuns são outros, e esses sujeitos apresentaram uma clara distinção disso.

Gaiger aqui nos coloca uma importante questão. Diferente daquilo que acreditamos ter encontrado em nosso campo, diz o autor:

⁶¹ O aumento no número de agricultores que se ocupam do cultivo de “sua cana” aponta novas desigualdades. Chegamos a ter uma situação em que essas diferenças foram defendidas como justas, pois valorizam “aqueles que trabalham”. O Termo de Compromisso do Programa, a coordenação feita do uso das terras pela direção geral da Empresa e a própria participação crescente dos moradores nas assembléias, junto ao fortalecimento do Comitê Gestor, apontam para possibilidades de frear as conseqüências maiores desse processo. Mas isso implicará sempre na opção coletiva que aquele conjunto de sujeitos venha a tomar e não em uma fórmula previamente construída de combate às desigualdades.

⁶² Pareceu-nos importante registrar essa reflexão, pois a colocação de Bourdieu sobre a diferenciação pelo capital político na antiga Rússia apresentou-se como interessante para nosso caso. Ocorre que tal abordagem ignora toda a problemática da estrutura de dominação e opressão do próprio Estado Soviético, a qual seria absurda como imagem de comparação com Catende.

Ademais que a escolha consciente do solidarismo, quando reafirmada diante de outras opções (que cedo ou tarde terminam reaparecendo ou atenuando as pressões negativas), passa a ser o principal motor do empreendimento, a razão mesma pela qual não sucumbe às dificuldades de permanecer autogestionário e cooperativo ou, vindo por outro ângulo, não se rende às comodidades de retornar às formas de vida econômica antes praticadas, nas quais os laços solidários ficam mitigados ou dissolvidos (GAIGER, 2004, p.379)

Como em Catende nunca se teve uma opção pela autogestão, feita de forma declarada, política, consciente e coletiva, fica muito difícil enxergarmos que essa opção seria motor de realimentação da construção coletiva. O que pudemos identificar enquanto mecanismo de manutenção em nosso caso foram as reações ao passado, colocadas como uma vivência de transformação radical na condição daqueles trabalhadores, em conjunto com o efetivo benefício econômico, que se apresenta em pelo menos três sentidos: no acesso material, com a ampliação das possibilidades de consumo; na perspectiva de construção futura melhor que a anterior, pois podem agora vislumbrar aumentos de plantio de suas produções próprias ou mesmo da coletiva e, por fim, como decorrência das duas primeiras, pela melhor situação de vida, individual e coletiva, com o início da apropriação coletiva das terras e seus patrimônios, por exemplo, ao poderem reformar suas casas, instalar antenas parabólicas e mesmo plantar culturas alimentícias antes proibidas.

No entanto, mais à frente, concordamos com aquele autor quando afirma:

Por isso, torna-se questionável e no limite contraproducente a insistência em explicar a economia solidária a partir dos movimentos do capital e em buscar neles os fatores preponderantes, senão suficientes, dos movimentos do trabalho. Um melhor caminho seria focalizar as análises na história dos trabalhadores, no seu passado de experiências, de organização, de liderança, nas suas expectativas e no seu senso prático que, como insistia P. Bourdieu, ainda sendo aquele da experiência prática de subordinação, jamais está totalmente desprovido de razão. (idem, p. 379)

Isso porque, de fato, temos em Catende uma situação que não é a crise econômica em si que determina sua possibilidade de ocorrência, mas o conjunto amplo de fatores ali presentes, entre os quais os econômicos. Só não podemos concordar generalizadamente com a negação do fator econômico nesse caso, pois, havendo outras empresas interessadas no setor, havendo outras oportunidades de trabalho, ou mesmo havendo perspectivas de emprego em outras cidades próximas, aquele conjunto de trabalhadores talvez jamais tivesse permanecido unido. Mas o fator econômico isolado não seria determinante da situação.

Por isso, voltamos a insistir naquela prévia definição dos campos e na inter-relação que estes estabelecem entre si como forma de melhor compreender Catende. Se formos resumir o campo jurídico, poderíamos ressaltá-lo como espaço em que a condição de massa falida, como concessão e decisão do juiz para manutenção de seu funcionamento, se coloca como conquista dos trabalhadores em pesadas disputas com os antigos usineiros. Entram, assim, como fator determinante, mas em algum sentido exógeno, as articulações políticas de fundo. Do lado dos trabalhadores, na disputa de dois juizes para a condução do processo, a definição do mais próximo deles como universal da falência foi muito importante para permitir que aquele conjunto de ações viesse a ocorrer. Sua posterior nomeação para desembargador do Estado foi comemorada pelos trabalhadores em Catende, e a nomeação do novo juiz foi realizada *in loco*, com um ato de massas. Do outro lado, aquele juiz que disputava a falência universal é irmão do usineiro e nunca demonstrou muita simpatia pela ação dos trabalhadores. Dessa forma, decisões jurídicas são inseridas em leituras políticas nas disputas dos grupos em questão e suas práticas históricas.

Para além da massa falida, as próprias operações de mercado têm regulação jurídica e estão em conflito direto, inclusive na definição de prioridade de pagamentos e cobranças. Mesmo a legitimidade de representação é disputada, como naquela situação de reivindicação pelo Sindicato dos Trabalhadores do Açúcar e do Alcool, em que seu presidente se auto-nomeou síndico da massa falida.

Tivemos a oportunidade de verificar a validade das visões expostas em uma audiência conseguida com o juiz da falência, no Fórum de Recife. O meritíssimo, de aparência jovem, nos perguntou sobre o que era nossa pesquisa. Tentamos precisar sem confrontar os princípios do trabalho ali colocados, como o papel que ele tinha não enquanto militante de

uma causa, mas como responsável maior pelo patrimônio e conflito em questão. Evitamos termos como autogestão ou empresa de trabalhadores, que vieram a aparecer na conversa por iniciativa dele.

O juiz iniciou a audiência contando que a justiça é neutra por princípio, mas que, naquele caso, o próprio conceito de neutralidade era de difícil compreensão, pois existiam posições muito distintas em conflito. O único critério possível se tornava a questão social, que prevalecia mesmo com todas as dificuldades, inclusive na definição da própria causa. Em dado momento, o magistrado tentou definir sua posição no processo em discussão. Apesar de ser o responsável maior pelo patrimônio da empresa, afinal ela ainda se encontra como massa falida, foram muitas as situações em que percebemos sua vontade de que a empresa possa sair da condição de falida e passe aos trabalhadores. A vontade de que o processo de falência seja devidamente encerrado, porque, frente à questão social, os trabalhadores assumirem a empresa é uma solução importante e exemplar. Assim como muitos trabalhadores, ele nos disse que teria sido muito difícil saber se achava que aquilo poderia ocorrer, se tivesse visto o caso em seu início, mas que agora vê que a possibilidade é real.

Dessa forma, podemos sintetizar dizendo que as opiniões expressas pelo juiz e nossas percepções sobre a formação do campo jurídico em Catende são as mesmas. E isso nos mostra que a influência da política na justiça e da inter-relação dos demais campos na composição do próprio campo jurídico, mais do que teoria, é fato, e nos auxilia a desvendar o emaranhado construído na história da autogestão em Catende.

Podemos, então, revisitar o campo econômico, das complexas operações financeiras e da própria participação de especuladores na sustentabilidade do Projeto. Já falamos sobre os processos de financiamento da massa falida como um todo, dos endividamentos coletivos feitos individualmente, de sua coordenação pela Equipe Harmonia e da substituição dos mecanismos de financiamento feito pelas operações com o Governo Federal (em lugar das *tradings* e seus agiotas). Todos esses processos estão inseridos no rol daquilo que é o campo econômico de Catende, assim como a estruturação do programa Cana de Morador e o mecanismo de fundo rotativo estabelecido para permitir o acesso a insumos e implementos agrícolas por parte dos agricultores familiares, em uma espécie de cooperativa de consumo.

O que ainda não falamos, mas que merece algum destaque, é a questão que poderíamos chamar de “autofinanciamento” consciente da entressafra. Esse seria um título para a opção consensuada dos trabalhadores de deixar de receber seu pagamento para que a Usina possa realizar antes outros pagamentos entendidos como prioritários. Concretamente, esse procedimento ocorre nos meses em que a Usina pára de moer e, sem receitas, passa a viver de compras financiadas e restos de caixa do período da produção. Como não atingiu ainda o seu ponto de equilíbrio e por todos os motivos expostos sobre as dificuldades para captar recursos a preços razoáveis no mercado, a última (mas única, muitas vezes) opção tem sido atrasar o salário dos trabalhadores.

Em uma relação complicada, onde juridicamente esses trabalhadores continuam como empregados, o não recebimento imediato dos salários devidos pode ser visto de duas maneiras. Por um lado, concordando com TAUILLE (2005), é uma categoria simples de acumulação primitiva de valor das empresas em recuperação. Isso se dá pela utilização da precarização da condição de vida de seus trabalhadores para se financiar.

O problema é que essa conceituação não leva em consideração o fato de essa abertura de mão do *auto-pagamento* poder se dar em condições nas quais o benefício da própria manutenção do posto de trabalho e a perspectiva de assunção da empresa são mais rentáveis ao trabalhador-cooperado do que a luta pelo pagamento em dia, que implica no risco do fechamento da própria empresa. Por outro lado, não estamos falando apenas abstratamente de circulação do valor, mas de uma situação concreta em que a opção por não receber os salários pode se apresentar como única alternativa. Não apenas é melhor ter o posto de trabalho do que nada, que seria uma justificativa para a precariedade, mas esses trabalhadores já começam hoje a se sentir possuidores terra, e a opção pelo não recebimento de salário aparece como um investimento no presente, pela esperança e perspectiva concreta de futuro.

Outro ponto desse complicado campo econômico é a relação com bancos e o impedimento de financiamento em função dos acordos da Basiléia. A participação do Banco do Brasil como síndico, no início da falência, sua concordância com a gestão compartilhada entre síndico e sindicatos e sua posterior saída são fatos relevantes. Colhemos depoimentos inclusive de que esta última teria se dado por pressão de políticos atuantes na região, como Marco Maciel e outros membros do governo de Fernando Henrique Cardoso, que teriam

participação direta na decisão do Banco de tentar vender a Usina no mercado. Mais uma vez, o campo político transcende suas fronteiras e aterrissa dentro das abstratas determinações, antes da justiça e, dessa vez, do mercado.

E, por isso, como última revisitação de nossas leituras, retorna o próprio campo da política. Da influência dos partidos locais pelas bases eleitorais representadas nas associações de moradores, ao clientelismo ainda presente nessas disputas exercidas por meio de favores em troca de fidelidade, a estrutura da dominação partidário-eleitoral é um componente importante desse campo. Essa fidelidade chega a ponto de alguns políticos locais seguirem fazendo favores, mesmo sem mandato. Chegam ao pagamento de salários para esses representantes políticos. Não foram poucas as pessoas que disseram que determinada figura pública continuou ajudando o pessoal da associação, mesmo sem estar com algum mandato.

Por trás dessas ações, existe também um mapa de filiações partidárias a que não tivemos acesso. De candidaturas próprias para legislativo e executivo, à participação em administrações públicas, essas são outras componentes presentes na realidade estudada. Pudemos perceber uma grande dispersão desses vínculos políticos, sem a presença de estratégias comuns. Seja por uma prática histórica, seja pela explicitada opção coletiva de não misturar os vínculos de trabalho com os de suas opções políticas, incluídos aí empresários e sindicatos, parece-nos que essa situação encontra-se em início de mudança. Presenciamos princípios da discussão do que poderão vir a ser essas estratégias comuns.

Exemplo disso se deu com o governo de Miguel Arraes, que é respeitado tanto por ter conseguido o reconhecimento de direitos e proteção do trabalhador, por meio da Carta da Terra, até a iniciativa de apoio a Catende com cestas básicas e, posteriormente, com o Programa de formação “Catendão”, tais ações, no âmbito das disputas de poder com as oligarquias locais, chegaram a gerar aquela CPI na Assembléia do Estado, que findou sem encontrar irregularidades. Por outro lado, outras administrações também contrárias ao Projeto, apontadas por alguns de nossos interlocutores como ligadas aos interesses dos usineiros, chegaram a agir contra a sobrevivência daquela experiência, ou simplesmente a relegaram ao esquecimento, sem ajuda. Essas diferentes posições acabam por apontar um paradigma em que a legitimidade de disputar o poder público, ou comprometer aqueles que o disputam, para auxiliar o Projeto passa a fazer parte das prioridades dos sujeitos que constroem o futuro de

Catende. Em algum sentido, a tomada de consciência dessa prioridade, juntamente com sua ação pública, certamente nos remete a semelhanças e diferenças com a prática histórica dos próprios usineiros, que sempre constituíram relações de parceria com o poder público, visando o sucesso de seus empreendimentos. Mesmo que, para Catende, possam existir justificações por voltar-se para a distribuição de renda e promoção da justiça social no país, essa temática se apresenta como mais uma faceta da complexidade dessa autogestão. Coloca-se assim um conjunto importante de opções políticas tanto no nível federal, como no nível estadual e local, onde se confronta a situação de dependência do Estado, suas conseqüências da ação deste no Projeto, e as liberdades de escolha partidária individual.

Com esse quadro externo e algum apontamento sobre a constituição interna das disposições pessoais, voltamos ao processo discutido, no início de nosso trabalho, sobre o conflito entre as novas e velhas estruturas do funcionamento de Catende.

Ainda se apresenta como velha a divisão de responsabilidades da massa falida, por mais que, de fato, pareça existir uma maior sensação de participação por parte do trabalhador. Inclusive pela determinação de sua situação judicial, a responsabilidade formal é individual na figura do síndico e, mesmo que se queira, a responsabilização da gestão se dá como concessão do juiz e não, como já dissemos, como conquista direta dos trabalhadores⁶³. Isso reforça, em algumas situações, a sensação de que a administração ainda esteja distante do campo (fato que se apresenta de diversas formas, como em uma acusação de roubo, interesse pessoal, má gestão, quando chegou a ser dito que “Chegou lá, começa a não olhar mais o trabalhador”) e de que, quando se trabalha para a Usina, se ganha pouco e o bom mesmo é trabalhar por conta própria, no cultivo da chamada Cana de Morador.

Aqui se apresenta um ponto importante nessa nossa síntese das múltiplas dimensões e campos integrados. Talvez os trabalhadores não tivessem como ter consciência de todas essas possibilidades antes de vivê-las mesmas concretamente. Essa talvez seja a principal lição do porque, ao serem perguntados há dez anos atrás, se queriam cooperativas diziam que não, inclusive não acreditando que seriam capazes de conduzir e reorganizar a

⁶³ O síndico, mesmo indicado pelas associações, foi “aceito” pelo juiz e não simplesmente eleito pelas associações, ficando claro que um conjunto de fatores políticos, como mobilização e capacidade gerencial comprovada, pode ter dado condições para a justiça ter segurança, ou mesmo força frente aos demais interesses em conflito, para decidir legalmente na direção proposta pelos trabalhadores.

empresa. Hoje, vivida a experiência, experenciados na situação de conduzir seus próprios negócios, esses trabalhadores podem fazer outra opção, criar a(s) cooperativa(s) e gerir a empresa nessa construção de autogestão.

É da observação e reflexão sobre essa vivência que podemos falar em uma primavera da consciência, um processo onde ocorre uma grande mudança da condição de trabalhador subordinado para a de sujeito da autogestão. Esse processo pode ser visto como um desabrochar da consciência, das capacidades e ações dos trabalhadores e trabalhadoras da Catende, como um momento de transição da condição de mera parte do processo produtivo para a condição de sujeitos que criam e exploram suas possibilidades políticas (associações, disputas, resistências), econômico-produtivas (cana de morador, acompanhamento das atividades da usina, negociação com bancos) e culturais.

Essa consciência também desabrocha em condições objetivas, que possibilitam essas novas reflexões e ações. Exemplo disso é o fato de não fazer muito tempo que praticamente nenhum trabalhador de campo conhecia qualquer parte do processo produtivo do açúcar. O acesso à fábrica, e mais ainda ao escritório, era restrito aos responsáveis de cada setor. Das Casas Grandes, que se espalham pelo entorno da Usina, os trabalhadores dizem não terem chegado nem próximos aos portões.

Diferente do ocorrido no passado, hoje o conjunto dos trabalhadores tem influência no trabalho tanto no campo como na usina. Não foram poucos os casos relatados de situações em que, pela conversa com o responsável do setor, o trabalhador pode dar alguma sugestão para mudança na forma de fazer, na prioridade definida e até no tamanho da tarefa estabelecida. Assim, não apenas se pode falar a respeito, coisa que antes era proibida e reprimida (inclusive com violência), como essa opinião tem resultados concretos nas definições daqueles trabalhos. Em situações de conflito, nas quais não se encontra consenso, dois são os principais caminhos adotados na resolução: a subida hierárquica da decisão na estrutura técnica da divisão de trabalho, chegando, se necessário, até o gerente da indústria ou ao superintendente do campo; ou a utilização da estrutura política das associações de moradores como meio de solução, que pode levar a decisão até o Chalé, se for preciso. Essa situação recebe elogios por uma parte significativa dos participantes do Projeto, principalmente por representar uma superação da condição histórica de opressão ocorrida naquela Usina. Mas,

ao mesmo tempo, recebe críticas quando as decisões, segundo alguns, passam a pesar apenas em favor do trabalhador, prejudicando as atividades da própria Empresa.

Um exemplo que merece destaque é a resolução de questões relativas à definição da área de plantio das canas de morador, que criam uma situação de interesse particular dentro do projeto coletivo, quando ao plantar mais, os agricultores familiares têm possibilidade de ganhar mais⁶⁴. Fato é que essa nova condição dos agricultores está resultando em pequenas disputas entre estes e a Usina, quando não entre eles mesmos, pela definição de terras para essa expansão de plantio. Da mesma forma, a resolução se dá por meio da coordenação da produção ou, em alguns casos, se não resolvida pela intermediação da associação de moradores, também é levada ao Chalé.

E, por isso, reafirmamos que o Chalé começa a assumir a formalidade de uma instância indireta, mas efetiva, de participação. Por mais que as associações de moradores não tenham sido intencionalmente criadas para isso, como seus presidentes são eleitos(as), acabam tendo legitimidade para fazer a representação de seus associados nas discussões mais gerais do Projeto. Dessa forma, conseguem ganhar corpo enquanto representantes legítimos, ao mesmo tempo em que são meios de comunicação de todos os moradores.

Como esse “conselho” foi efetivado após uma paralisação, em 2004, e todas as associações foram criadas após a falência, a partir de 1994, muitas delas por incentivo do síndico da massa falida, têm novos conflitos em formação. Entre os principais, podemos apontar o fato de que as lideranças dessa nova estrutura eram antes filiadas aos sindicatos de trabalhadores rurais, sendo parte da base de apoio de seus dirigentes. No ano em que alguns desses deram o “golpe”, ficou mais forte a sensação de que existiria uma ação política da administração, com concordância de alguns trabalhadores, buscando cooptar atores que se opunham a sua diretiva.

⁶⁴ Exceção feita ao pessoal do escritório e da indústria para quem o plantio ainda é proibido. Essa é uma discussão em andamento, colocado o argumento principal de que apenas os trabalhadores do campo têm acesso direto à terra e facilidades com o cultivo. Com isso, seria preciso encontrar outras atividades para que eles, assim como os agricultores, possam encontrar formas complementares de renda. Entre as sugestões apresentadas estava o uso das oficinas para reparos profissionais de peças ou mesmo a reativação da olaria para trabalho em outros turnos. A questão do uso da terra voltou a ser uma questão pelo fato de muitos dos atuais operários morarem em terras de engenho e terem contato direto e facilitado com o campo; mas o principal tema de debate colocado é a questão das novas gerações, a busca de atividades por parte dos participantes do Projeto para seus filhos e filhas.

Isso se teria se manifestado mais claramente através de favores nos circuitos desse conselho, cujo fator principal seria a definição de prioridades das ações da massa falida. Dessa forma, a administração traria para perto de si os seus apoiadores e castigaria a base de seus opositores. Isso apareceu em obras de infra-estrutura (presença de trator para regularizar o acesso de alguns engenhos e não de outros) e na indicação de cargos e funções para antigos funcionários, que demonstram a existência de conflitos na representação de cada associação de morador e o seu conjunto representado no “Chalé”.

Mesmo assim, essas ações denunciadas não chegaram deslegitimar o espaço do Conselho ou a própria administração na viabilização do acesso e participação de um amplo conjunto de trabalhadores na Empresa. As reuniões são abertas, as associações representativas e ambas são instâncias participativas. Para um conjunto de reuniões do Chalé, seus representantes realizam reuniões em suas comunidades para discutir o ocorrido até ali e levantar sugestões para os rumos e decisões futuras. Permanecem críticas em relação à distância que esses representantes ainda têm com seus representados, vindas, principalmente, de associações que são ausentes e que não realizam reuniões com suas bases. Mas podemos dizer que mecanismos para ampliar o acesso à informação e para viabilizar a participação nas decisões seguem em gestação no projeto. Assim como as associações não foram criadas, mesmo que incentivadas, pelo grupo gestor, a forma como seus representantes trabalham com suas bases e mesmo o grau de importância que suas bases dão a esse tipo de participação são fatores de pouca governabilidade imediata⁶⁵.

Por fim, nessa definição das formas de circulação do poder, nos campos estabelecidos no Projeto, é importante dizer que existem ainda de outros canais de comunicação desse amplo conjunto de atores e que são muitas vezes mais importantes que as próprias reuniões. Entre estes, estão as conversas informais de pequenos grupos ao final do expediente de trabalho, ou mesmo as ações de fomento ao boca a boca das informações durante o período de labuta ou fora dele. São redes comunicacionais estabelecidas e que são de conhecimento de cada liderança local, variando para cada região ou engenho.

⁶⁵ Qualificamos esse mecanismo com o “imediato” pelo fato de ainda termos a questão da formação como um elemento que tende cada vez mais a agregar pessoas no processo, mas seu efeito não é instantâneo, principalmente para aqueles cujo horizonte de vida pouco supera a iminente luta por sua sobrevivência.

Assim, elaboramos um conjunto amplo de dimensões que compõe a complexidade desse Projeto chamado Harmonia-Catende. Como esperamos que tenha ficado claro, são muitas as dificuldades e contradições na construção dessa autogestão com as quais acreditamos termos aprendido algumas lições.

Em primeiro lugar, a relação de representação entre sindicatos, associações e escritório, num contexto em que existem conflitos entre massa falida (juridicamente responsabilizada) e formas de participação construídas (sindicatos e base / associações e base), no estudo dessa autogestão, foi fundamental para a compreensão das soluções encontradas, incluindo nela a participação da justiça na viabilização dessas soluções.

Junto a isso, a relação dos trabalhadores com a terra precisou passar do “não sou gogo pra querer terra” para chegar hoje a uma perspectiva de reforma agrária coletiva como solução para garantia da liberdade e dos direitos.

Outra dimensão importante foi a apropriação das questões de economia, iniciada numa posição de se trabalhar o menos possível para ganhar o mais que der, até a situação atual em que a abertura de mão do pagamento dos salários (e o recebimento cestas básica), para pagar o governo e renovar os empréstimos, reforça uma mudança da visão de empregado para *donos* de Catende. Isso inclui a apropriação do próprio trabalho, do comando exercido pelos coordenadores da Usina, alienado e subordinado, à condição do trabalho conjunto com esses administradores, inclusive na mediação de conflitos, na coordenação da divisão de trabalho no campo e na indústria. Em poucas palavras: houve a construção de uma ponte entre o trabalho alienado e o trabalho consciente, porque se somou como elemento a gestão compartilhada e, posteriormente, a possibilidade de autogestão.

Nessa mudança, as pessoas passam a querer reduzir o seu tempo de trabalho na cana da Usina para trabalhar em sua própria cana, a cana de morador. Ao mesmo tempo, têm consciência da importância de que a Usina plante cana e colha para sua própria manutenção, com dimensões novas sobre o ponto de equilíbrio econômico, que não era conhecido pelos trabalhadores ou sindicatos antes da falência.

Por fim, como síntese dessas apropriações, vem a própria política. Da subordinação ao voto de cabresto e à compra de voto generalizada, que ainda é presente, mas cada vez em menores dimensões, passamos à construção da participação política como meio de avanço do

projeto comum. Mesmo que com dificuldades de construção desse novo meio de participação e luta, mas sem incorrer nos mesmos meios da realização de promessas e pequenos favores para garantir apoios. Um desafio que vem sendo enfrentado é a própria superação do medo de perseguição por divergências ou autonomia para diferentes opções.

Nesse sentido, a participação dos presidentes de associação em campanhas eleitorais também é algo interessante, pois aparece como crítica e demanda por independência, carência (necessidade de pequenas coisas localizadas, que são resolvidas por meio do conchavo político) e mesmo alienação, quando tais mecanismos ainda são vistos como falta de clareza por aquelas pessoas.

Nesse contexto, a inversão de valores sobre a violência é importante. Anteriormente, “não bater” era coisa de fraco para os administradores, hoje é mínimo necessário; em alguns casos, os administradores chegaram a ser afastados porque não batiam e nem exploravam trabalhador. Hoje trabalhadores afastam administradores que forçam demais.

Fechando nossa discussão, nos perguntamos até que ponto essa experiência de Catende se apresenta como uma construção de alternativa ao capitalismo dentro do próprio capitalismo. Voltando nossa atenção às discussões iniciais deste trabalho, sobre as transformações postas em curso pela economia solidária chamaram a atenção, um resgate da definição de Singer (1998) para revoluções sociais pode nos auxiliar: “[são] processos de mudança entre formações sociais, cada uma das quais é caracterizada pela hegemonia de um modo de produção, que lhe empresta o nome” (p.19).

Junto a esse conceito, tomamos a definição de Marx (1983) que diz: “não é a consciência dos homens que determina sua existência, mas, pelo contrario, é a sua existência social que determina sua consciência” (p.87).

A manifestação de um conflito entre o desejo individual, a necessidade individual, e o compromisso coletivo coloca com precisão a discussão sobre o trabalho e o sentido dele, quando se divide em espaços diferentes entre aquele feito para a Usina e o que é feito em conta própria. Ao mesmo em tempo em que muitos participaram das lutas pela “expulsão do usineiro”, quando a Usina volta a funcionar, o trabalho para a Usina é considerado trabalho para os outros enquanto apenas o trabalho de cana própria é para si.

No entanto, o trabalho para a Usina, pelo salário, segue sendo mais fácil e menos aplicado que antes, ou até mais aplicado só que para durar menos tempo. Mas o objetivo é realizar o trabalho em terra “própria”. De um lado, a terra da Usina não é vista como terra própria por muitos dos trabalhadores, mesmo aqueles que dizem que a Usina é deles e que eles tem meios para interferir na gestão. De outro, a terra “própria” não é da Usina, seja porque têm a sensação de que ninguém mais pode tirá-los de lá, seja porque consideram que a terra “vai ser cortada.”⁶⁶.

A síntese desses conflitos sobre o uso da terra e as definições das relações de trabalho pode ser feita na aferição da ausência do que poderia ser a relação do trabalho compartilhado e coletivo. A superação dessa ausência, que poderá se dar com a formação da cooperativa, apresenta-se assim como um horizonte importante de ser observado pelos participantes dessa construção concreta do Projeto Harmonia-Catende.

No complexo de definições de identidades e horizontes se soma aquela decisão de retirada do síndico que foi tomada por iniciativa da administração, mas quando o síndico apenas foi afastado pela compreensão do juiz sobre a situação e a proposta feita pelo coletivo que participou da decisão. O sentimento da relação homem-posse-terra ainda é incerta quando nem a reforma agrária saiu, ou a falência foi liquidada, ou qualquer título tenha sido emitido formalmente por qualquer órgão que dê legalidade às sensações relatadas.

Por isso, parece que a consciência da força que esses trabalhadores têm enquanto coletivo é presente na memória e na prática tanto dos que participaram das greves, como dos que vieram a participar depois⁶⁷. Mas ainda parecem ser poucos os que fazem uma ligação direta entre essa força e a situação deles em termos de organização para a manutenção desse patrimônio, ou da própria força que lhes permitiu chegar até ali.

O conflito do velho com o novo se apresentou como elemento central na formação e participação dos trabalhadores no Projeto. Esse conflito está colocado nos três campos, jurídico, econômico e político, que dimensionam essas contradições e determinações. A gestão e a construção da autogestão se apresentam como síntese desses campos, e as formas concretas

⁶⁶ Expressão utilizada para descrever a reforma agrária, prometida pelo Incra, que ainda circula como notícia informal na maioria dos engenhos.

⁶⁷ Mesmo trabalhadores que não participaram das ações também guardam as greves na memória, como símbolo de força.

de sua realização são as manifestações reais daquilo que pôde ser construído nessa história. E essas manifestações concretas dos espaços de formação, dos espaços de participação, dos mecanismos de posse coletiva e dos canais de comunicação mostram-se em permanente construção.

Toda essa história está inserida no campo da economia solidária como ação concreta que transforma o mundo do trabalho e se apresenta como mudança do próprio capitalismo. E essa transformação, com suas limitações, tem raízes na crise do sistema, pelo espaço aberto para o seu desenvolvimento no setor sucro-alcooleiro falido, como também na organização das mobilizações sindicais e dos movimentos sociais ali ocorridas.

Essa é a construção concreta da autogestão em Catende, ou ao menos o que pudemos compreender de seu passado, de sua situação atual e ficar, junto com os trabalhadores, atentos no seu devir. O devir das possibilidades de efetivação da maior autogestão conhecida em nosso país, ao menos até hoje. E, por isso, talvez uma das maiores experiências vividas de transformação social, passando por todas as transformações pessoais que coincidem com a realização do Projeto. Transformações que ocorreram inclusive em nós mesmos, ao nos propormos a realizar essa pesquisa e tentar aprender as lições de Catende.

BIBLIOGRAFIA

- ABRAMOVAY, Ricardo, *Um novo contrato para a política de assentamentos* in Oliva, Pedro M., org., “Economia Brasileira – Perspectivas do Desenvolvimento”, Ed. CAVC, São Paulo, 2005
- ADORNO, Theodor. *Mínima Moralía*, Editora Ática, São Paulo, 1993
- ANDERSON, Perry. *Balanço do neoliberalismo*. In: SADER, Emir; GENTILE, Pablo (Orgs.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- ANDRADE, Manoel Correia de *Historia das Usinas de Pernambuco*, Pernambuco, Fundação Joaquim Nabuco, 1990
- ANTEAG *Empresa Social e Autogestão* - ANTEAG III Encontro Nacional, S.Paulo, 1998
- ARANTES, Paulo Eduardo. *Esquerda e Direita no espelho das ONGs*, 2001 (mimeo)
- ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX*. Rio de Janeiro, Contraponto, 1996.
- BAUDEK, Maria de Nazareth Vanderlei, *Capital e propriedade fundiária*, Pernambuco, UFPE, 1982
- BAVA, Silvio Caccia. *Desenvolvimento local uma alternativa para a crise social?* In: Revista São Paulo em Perspectiva. São Paulo, v.10, n. 3, Jul-Set/1996.
- BENJAMIN, Walter *Obras Escolhidas II*, São Paulo, Brasiliense, 1992
- BEZERRA, Gregório. *Memórias* (volumes 1 e 2), Editora Civilização Brasileira S.A., Rio de Janeiro, 1979
- BOCAYUVA, Pedro Cláudio C. e VEIGA, Sandra Mayrink. *Novo vocabulário político: hegemonia e pluralismo*. Rio de Janeiro, FASE/Vozes. 1992
- BOLTANSKI, Luc *As Classes Sociais e o Corpo*, Ed. Graal, Rio de Janeiro, 1979

- BOUDON, Raymond. *Dicionário de Sociologia*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1990
- BOURDIEU, P. *Razões Práticas*, São Paulo, Editora Papirus, 2003
- _____ *O Poder Simbólico* Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 1998
- _____ *Condição de Classe e Posição de Classe* in Aguiar, N “Hierarquia em Classes”, Rio de Janeiro, Zahar Editores
- BUARQUE, Sérgio C. *Metodologia de Planejamento do Desenvolvimento Sustentável*. IICA, Recife, 1995.
- BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio, 23ª edição, 1991.
- CAILLÉ, A., *Nem Holismo nem individualismo metodológicos*. Marcel Mauss e o paradigma da dádiva, in Revista Brasileira de Ciências Sociais, V.13, n. 38, ANPOCS
- CANO, Wilson. *Ensaio sobre a formação econômica regional do Brasil*. Campinas, Editora da Unicamp. 2002
- CARDOSO DE MELLO, J. M. *O capitalismo tardio*. São Paulo, Brasiliense, 1982.
- _____ *Conseqüências do neoliberalismo*. Economia e Sociedade, Campinas, (1): 59-67, agosto.
- CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo, Paz e Terra, 1999
- CASTORIADIS, C. *Autogestão e Hierarquia* in Socialismo ou Barbárie, Brasiliense, 1979
- _____ *The Imaginary Institution of Society*, MIT Press, Massachussets, 1987
- CEPAL *Mercados do empreendedorismo de pequeno porte no Brasil*, Março 2003
- CHAUÍ, Marilena. *A universidade hoje*. Praga. Nº.6 Hucitec. São Paulo, setembro 1998
- COHEN, E. e FRANCO, R. *Avaliação de projetos sociais*. Petrópolis, Vozes, 1993
- CORAGGIO, J. L. *Territorios en transición: crítica a la planificación en América*

Latina. Quito, Ciudad. 1988

- _____ *A construção de uma economia popular como horizonte para cidades sem rumo.* In: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz e SANTOS Jr, Orlando Alves. *Globalização, fragmentação e reforma urbana: o futuro das cidades na crise.* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.1994
- CUNHA, Gabriela Cavalcanti *ECONOMIA SOLIDÁRIA E POLÍTICAS PÚBLICAS: reflexões a partir do caso do programa Incubadora de Cooperativas, da Prefeitura Municipal de Santo André, SP, Dissertação de Mestrado, FFLCH-USP, 2002*
- DANIEL, Celso (et all) *Poder Local e socialismo* São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2002 (Coleção Socialismo em discussão)
- DOWBOR, Ladislau. *O que é poder local?* São Paulo: (Col. Primeiros Passos), Brasiliense, 1994
- DUARTE, Rosália “Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo” in *Cadernos de Pesquisa*, n. 115, março/ 2002 p. 139-154, março/ 2002
- ENGELS, Frederich ‘*Del Socialismo Utópico al Socialismo Científico*’ in *Obras Escogidas*, Editorial de Literatura Política Del Estado, Moscou, 1955
- FURTADO, Celso. *Teoria e política do desenvolvimento econômico.* São Paulo, Abril Cultural, 1983.
- _____ *O mito do desenvolvimento econômico.* São Paulo, Paz e Terra. 1974
- _____ *O capitalismo global.* São Paulo, Paz e Terra. 1998
- _____ *Em busca de novo modelo: reflexões sobre a crise contemporânea.* São Paulo, Paz e Terra. 2002
- GAIGER, Luiz Inácio G. (org.) *Sentidos e Experiências da Economia Solidária no Brasil*, Editora da UFRGS, 2004

- GUILLERM, Alain e BOURDET, Yvon *Autogestão: uma Mudança Radical*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1976
- HADDAD, Fernando *Em defesa do Socialismo*, São Paulo, Vozes, 1999
- _____ (org.) *Desorganizando o Consenso*, São Paulo, Vozes, 1998
- _____ 'Trabalho e Classes Sociais' in *Tempo Social*, Volume 9, Número 2, Departamento de Sociologia, FFLCH, USP, 1998
- _____ *Sindicalismo, Cooperativismo e Socialismo*, São Paulo, 2001 (Mimeo)
- HOLZZMAN, Lorena da Silva *Operários sem Patrões*, Tese de Doutaramento-FFLCH-USP, São Paulo, 1990
- IANNI, Octavio. *A era do globalismo*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1996 (2ª edição).
- JACOBY, Russel *O fim da Utopia: política e cultura na era da apatia* , Record, São Paulo, 2001
- LEITE LOPES, José Sérgio *O Vapor do Diabo*, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1976
- LINHART, Robert *Greve na fabrica*, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1978
- LINHART, Robert *Açúcar e a Fome*, Paz e Terra, Rio de Janeiro, s/d
- LISBOA, Armando *Os desafios da Economia Popular Solidária*, Rio Grande do Sul, 2001 (mimeo)
- MANNHEIM, Karl *Ideologia e Utopia*, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1972
- MANTOUX, Paul *A revolução industrial no Século XVIII*, Hucitec, São Paulo, 1982
- MARTINS, P.H. e NUNES, B.F (orgs). *A Nova Ordem Social*, Paralelo 15, Brasília, 2004
- MARX, Karl *A Ideologia Alemã e outros escritos (primera parte)* , Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1965
- _____ *Manuscritos Econômico-Filosóficos e outros textos escolhidos*, Abril Cultural, São Paulo, 1974
- _____ *Salário, Preço e Lucro*, Os Economistas, São Paulo, Abril, 1982
- _____ *O Capital*, Os Economistas, São Paulo, Abril, 1983a
- _____ *Para a crítica da Economia Política*, Os Pensadores: Marx, São Paulo, Abril, 1983a

- _____ *A Ideologia alemã*, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1965
- MARX, Karl ENGELS, Frederich *Obras Escogidas em dos tomos*, Ediciones em
lenguas extrangeras, Moscú, 1955
- MAUSS, Marcel *Ensaio de Sociologia* Perspectiva, São Paulo, 2001
- MELO NETO, José Francisco de. *Extensão universitária: uma análise crítica*. João
Pessoa: Editora Universitária / UFPB, 2001
- MORALES, e GUTIERREZ *Princípios do Cooperativismo*, ACI, Espanha, 1988
- MORRIS, William *Notícias de lugar nenhum*, São Paulo, Perseu Abramo, 2002
- MOURA, Severino Rodrigues de *Senhores de Engenho e Usineiros, a nobreza de
Pernambuco*, Pernambuco, CEHM, 1998
- MST, Sistema Cooperativista de Assentados – SCA, folheto, 2001
- MST, A historia do movimento dos trabalhadores rurais sem terra, folheto, 2001
- NASCIMENTO, Cláudio *Do “Beco dos Sapos” aos Canaviais de Catende*, Texto de
Apoio, Brasília, SENAES, 2005
- NEGRI, Antonio HARDT, Micheal *Império*, Rio de Janeiro, Record, 2003
- OLIVEIRA, Aurenéa Maria de *A reconstrução do personagem mítico-político de
Miguel Arraes na região da Zona da Mata pernambucana (1986-
2000)*, Dissertação de Mestrado, DCS-UFPE, Pernambuco, 2001
- OLIVEIRA, Francisco de de *Aproximações ao enigma: o que quer dizer
desenvolvimento local*, São Paulo, Polis, 2001
- _____ *Neoliberalismo à Brasileira* In: SADER, Emir; GENTILLE, Pablo
(Orgs.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado
democrático*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995.
- PANITCH, L. LEYS, C. *Necessary and Unecessary Utopias*, Merlin Press, Suffolk,
1999
- PARRA, Henrique Zoqui Martins *Liberdade e necessidade: empresas de
trabalhadores autogeridas e a construção sócio-política da
economia*, Dissertação de Mestrado, São Paulo, FFLCH-USP, 2002
- POLANYI, Karl. *A grande transformação*. Rio de Janeiro, Campus, 1980.

- REGO, José Lins do *O menino do Engenho*, Rio de Janeiro, Livraria José Olímpio, 1975
- RICOEUR, Paul *Lectures on Ideology and Utopia*, Columbia University Press, New York, 1986
- SACHS, Wolfgang (org) *Dicionário do Desenvolvimento*, Petrópolis, RJ, Vozes, 2000
- SAMPAIO Jr., Plínio de Arruda. *Entre a nação e a barbárie: os dilemas do capitalismo dependente*. Petrópolis, Vozes. 1999
- SANCHEZ, Fabio José Bechara *Identidade e Conflito: a construção política dos “remanescentes de quilombos” do Vale do Ribeira*, Dissertação de Mestrado, FFLCH-USP, São Paulo, 2004
- SANTOS, Boaventura de Sousa (org) *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002
- SENAES, Secretaria Nacional de Economia Solidária, *Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005*, Ministério do Trabalho e Emprego, 2006
- SIGUAD, Lygia *Greve nos Engenhos*, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1980
- SILVA, Tarcisio Augusto Alves da *O sindicalismo rural e os caminhos para a autogestão: uma superação do Assistencialismo?*, Dissertação de Mestrado, Pernambuco, CCSA-UFPE, 2004
- SINGER, Paul *Utopia Militante*, São Paulo, Vozes, 1998b
- _____ *Globalização e Desemprego*, São Paulo, Ed. Contexto, 1998a
- _____ *Economia Socialista*, São Paulo, Perseu Abramo, 2001
- _____ *Introdução a Economia Solidária*, São Paulo, Perseu Abramo, 2002
- _____ *A Secretaria Nacional de Economia Solidária* In: SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, *Economia Solidária em Desenvolvimento*, MTE, Brasília, 2003
- SPAROVEK, Gerd *A qualidade dos assentamentos da reforma agrária brasileira – USP/MDA/FAO*, Brasília, 2003
- STEDILE, João Pedro *Brava Gente*, Perseu Abramo, São Paulo, 2002

- STAVENNHAGEN, R. *Classes sociais e estratificação* in FORACCHI, Marialice Mencarini e MARTINS, José de Souza “Sociologia e Sociedade: leituras de introdução à sociologia”, São Paulo, 2002
- TAUILLE, José Ricardo (et al.) Empreendimentos autogestionários provenientes de massas falidas: relatório final: junho de 2004, Brasília, MTE, IPEA, ANPEC, SENAES, 2005
- TEIXEIRA, F. J. S. *Neoliberalismo e reestruturação produtiva*, Cortez, 2001
- THIOLLENT, Michel. *Metodologia da Pesquisa-ação*. 11ª ed. São Paulo: Cortez - Autores Associados, 2002
- USINA CATENDE A usina Catende – por uma cultura de autogestão Série Harmonia-Catende
- _____ A usina Catende – técnicas e custos do plantio da cana Série Catende-Harmonia
- WHYTE, W. F. e WHYTE, K. K., *Making Mondragón*, ILR PRESS, 4th. Edition, 1996. 1st.edition, 1988.

ANEXO I - Roteiro de entrevista

Data e hora:

Nome:

Local (onde estamos):

1. Há quanto tempo está em Catende:
2. Porque/como chegou a Catende:
3. O que faz (como é o dia a dia):
4. Como voce descreveria Catende, contar a história, para alguém que nunca ouviu falar:
5. Quais são os fatos/acontecimentos mais marcantes de Catende antes da falencia:
6. Quais são os fatos/acontecimentos mais marcantes depois da falência:

7. Você mora com quem em Catende:
8. Onde mora (em que engenho/cidade):
9. Quantas pessoas moram no seu engenho:
10. Onde trabalha:
11. Onde trabalham e o que fazem as outras pessoas que moram com voce:

12. Quais são as atividades que você participa, além do trabalho:
13. Quem mais participa nessas atividades:
14. Como é a participação sua e das pessoas que fazem parte dessas atividades:
15. De quanto em quanto tempo elas ocorrem:

16. Qual era a sua situação de trabalho com a Usina antes da falência:
17. Qual é a sua situação de trabalho hoje, depois da falência:

18. Porque continuou em Catende:

19. Por que as outras pessoas continuam em Catende (vale casos):

20. Continuará(ão) até quando:

21. Por que:

22. O que espera de Catende daqui a alguns anos:

OBS: tenho expectativa que as questões acima abram espaço para perguntas sobre a forma de gestão coletiva, a forma de divisão das terras/capital/responsabilidades, e também que permitam as pessoas dizerem ou por conta própria, ou pela descrição da posição de outros, sobre as divergências que tem em relação às decisões/processos coletivos em curso.

ANEXO II – Distribuição funcional em Catende

Seção Industrial	Efetivo	Safrista	Total
Assessoria Harmonia	011		011
Secretaria da Diretoria	001		001
Gerencia Administrativa	001		001
Recursos Humanos	007	002	009
Financeiro	002		002
Informática	002		002
Contabilidade	006		006
Compras	002		002
Estoque	003	001	004
Serviço Educacional	027	002	029
Serviço Medico	004		004
Serviços Gerais	009	003	012
Transportes	003	001	004
Telefonia	002		002
Gerencia de Vendas	001		001
Faturamento	002		002
Gerencia Jurica	001		001
Jurídico	002		002
Gerencia Industrial	001		001
Armazém	006	069	075
Balança	005		005
Caldeiras	023	008	031
Esteira	009	001	010
Fabricação	039	038	077
Moendas	011	001	012
Ponte Rolante	013	042	055
Refinaria	012		012
Turbinas	005		005
Laboratorio Químico	010	009	019
Laboratorio Sacarose	006	016	022
Laboratorio de Óleo	003	001	004
Hidro-Eletrica	004	003	007
Termo-Eletrica	004	002	006
Carpintaria	006	001	007
Edificação	013	007	020
Oficina Elétrica	014	004	018
Oficina Mecânica	035	010	045
Segurança Patrimonial	016	016	032
Segurança do Trabalho	001		001
Escritorio Agrícola	005		005
Administração Agrícola	053	007	060
Serviço de Mecanização Agrícola	019	015	034
Transporte Rodoviário	022	037	059
Trafego	005	004	009
Oficina de Veículos	011	009	020
Oficina de Tratores	012	005	017
Oficina de Implemento	004	002	006
Total	453	316	769

Seção Agrícola - Engenho	Efetivo	Safrista	Total
Bálsamo	10	42	052
Bálsamo das Freiras	04	36	040
Boa Vista	11	47	058
Campinas	15	25	040
Gameleira Grande	25	45	070
Harmonia	32	21	053
Humaitá	06	26	032
Jardim	21	25	046
Lagedo	30	76	106
Limão	21	18	039
Monte Alegre	27	65	092
Niterói	24	27	051
Ouricuri	33	35	068
Ousadia	15	18	033
Santa Cruz	13	27	040
São João	11	27	038
São José da Prata	15	22	037
Sumidouro	21	34	055
Tabaíaré	22	29	051
Pirauá	07	12	019
Santa Luzia	16	28	044
Capricho	34	24	058
Curupaity	25	11	036
Veneza	16	34	050
Boas Novas	07	16	023
Canto Flor	21	26	047
Monte Pio	22	24	046
Pernambuco	12	10	022
Corubas	09	23	032
Flôr do Bosque	09	34	043
União	18	27	045
Barra do Pirangi	31	44	075
Bela Vista	07	15	022
Diamante	08	16	024
Esperança	24	28	052
Jaqueira	20	19	039
Riachão	35	25	060
Tombador	23	12	035
Pau Sangue	08	11	019
Fernandes Vieira	21	18	039
Porto Seguro	22	14	036
Conceição	16	35	051
Entroncamento	19	28	047
Total	786	1.179	1.965

Obs: os dados desse anexo foram sistematizados pelos trabalhadores do Recursos Humanos do Projeto Harmonia-Catende, aos quais somos gratos pela dedicação.

ANEXO III – Saudações (para Miguel Arraes)

Sr. Miguel Arraes,

Deus chama a gente para ser um momento novo. Pois te agradecemos por todos os momentos que estivesse junto conosco sempre lutando e defendendo seu povo. Te agradecemos pelas lindas e doces palavras que dissestes, palavras ricas que nos fortalece e nos dá força e coragem para seguirmos juntos como sempre nos ensisnastes, com fé e esperança buscando confiança e lutando por um mundo melhor. O que temos mais valioso é nossa mente que guarda eternamente lembranças de um homem que nos exemplou e nos ensinou a ser cidadãos. Deixando em nossas mãos um valioso presente, o direito de ser gente. Gente humilde, forte, e competente, deixando raízes profundas que marca nossa historia e lembramos toda hora guardadas em nossas mentes.

A sua linda família juntos de sua semente ajudaram tanta gente sempre vamos lembrar, plantadas em nossos corações, sementes que bons frutos vão germinar.

Arraes,

A sua linda historia vai ficar em nossas vidas, deixando missão cumprida em nosso país vai ficar.

Seus gestos competentes

Seu nome eternamente

Miguel Arraes

Jamais será esquecido

Pra sempre vamos lembrar

Obrigada pela sua visita em nossa comunidade, mostrasse a realidade de um sonho que alcançaste e a nós vieste entregar, nossa água encanada, nossa luz a clarear devemos isso ao senhor.

Deus te ponha

Em bom lugar

ASS: Micilene Matias, 08-08-2005

Engenho Balsamo da Linha – Catende - Pernambuco

ANEXO IV – Termo de Adesão ao Programa Cana de Morador

Nome do trabalhador :

Identificação :

Área autorizada : ____ hectares

Meta de plantio : ____ toneladas

De um lado, a Administração Judicial da Massa Falida da Cia. Industrial do Nordeste Brasileiro (antiga Usina Catende), doravante designada Massa Falida, e, de outro lado, o trabalhador/morador acima qualificado, com a finalidade de contribuir para o esforço coletivo de recuperação das atividades produtivas da empresa e para melhoria da renda dos moradores e credores da antiga Usina Catende, assumem os seguintes e recíprocos compromissos :

1. O plantio da cana de morador e o uso da terra necessária a esse plantio são considerados por ambas as partes como essencial para o desenvolvimento das atividades produtivas da Massa Falida, bem como para o desenvolvimento da agricultura familiar, para fomentar a diversificação e para a melhoria da renda dos moradores, devendo a sua implantação atender a essas importantes finalidades.
2. O plantio de cana nas terras da Massa Falida somente será autorizado, pela Administração Judicial, para os trabalhadores, demitidos e da ativa, que morem nas terras da Usina e que possuam créditos no processo de falência nº 195034582-3. Também será admitida a autorização de plantio para os filhos e cônjuges dos credores, desde que moradores, mas de forma não cumulativa, ou seja, com área e acesso definida por família.
3. Os moradores que não possuam créditos na Massa Falida, nem sejam familiares de credores, desde que residam nas suas terras por mais de 05 (cinco) anos, em posse mansa, pacífica e de boa-fé, também poderão ser autorizados a plantar cana de morador, mas condicionado ao pagamento anual à Massa Falida, pelo uso da terra, de valor a ser fixado pela Administração Judicial.
4. A autorização para plantio e a continuidade do uso da terra, inclusive a que é autorizada no presente Termo, fica condicionada à observância dos compromissos constantes dos itens seguintes, os quais são neste ato assumidos por ambas as partes que assinam este Termo, no interesse da coletividade e do projeto desenvolvido pelo conjunto dos trabalhadores.
5. A Massa Falida se compromete a comprar toda a produção de cana de morador, pelo preço de mercado do dia, bem como a transportá-la até a esteira da Usina, deduzidos os custos de frete.
6. A Massa Falida se compromete a assegurar, de acordo com suas disponibilidades, assistência técnica e as condições necessárias para o plantio e tratos culturais, bem como para a colheita da cana de morador.

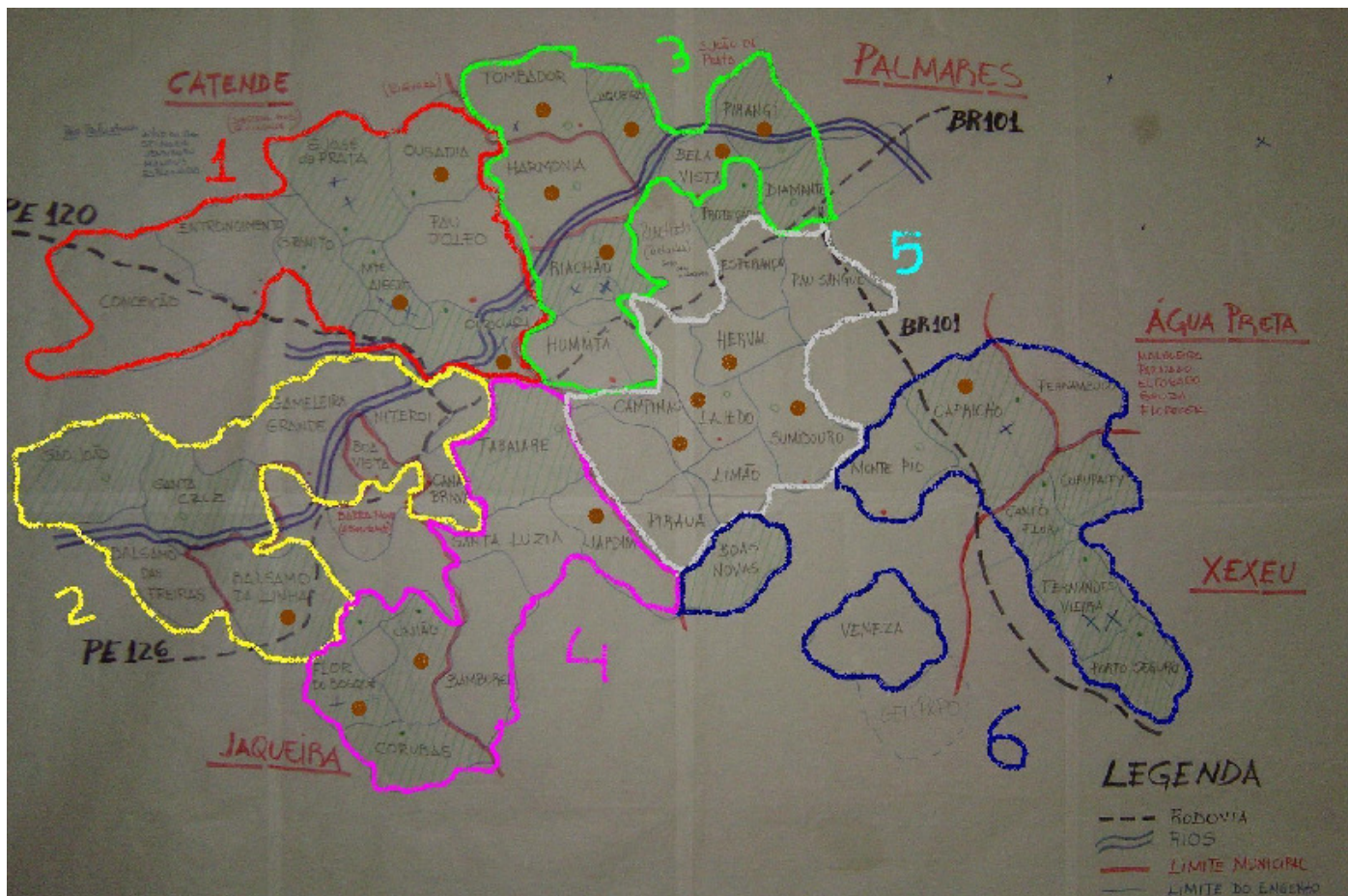
7. As canas plantadas pelos moradores, em terras da Massa Falida, serão destinadas, de forma exclusiva e integral, para moagem na Usina Catende e durante o seu período de moagem, não sendo permitida, em nenhuma hipótese, a venda dessa produção para terceiros, mesmo que seja para outros moradores, salvo havendo autorização do Síndico, expressa e por escrito.
8. O morador somente plantará cana em áreas indicadas e previamente selecionadas, de comum acordo, pela Administração Judicial e pelos moradores, diretamente e através de seus sindicatos e associações.
9. O plantio, as variedades, os tratos, a colheita, a queima, o corte e o transporte da cana de morador obedecerão ao planejamento e à supervisão da Superintendência de Campo da Usina Catende, de modo a otimizar os resultados no interesse da coletividade, tendo em vista que esse planejamento das atividades é sempre realizado de forma democrática e conjuntamente com os sindicatos, associações e moradores
10. A queima da cana de morador deverá ocorrer com os devidos cuidados para que não ocorra a expansão descontrolada do fogo para áreas inconvenientes, hipótese em que o morador assumirá a responsabilidade financeira pelos prejuízos.
11. O morador autorizado a plantar cana em terras da Usina Catende não pode, em nenhuma hipótese, ceder integral ou parcialmente sua área de plantio para terceiros e muito menos para pessoas que não façam parte do Quadro Geral de Credores da Falência.
12. O plantio de novas áreas e a expansão da área plantada do morador somente poderá ocorrer após expressa autorização, por escrito, do Síndico, ouvidos os sindicatos e associações.
13. Para possibilitar o planejamento das atividades e no seu próprio interesse, o morador deverá informar à Superintendência de Campo da Usina, obrigatoriamente, até o dia 30 de agosto de cada ano, a previsão de colheita de suas canas, em toneladas, sem prejuízo das demais informações que lhe forem solicitadas, pela Administração, ao longo do ano.
14. O morador, no interesse da coletividade dos trabalhadores, assume a obrigação de não destinar a sua produção de cana, parcial ou integralmente, para outras usinas, de forma direta ou indireta, sem autorização expressa e por escrito do Síndico, ficando de logo ciente que, caso descumpra essa obrigação, ficará impedido de plantar cana em terras da Massa Falida, perdendo de imediato o acesso à terra para plantar cana e a área plantada, após ser indenizado, pela Massa Falida, com base no saldo remanescente da área plantada, sendo certo que essa indenização será parcelada em prazo de até 05 (cinco) anos.
15. Perderá a área plantada e o direito de acesso à terra para plantar cana, o morador em cujas atividades utilize trabalho de criança, ou gere danos ao meio-ambiente, ou não cumpra com os compromissos constantes deste Termo, ou cause prejuízos aos demais moradores e à Massa Falida, sempre com indenização de benfeitorias, nos termos do anterior item 14, deduzidos quaisquer prejuízos financeiros causados à comunidade e à Massa Falida.
16. Os casos de desvios de cana de morador para outras empresas e de condutas lesivas à comunidade, previstos nos anteriores itens 09, 14, 15 , serão apurados por uma

Comissão de Acompanhamento e Fiscalização, formada por 1 (um) membro indicado pelas Associações de Moradores de Engenhos, 1 (um) membro indicado pelos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Catende, Jaqueira, Palmares, Água Preta e Xexéu, e 1 (um) membro indicado pela Administração Judicial da Massa Falida da Usina Catende, cabendo à Comissão recomendar à Administração Judicial a adoção de providências saneadoras e, se for o caso, a aplicação da pena de perda do plantio e do acesso à terra, com indenização de benfeitorias.

17. Fica certo de que, nos casos de perda de área plantada, a mesma será de imediato transferida para outro morador e que a perda de acesso à terra, tratada neste Termo, apenas se dará em relação ao plantio de cana, não alcançando o direito de acesso à terra para plantio de lavoura branca e para criação de animais, sempre de forma planejada e previamente autorizada.
18. O morador autorizado a plantar cana, na hipótese de necessitar do trabalho de terceiros em sua área de plantio, deverá fazê-lo sob a sua exclusiva responsabilidade e com a rigorosa observância da Convenção Coletiva de Trabalho em vigor, ressalvada a hipótese da troca consensual de dias de trabalhos com outros moradores.
19. É assumido por ambas as partes que assinam o presente Termo de Compromisso que o mesmo se transformará em Termo de Adesão integral às normas do “Estatuto do Uso da Terra e da Produção”, ora em fase de discussão entre a Administração Judicial, Cia. Agrícola Harmonia, Sindicatos, Associações e Trabalhadores credores da Massa Falida da antiga Usina Catende, adesão que será automática tão logo o Estatuto esteja aprovado pelo coletivo acima referido.
20. O presente Termo vigorará durante a tramitação do processo de falência nº 195034582-3, com expressa ressalva dos direitos legais à indenização das benfeitorias agrícolas dos moradores cujas áreas de plantio não lhe couberem por ocasião da liquidação falimentar.
21. Para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente Termo, as partes recorrerão ao entendimento mediado pelas representações sindicais e associativas e, no insucesso deste, ao foro da 18ª Vara Cível do Recife, na qual tramita o processo de falência nº 195034582-3, com expressa renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja.
22. Este termo é assinado por ambas as partes, em 02 vias de igual teor, na presença das duas testemunhas ao final assinadas, as quais declaram ter assistido à leitura integral do texto ao morador subscritor no caso do mesmo ser analfabeto.

Catende, de 2001

ANEXO V – Mapa dos Engenhos de Catende



Mapa com a divisão dos engenhos das terras da Usina Catende e das Zonas de Produção Agrícola

ANEXO VI – Mapa das Regiões de Pernambuco



Fonte: www.pernambuco.gov.br

ANEXO VII – Mapa de Municípios da Zona da Mata

